

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	7
DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	16
DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	17
Demonstração de Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	42
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião	122
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	124
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	125

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	32.980.224
Preferenciais	8.739.500
Total	41.719.724
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	1.273.056	1.523.702
1.01	Ativo Circulante	32.509	294.783
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	85	69
1.01.03	Contas a Receber	63	18
1.01.03.01	Clientes	63	18
1.01.06	Tributos a Recuperar	147	458
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	147	458
1.01.07	Despesas Antecipadas	193	766
1.01.07.01	Adiantamento a Fornecedores	193	766
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	32.021	293.472
1.01.08.03	Outros	32.021	293.472
1.01.08.03.01	Outros Créditos	10.444	366
1.01.08.03.02	Dividendos a Receber	10.177	10.177
1.01.08.03.03	Partes Relacionadas	11.400	1.217
1.01.08.03.04	Ativos Classificados como Mantidos para Venda	0	281.712
1.02	Ativo Não Circulante	1.240.547	1.228.919
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	73.779	28.745
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	6.520	7.864
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	59.928	3
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	59.928	3
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	7.331	20.878
1.02.01.10.03	Outros Créditos	60	60
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	7.271	20.818
1.02.02	Investimentos	1.071.894	1.141.674
1.02.02.01	Participações Societárias	1.071.894	1.141.674
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.071.894	1.141.674
1.02.03	Imobilizado	94.874	58.500
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.459	9.013
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	683	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	88.732	49.487

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	1.273.056	1.523.702
2.01	Passivo Circulante	817.076	441.524
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.493	8.625
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.493	8.625
2.01.02	Fornecedores	45.378	44.673
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	45.378	44.673
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.806	3.658
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	40.656	341.568
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	40.656	341.568
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	40.656	341.568
2.01.05	Outras Obrigações	711.743	0
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	683.628	0
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	683.628	0
2.01.05.02	Outros	28.115	0
2.01.05.02.04	Arrendamentos a pagar	2.741	0
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	25.374	0
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	0	43.000
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	0	43.000
2.02	Passivo Não Circulante	1.307.298	1.158.667
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	320.977	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	320.977	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	320.977	0
2.02.02	Outras Obrigações	478.533	527.981
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	463.049	527.981
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	257.650	527.981
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	205.399	0
2.02.02.02	Outros	15.484	0
2.02.02.02.03	Arrendamentos a Pagar	15.484	0
2.02.04	Provisões	507.788	630.686
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	90.695	81.259
2.02.04.02	Outras Provisões	417.093	549.427
2.02.04.02.04	Provisões para Perda Sobre Investimento	417.093	549.427
2.03	Patrimônio Líquido	-851.318	-76.489
2.03.01	Capital Social Realizado	2.919.019	2.919.019
2.03.01.01	Capital Social	2.960.776	2.960.776
2.03.01.02	Gasto na Emissão de Ações	-41.757	-41.757
2.03.02	Reservas de Capital	55.379	55.379
2.03.02.07	Reserva de Capital	55.379	55.379
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.825.716	-3.050.887

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-699	-2.628	-968	-2.973
3.02.03	Depreciação e Amortização	-699	-2.628	-968	-2.973
3.03	Resultado Bruto	-699	-2.628	-968	-2.973
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-135.505	-701.295	-216.803	-429.326
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.445	-42.114	-11.555	-43.239
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.482	3.482	0	0
3.04.04.01	Ganho na alienação de ativos	3.482	3.482	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.985	-6.069	-831	-359
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-3.434	-1.431	-381	987
3.04.05.03	Depreciações e Amortizações	-2.551	-4.638	-450	-1.346
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-131.557	-656.594	-204.417	-385.728
3.04.06.01	Resultado de equivalência patrimonial	-131.557	-656.594	-204.417	-385.728
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-136.204	-703.923	-217.771	-432.299
3.06	Resultado Financeiro	-29.800	-70.906	-23.496	-54.657
3.06.01	Receitas Financeiras	195	1.094	338	677
3.06.02	Despesas Financeiras	-29.995	-72.000	-23.834	-55.334
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-166.004	-774.829	-241.267	-486.956
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-166.004	-774.829	-241.267	-486.956
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-166.004	-774.829	-241.267	-486.956
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0	-18,57	0	-11,67
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0	-18,57	0	-11,67

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-166.004	-774.829	-241.267	-486.956
4.03	Resultado Abrangente do Período	-166.004	-774.829	-241.267	-486.956

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-41.421	-36.742
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-30.180	-25.940
6.01.01.01	(Prejuízo) lucro do período	-774.829	-486.956
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	7.266	4.319
6.01.01.03	Juros líquido sobre partes relacionadas	31.528	17.916
6.01.01.04	Juros sobre contas a pagar	2.774	258
6.01.01.05	Juros sobre cauções	-254	-375
6.01.01.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	656.594	385.728
6.01.01.07	Ganho na alienação de ativos	-3.482	0
6.01.01.08	Baixa de ativo imobilizado	1.156	0
6.01.01.09	Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	23.613	29.798
6.01.01.10	Comissões e outras penalidades	1.221	1.848
6.01.01.13	Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	24.233	21.524
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-11.241	-10.802
6.01.02.01	(Aumento) em impostos a recuperar	311	520
6.01.02.03	(Redução) aumento em fornecedores	-4.051	-5.910
6.01.02.04	(Redução) aumento em impostos e contr. sociais a recolher	842	-4.507
6.01.02.06	(Aumento) redução em adiantamentos	573	-56
6.01.02.07	Aumento (redução) em salários, férias e 13 a pagar	-2.774	-815
6.01.02.08	(Aumento) redução em outras contas a receber	-78	190
6.01.02.10	Pagamento de Juros sobre empréstimos	-4.769	-530
6.01.02.11	(Aumento) redução em contas a receber de clientes	-45	-67
6.01.02.14	Depósitos judiciais	-1.005	627
6.01.02.15	Pagamentos de contingências	-245	-254
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-124.060	-123.244
6.02.02	Aquisição de ativo imobilizado em curso	-2.030	-5.473
6.02.06	Aportes de capital em controladas	-53.535	0
6.02.07	Mútuo com partes relacionadas	-70.093	-118.164
6.02.08	Aplicações financeiras	1.598	393
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	165.497	159.719
6.03.04	Mútuo com partes relacionadas	167.311	164.225
6.03.09	Pagamento de empréstimos	0	-4.506
6.03.11	Pagamento de passivos de arrendamento	-1.814	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	16	-267
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	69	342
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	85	75

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.919.019	55.379	0	-3.050.887	0	-76.489
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.919.019	55.379	0	-3.050.887	0	-76.489
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-774.829	0	-774.829
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-774.829	0	-774.829
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.919.019	55.379	0	-3.825.716	0	-851.318

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.919.019	55.379	0	-2.194.590	0	779.808
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.919.019	55.379	0	-2.194.590	0	779.808
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-486.956	0	-486.956
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-486.956	0	-486.956
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.919.019	55.379	0	-2.681.546	0	292.852

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
7.01	Receitas	2.658	4.509
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.658	4.509
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-30.775	-31.564
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-34.257	-31.564
7.02.04	Outros	3.482	0
7.02.04.02	Ganho na alienação de ativos	3.482	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-28.117	-27.055
7.04	Retenções	-7.266	-4.319
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.266	-4.319
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-35.383	-31.374
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-655.447	-385.062
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-656.594	-385.728
7.06.02	Receitas Financeiras	1.147	666
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-690.830	-416.436
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-690.830	-416.436
7.08.01	Pessoal	10.078	12.597
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.128	5.217
7.08.01.02	Benefícios	1.355	1.547
7.08.01.03	F.G.T.S.	536	713
7.08.01.04	Outros	6.059	5.120
7.08.01.04.01	Honorários da Diretoria	6.059	5.120
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.742	1.973
7.08.02.01	Federais	1.742	1.973
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	72.179	55.950
7.08.03.01	Juros	57.998	50.298
7.08.03.02	Aluguéis	205	705
7.08.03.03	Outras	13.976	4.947
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-774.829	-486.956
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-774.829	-486.956

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	2.315.598	2.628.385
1.01	Ativo Circulante	26.640	1.737.707
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.068	14.929
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.423	13.778
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.423	13.778
1.01.03	Contas a Receber	3.681	8.210
1.01.03.01	Clientes	3.681	8.210
1.01.06	Tributos a Recuperar	13.276	4.482
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	13.276	4.482
1.01.07	Despesas Antecipadas	268	2.491
1.01.07.01	Adiantamento a Fornecedores	268	2.491
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.924	1.693.817
1.01.08.03	Outros	1.924	1.693.817
1.01.08.03.01	Outros Créditos	1.924	869
1.01.08.03.02	Ativos Classificados como Mantidos para Venda	0	1.683.768
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	0	9.180
1.02	Ativo Não Circulante	2.288.958	890.678
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	33.162	47.535
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	6.520	7.864
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.157	1.773
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	25.485	37.898
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	11.363	10.866
1.02.01.10.04	Outros Créditos	6.108	6.214
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	8.014	20.818
1.02.02	Investimentos	575.591	603.747
1.02.02.01	Participações Societárias	575.591	603.747
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	575.591	603.747
1.02.03	Imobilizado	1.680.205	239.396
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	151.357	159.038
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	21.284	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.507.564	80.358

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	2.315.598	2.628.385
2.01	Passivo Circulante	2.362.920	2.195.371
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.493	8.625
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.493	8.625
2.01.02	Fornecedores	319.256	48.531
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	319.256	48.531
2.01.03	Obrigações Fiscais	40.239	5.373
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.109.402	348.669
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.109.402	348.669
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.109.402	348.669
2.01.05	Outras Obrigações	851.447	447.722
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	711.036	283.472
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	711.036	283.472
2.01.05.02	Outros	140.411	164.250
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	92.446	151.136
2.01.05.02.05	Contas a Pagar - CCEE/Eletrobrás	44.638	13.114
2.01.05.02.06	Arrendamentos a pagar	3.327	0
2.01.06	Provisões	34.083	38.036
2.01.06.02	Outras Provisões	34.083	38.036
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	1.014	1.014
2.01.06.02.04	Provisão para Contrato Oneroso	33.069	37.022
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	0	1.298.415
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	0	1.298.415
2.02	Passivo Não Circulante	803.996	509.503
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	384.755	63.587
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	384.755	63.587
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	384.755	63.587
2.02.02	Outras Obrigações	309.407	358.212
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	255.952	337.548
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	255.952	337.548
2.02.02.02	Outros	53.455	20.664
2.02.02.02.03	Contas a Pagar - CCEE/Eletrobrás	17.201	20.664
2.02.02.02.04	Arrendamentos a Pagar	36.254	0
2.02.04	Provisões	109.834	87.704
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	109.834	81.259
2.02.04.02	Outras Provisões	0	6.445
2.02.04.02.04	Provisão para Contrato Oneroso	0	6.445
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-851.318	-76.489
2.03.01	Capital Social Realizado	2.919.019	2.919.019
2.03.01.01	Capital Social	2.960.776	2.960.776
2.03.01.02	Gasto na Emissão de Ações	-41.757	-41.757
2.03.02	Reservas de Capital	55.379	55.379
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.825.716	-3.050.887

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	10.451	87.058	193.860	573.131
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.179	-61.818	-225.456	-679.260
3.02.01	Depreciação e amortização	-2.419	-7.193	-2.357	-7.131
3.02.02	Custo de operação	-2.504	-54.041	-222.862	-671.566
3.02.03	Encargos de uso do do sistema de distribuição	-256	-584	-237	-563
3.03	Resultado Bruto	5.272	25.240	-31.596	-106.129
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-42.138	-481.278	-73.153	-110.807
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-19.267	-133.549	-18.924	-67.599
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.482	3.482	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-43.887	-400.244	-63.376	-79.284
3.04.05.01	Depreciações e Amortizações	-2.942	-5.098	-452	-1.348
3.04.05.02	Outras despesas	-40.945	-135.743	-62.924	-77.936
3.04.05.04	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Imobilizado	0	-259.403	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	17.534	49.033	9.147	36.076
3.04.06.01	Resultado de equivalência patrimonial	17.534	49.033	9.147	36.076
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-36.866	-456.038	-104.749	-216.936
3.06	Resultado Financeiro	-126.622	-312.242	-135.435	-266.189
3.06.01	Receitas Financeiras	92	731	1.374	2.182
3.06.02	Despesas Financeiras	-126.714	-312.973	-136.809	-268.371
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-163.488	-768.280	-240.184	-483.125
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.516	-6.549	-1.083	-3.831
3.08.01	Corrente	-2.446	-6.267	-1.354	-4.070
3.08.02	Diferido	-70	-282	271	239
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-166.004	-774.829	-241.267	-486.956
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-166.004	-774.829	-241.267	-486.956
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-166.004	-774.829	-241.267	-486.956

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-166.004	-774.829	-241.267	-486.956
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-166.004	-774.829	-241.267	-486.956
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-166.004	-774.829	-241.267	-486.956

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2019 à 30/09/2019	Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2	81.019
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-225.847	-285.252
6.01.01.01	(Prejuízo) Lucro no Período	-774.829	-486.956
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	12.291	8.479
6.01.01.03	Juros líquido sobre partes relacionadas	69.631	44.884
6.01.01.04	Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	127.459	138.734
6.01.01.05	Juros sobre aplicações financeiras e cauções	-1.249	-1.808
6.01.01.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-49.033	-36.076
6.01.01.07	Multa sobre ressarcimento	28.109	13.370
6.01.01.08	Baixa de ativo imobilizado	8.008	0
6.01.01.09	Apropriação dos custos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	20	19
6.01.01.10	Ajustes CCEE/ Eletrobrás	2.117	11.699
6.01.01.11	Impostos Diferidos	616	-523
6.01.01.13	Comissões e outras penalidades	35.076	3.948
6.01.01.15	Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	33.615	21.707
6.01.01.16	Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	259.403	0
6.01.01.17	Ganho na alienação de ativos	-3.482	0
6.01.01.19	Juros sobre contas a pagar	36.799	-2.729
6.01.01.20	Reversão provisão para contrato oneroso	-10.398	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	225.849	366.271
6.01.02.01	(Aumento) em impostos a recuperar	-5.409	-13.426
6.01.02.03	(Redução) aumento em fornecedores	-1.461	38.757
6.01.02.04	(Redução) aumento em impostos e contr. sociais a recolher	19.339	2.698
6.01.02.05	(Aumento) redução em depósitos judiciais	-1.007	-112
6.01.02.06	(Aumento) redução em adiantamentos	2.336	-2.154
6.01.02.07	Aumento (redução) em salários, férias e 13 a pagar	-2.774	-815
6.01.02.08	(Aumento) redução em outras contas a receber	11.337	1.653
6.01.02.09	Aumento (redução) em outras contas a pagar	55.086	53.233
6.01.02.10	(Aumento) em contas a receber de clientes	4.529	7.324
6.01.02.11	Pagamento de IR e CS	-1.654	-1.823
6.01.02.12	Pagamento de Juros sobre empréstimos	-9.218	-4.823
6.01.02.14	Contas a pagar - Eletrobrás/CCEE	-24.822	-14.465
6.01.02.16	Partes relacionadas	93.443	235.702
6.01.02.17	Dividendos recebidos	86.369	64.776
6.01.02.18	Pagamentos de contingências	-245	-254
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-9.038	-39.689
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado em serviço	-11	-6
6.02.02	Aquisição de ativo imobilizado em curso	-23.478	-6.255
6.02.06	Aplicações financeiras	14.451	-33.428
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.206	-50.665
6.03.01	Aumento de financiamento e empréstimos	24.400	0
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-60.912	-50.665
6.03.03	Partes relacionadas	37.751	0
6.03.04	Pagamento de passivos de arrendamento	-2.445	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-10.242	-9.335
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.310	24.750
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.068	15.415

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.919.019	55.379	0	-3.050.887	0	-76.489	0	-76.489
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.919.019	55.379	0	-3.050.887	0	-76.489	0	-76.489
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-774.829	0	-774.829	0	-774.829
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-774.829	0	-774.829	0	-774.829
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.919.019	55.379	0	-3.825.716	0	-851.318	0	-851.318

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.919.019	55.379	0	-2.194.590	0	779.808	0	779.808
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.919.019	55.379	0	-2.194.590	0	779.808	0	779.808
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-486.956	0	-486.956	0	-486.956
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-486.956	0	-486.956	0	-486.956
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.919.019	55.379	0	-2.681.546	0	292.852	0	292.852

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
7.01	Receitas	96.560	635.408
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	93.902	630.899
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.658	4.509
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-585.816	-796.392
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-54.886	-672.310
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-275.009	-124.082
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-259.403	0
7.02.04	Outros	3.482	0
7.02.04.02	Ganho na alienação de ativos	3.482	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-489.256	-160.984
7.04	Retenções	-12.291	-8.479
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.291	-8.479
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-501.547	-169.463
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	51.512	39.088
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	49.033	36.076
7.06.02	Receitas Financeiras	2.479	3.012
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-450.035	-130.375
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-450.035	-130.375
7.08.01	Pessoal	20.769	22.641
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.453	13.278
7.08.01.02	Benefícios	3.199	2.965
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.058	1.278
7.08.01.04	Outros	6.059	5.120
7.08.01.04.01	Honorários da Diretoria	6.059	5.120
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	18.549	66.045
7.08.02.01	Federais	18.549	66.045
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	285.476	267.895
7.08.03.01	Juros	254.347	255.505
7.08.03.02	Aluguéis	446	1.316
7.08.03.03	Outras	30.683	11.074
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-774.829	-486.956
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-774.829	-486.956

Comentário do Desempenho

RELEASE DE RESULTADOS 3T19

São Paulo, 12 de novembro de 2019.

DESTAQUES DO PERÍODO E EVENTOS SUBSEQUENTES

- **Em 10 de outubro**, encerramento das negociações com a AES para alienação do Complexo Eólico Alto Sertão III e determinados projetos eólicos em desenvolvimento. A negociação foi encerrada, uma vez que as partes não chegaram a um acordo em relação às condições comerciais de operação (Evento subsequente)
- **Em 14 de outubro**, a Light S.A. comunicou que vendeu a totalidade de suas ações na Renova, sendo 7.163.074 ações ordinárias e 98 ações preferenciais, equivalentes a 17,17% do capital social, pelo valor de R\$1,00, ao CG I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. (Evento subsequente)
- **Ainda em 14 de outubro**, a Renova informou a renúncia de seu Diretor Vice-Presidente de Finanças, Desenvolvimento de Negócios e Relações com Investidores. (Evento subsequente)
- **Em 16 de outubro**, a empresa ajuizou, em conjunto com parte de suas sociedades controladas, pedido de recuperação judicial junto ao Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperação Judiciais do Foro Central Cível de São Paulo, que deferiu o pedido e nomeou KPMG Corporate Finance, representada por Osana Mendonça, como administradora judicial. (Evento subsequente)
- **Em 23 de outubro**, a Renova informou a substituição do Diretor-Presidente da Companhia, função que passou a ser ocupada pelo Sr. Marcelo J. Milliet, que assumiu interinamente também a Diretoria de Relações com Investidores. (Evento subsequente)
- **Ainda em 23 de outubro**, o Conselho de Administração da Renova aprovou a Contratação da empresa Íntegra Associados para assessorar a Gestão da Companhia (Gestão Interina), bem como autorizou a celebração de Contratos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC's), no montante total e agregado de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) com qualquer acionista até 31 de dezembro de 2019. (Evento subsequente)
- **Em 30 de outubro**, a Companhia tomou conhecimento do auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil contra a Companhia com base na "Operação Descarte". (Evento Subsequente)
- Principais destaques do resultado do 3T19: Receita Operacional Líquida de R\$ 10,4 milhões, EBITDA negativo de R\$ 22,4 milhões, EBITDA ajustado negativo R\$ 52,5 milhões e Prejuízo Líquido de R\$166 milhões.

¹ Para cálculo do *market cap* deve-se considerar o total de ações da Renova, dividir o valor por 3 (devido a negociação em *Units*, composta por uma ação ordinária e duas ações preferenciais) e multiplicar pela cotação do valor mobiliário RNEW11 na data desejada.

TELECONFERÊNCIA DE RESULTADOS

13 de novembro de 2019
16h00 (BRT) e 17h00 (EDT)

Slides da apresentação e áudio estarão disponíveis em:
<http://ri.renovaenergia.com.br>

ÍNDICE

Sobre a Renova	02
Portfólio de Projetos	02
Mensagem da Administração	06
Destaques em Detalhe	07
Demonstrações de Resultado	09
Fluxo de Caixa	14
Análise do Balanço Patrimonial	18
Desempenho da RNEW11	22
Estrutura Acionária	24
Glossário	25

DADOS EM 07/11/2019

RNEW11 = R\$ 11,06/Unit

VALOR DE MERCADO¹

RNEW11 = R\$ 153,8 milhões

ri@renovaenergia.com.br
+55 (11) 3509-1152/1143

Comentário do Desempenho



1. SOBRE A RENOVA ENERGIA

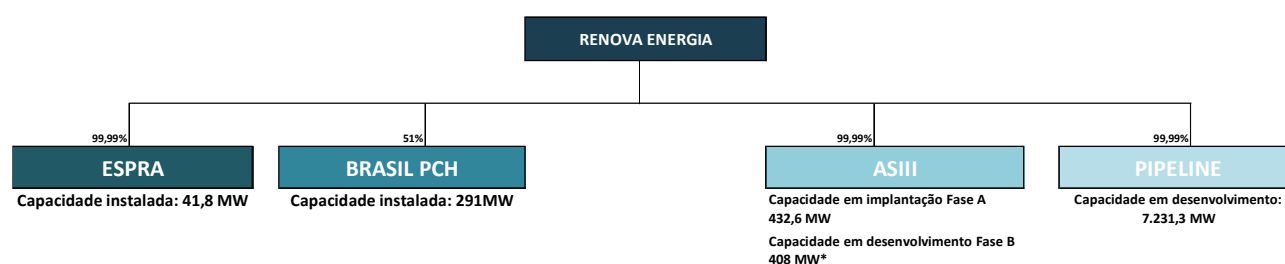
A Renova Energia S.A. (“Companhia” ou “Renova”) é uma empresa de energia renovável, com foco em parques eólicos e solares e pequenas centrais hidrelétricas. O maior diferencial da Companhia é estar presente em toda a cadeia de valor, fazendo prospecção, desenvolvimento, implantação e operação de projetos de energia renovável.

2. ORGANOGRAMA SIMPLIFICADO

Hoje a Companhia tem projetos em três fases diferentes, sendo elas:

Em desenvolvimento	Em implantação	Em operação
Projetos em estágio de desenvolvimento são aqueles que estão em fase de arrendamento de propriedades, licenciamento, estudos de impacto ambiental e estudos de viabilidade, sem que haja o compromisso em atender algum contrato de compra/venda de energia (<i>Power Purchase Agreement</i> - “PPA”).	A partir da contratação de PPAs, os projetos passam à fase de implantação até que estejam operacionais. Atualmente, a Renova está implantando o Complexo eólico Alto Sertão III com 437,4MW de capacidade instalada (Alto Sertão III Fase A – 390,3 MW; Projeto Híbrido (Eólico) – 43,2 MW; Projeto Híbrido (Solar) – 4,8 MW, sem PPA), que, quando operacional, atenderá contratos dos Mercados Livre e Regulado.	Hoje, a Companhia tem em operação três Pequenas Centrais Hidroelétricas (“PCHs”) da Espira (41,8 MW de capacidade instalada), e participação de 51% na Brasil PCH que detém 13 PCHs (“BrPCH”) (291 MW de capacidade instalada).

Abaixo segue resumo do organograma de projetos da Renova, com a capacidade de cada um:

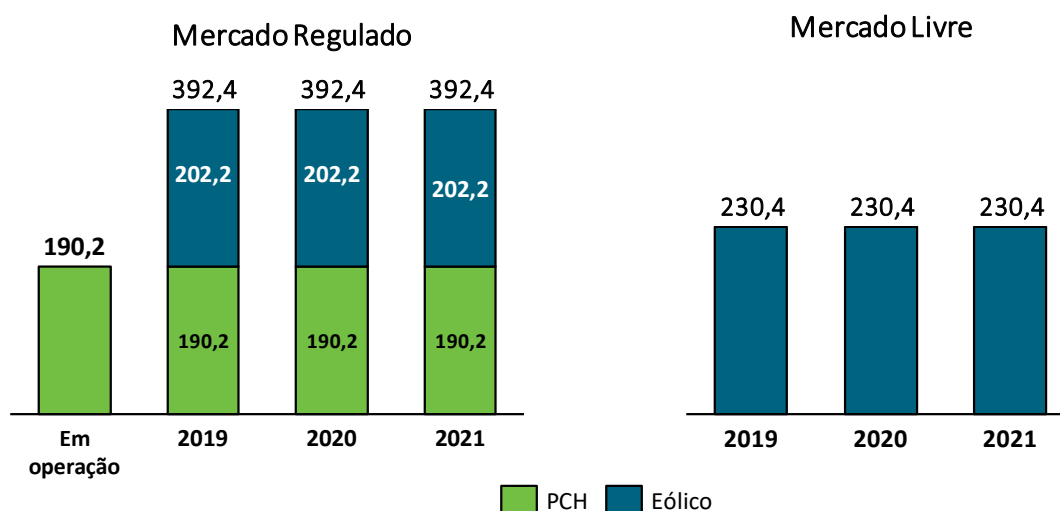


O *Pipeline* é estimado, pois o potencial efetivo depende de características topográficas e socioambientais da região.

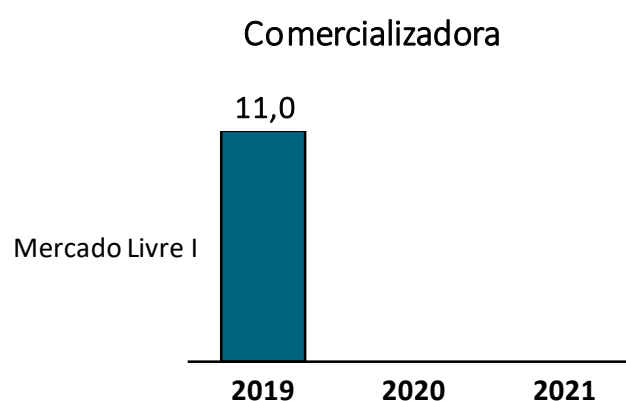
Comentário do Desempenho



Capacidade Instalada (MW), por ambiente de contratação*



Energia Contratada* não lastreada por geração (MWm)



*Posição prevista em dezembro de cada ano.

Comentário do Desempenho



3. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

No último mês, a Renova passou por grandes e expressivas mudanças. No dia 10 de outubro, as negociações com a AES para alienação do complexo Alto Sertão III e projetos em desenvolvimento foi encerrada após as partes não entrarem em acordo em relação às condições comerciais.

Posteriormente, no dia 15 de outubro de 2019, a Light informou ao mercado a venda da totalidade de suas ações da Renova (7.163.074 ações ordinárias e 98 ações preferencias) para o CG I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Após essa transação, o quadro de acionistas da Companhia passou a ser composto conforme quadro abaixo.

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Bloco de Controle	28.154.191	85,367%	99	0,001%	28.154.290	67,484%
CG I FIP MULTIESTRATÉGIA	13.038.820	39,535%	98	0,001%	13.038.918	31,254%
Cemig GT	15.115.371	45,832%	1	0,000%	15.115.372	36,231%
Outros Acionistas	4.826.033	14,633%	8.739.401	99,999%	13.565.434	32,516%
CG I FIP MULTIESTRATÉGIA	762.108	2,311%	644.156	7,371%	1.406.264	3,371%
BNDESPAR	696.683	2,112%	1.393.366	15,943%	2.090.049	5,010%
InfraBrasil	1.165.148	3,533%	2.330.295	26,664%	3.495.443	8,378%
FIP Caixa Ambiental	547.030	1,659%	1.094.059	12,519%	1.641.089	3,934%
Outros	1.655.064	5,018%	3.277.525	37,502%	4.932.589	11,823%
Total	32.980.224	100,000%	8.739.500	100,000%	41.719.724	100,000%

Para garantir a continuidade operacional da Companhia, no dia 16 de outubro, após discutir e estudar a situação da Empresa, os Controladores, o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia decidiram protocolar pedido de Recuperação Judicial, que permite à Companhia a proteção dos seus ativos, e o equacionamento de seu passivo com credores e dar sustentabilidade ao negócio no longo prazo.

O pedido da recuperação foi deferido no mesmo dia pelo Juízo da 2ª. Vara de Recuperações e Falências. No momento, a Companhia concentra os seus esforços no desenvolvimento do Plano de Recuperação Judicial, como prevê a Lei, a ser protocolado em juízo até o dia 13/12/2019.

Além disso, no dia 23 de outubro foi informado ao mercado a substituição do diretor-presidente. O Sr. Marcelo J. Milliet que assumiu a posição de Diretor-Presidente, é um profissional com larga experiência em reestruturação e gestão de empresas. Marcelo também assume interinamente a diretoria de Relações com Investidores.

O Conselho de Administração aprovou a contratação da Integra Associados para o assessoramento e suporte à gestão da Companhia (Gestão Interina).

A Diretoria da Companhia foi autorizada também a contratar até dezembro de 2019 adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC's) com quaisquer acionistas da Companhia até o valor agregado de R\$ 50.000.000,00, para fazer frente às obrigações e compromissos financeiros.

Comentário do Desempenho



4. DESTAQUES EM DETALHE

4.1. Encerramento das negociações com a AES para aquisição de ativos

A Renova conforme Fato Relevante divulgado em 9 de abril de 2019, celebrou o contrato de compra e venda de ações para alienação do Complexo Eólico Alto Sertão III e determinados projetos eólicos em desenvolvimento à AES Tietê.

A Operação previa o equacionamento das dívidas com credores do projeto, sendo que a AES Tietê assumiria a dívida financeira estimada em cerca de R\$ 1 bilhão, majoritariamente com o BNDES.

No dia 10 de outubro de 2019, o mercado foi informado que as negociações foram encerradas, depois que as partes não chegaram a um acordo em relação às condições comerciais da operação.

4.2 Light vende totalidade de suas ações da Companhia

No dia 14 de outubro de 2019, a Light por meio de Fato Relevante informou a Companhia e ao mercado em geral que foi celebrado um Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças, através do qual alienou a totalidade de suas ações da Renova pelo valor de R\$1,00, ao CG I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, (7.163.074 ações ordinárias e 98 ações preferenciais, equivalentes a 17,17% do capital social da Companhia).

4.3 Renúncia da Diretoria

Em 14 de outubro de 2019, foi informado ao mercado via Fato Relevante que o Sr. Claudio Ribeiro apresentou, ao Conselho de Administração da Companhia, a renúncia do cargo de Diretor Vice-Presidente de Finanças, Desenvolvimento de Negócios e Relações com Investidores.

4.4. Pedido de Recuperação Judicial

No dia 16 de outubro de 2019, a Renova informou ao mercado por meio de Fato Relevante que ajuizou, em conjunto com partes de suas sociedades controladas, pedido de recuperação judicial junto a 2ª. Vara de Recuperação e Falências da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº11.101/05, em caráter de urgência, conforme aprovado pelo seu Conselho de Administração, que será ainda referendado da Assembleia de Acionistas.

Não estão incluídas no pedido da recuperação judicial a Brasil PCH S.A., suas 13 subsidiárias e a Enerbrás Centrais Elétricas S.A e sua subsidiária, Energética Serra da Prata S.A., pois são empresas operacionais e financeiramente equacionadas.

O pedido de recuperação ajuizado contempla obrigações de cerca de R\$2,7 bilhões totais, sendo R\$12,7 milhões no âmbito trabalhista, R\$1,6 bilhões para bancos (com e sem garantia real), credores quirografários e

Comentário do Desempenho



micro e pequenas empresas. Além desse total, a Companhia tem 986 milhões com partes relacionadas e 145 milhões de créditos extraconcursais. Constan ainda R\$406 milhões de débitos *intercompany*.

Conforme Fato Relevante do dia 16 de outubro de 2019, o Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo deferiu o processo do pedido de recuperação judicial da Renova e demais empresas do grupo.

4.6. Mudança na diretoria

O Conselho de Administração da Renova Energia S.A. em reunião realizada no dia 23 de outubro de 2019 aprovou, a substituição do Diretor-Presidente, que naquele momento era ocupada pelo senhor Cristiano Corrêa de Barros, pelo senhor Marcelo J. Milliet.

Marcelo também ocupará interinamente a Diretoria de Relações com Investidores.

Também foi definido que a Diretoria de Finanças e Desenvolvimento de Negócios, não estatutária, será exercida pelo senhor Rodrigo de Caldas Toledo Aguiar.

Marcelo e Rodrigo são profissionais de mercado com experiência em reestruturação e gestão de empresas, atendendo o atual momento da Companhia.

4.7 Contratação da Integra Associados e aprovação de AFAC

O Conselho de Administração aprovou ainda a contratação da empresa Íntegra Associados para o assessoramento e suporte à Gestão da Companhia (Gestão Interina), e a celebração de Contratos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital até montante total e agregado de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) com qualquer acionista da Companhia até 31 de dezembro de 2019.

4.8. Auto de Infração – Apuração de IRPJ, IRRF e CSLL

A Companhia tomou ciência, e informou ao mercado no dia 30 de outubro de 2019, do auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil contra a Companhia com base na “Operação Descarte, que questiona a apuração dos cálculos dos Imposto de Renda Pessoa jurídica (“IRPJ”), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) e Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”) supostamente devidos pela Companhia, em virtude da não comprovação de despesas, falta de recolhimento do IRPJ sobre a base de cálculo estimada e a não comprovação de custos e despesas operacionais.

A autuação compreende os valores de R\$ 8.036.715,86 a título de IRPJ, R\$ 2.893.217,69 a título de CSLL e R\$ 78.387.828,86 a título de IRRF, incluindo, em todos os casos, multas e juros.

A Companhia irá avaliar detalhadamente a fundamentação de referido auto de infração em conjunto com seus assessores legais e, conforme tal análise, apresentará impugnação ao referido auto de infração no prazo regulamentar.

Comentário do Desempenho



5. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

Renova Energia S.A.						
(Valores em R\$ mil)	3T19	3T18	Variação	9M19	9M18	Variação
Receita operacional bruta	10.867	214.966	-94,9%	93.902	630.899	-85,1%
(-) Impostos - Pis, Cofins e ICMS	(416)	(21.106)	-98,0%	(6.844)	(57.768)	-88,2%
Receita operacional líquida (ROL)	10.451	193.860	-94,6%	87.058	573.131	-84,8%
Custos não gerenciáveis	(256)	(237)	8,0%	(584)	(563)	3,7%
Custos gerenciáveis	(2.504)	(222.862)	-98,9%	(54.041)	(671.566)	-92,0%
Depreciação	(2.419)	(2.357)	2,6%	(7.193)	(7.131)	0,9%
Lucro bruto	5.272	(31.596)	n.a	25.240	(106.129)	n.a
Despesas administrativas	(60.212)	(81.848)	-26,4%	(269.292)	(145.535)	85,0%
Depreciação administrativa	(2.942)	(452)	550,9%	(5.098)	(1.348)	278,2%
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	-	n.a	(259.403)	-	n.a
Receitas/Despesas Financeiras	(126.622)	(135.435)	-6,5%	(312.242)	(266.189)	17,3%
Resultado de equivalência patrimonial	26.610	18.223	46,0%	76.260	63.303	20,5%
Amortização da mais valia	(9.076)	(9.076)	n.a	(27.227)	(27.227)	n.a
Ganho na venda de ativos	3.482	-	n.a	3.482	-	n.a
IR e CS	(2.516)	(1.083)	132,3%	(6.549)	(3.831)	70,9%
Prejuízo Líquido	(166.004)	(241.267)	-31,2%	(774.829)	(486.956)	59,8%

A Companhia apresentou uma redução do prejuízo no 3º trimestre de 2019 em comparação com o 3T18 de 31,2% devido principalmente (i) à redução das despesas administrativas, (ii) à suspensão e cessão dos contratos de compra e venda de energia para Cemig e Light, o que também afetou os custos gerenciáveis que caíram 98,9%, (iii) a redução das despesas financeiras, (iv) aumento do resultado de equivalência patrimonial, e (v) ganho na venda de ativos.

5.1. Receita operacional líquida consolidada

No terceiro trimestre de 2019, a Receita Operacional Líquida foi de R\$ 10,4 milhões e no acumulado do ano de 87,1 milhões.

Renova Energia S.A.						
(Valores em R\$ mil)	3T19	3T18	Variação	9M19	9M18	Variação
Receita líquida – PCHs	10.126	933	985,3%	31.679	21.021	50,7%
Receita líquida - Comercialização de energia	325	192.927	-99,8%	55.379	552.110	-90,0%
Receita operacional líquida (ROL)	10.451	193.860	-94,6%	87.058	573.131	-84,8%

A redução de 94,6% na receita líquida do 3T19 deveu-se à suspensão dos contratos Light I e Cemig I, além da

Comentário do Desempenho



cessão de outros contratos para Cemig e Light no mês de março de 2019. Apesar da redução no trimestre a receita líquida das PCHs aumentou 9,19 milhões devido ao aumento de geração de energia. Esse aumento é consequência do aumento das chuvas na região no mês de agosto.

5.2. Custos consolidados

Os custos de produção de energia incluem custos gerenciáveis e não gerenciáveis.

Custos não gerenciáveis: (i) tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), referente ao uso do sistema de distribuição da Coelba (concessionária na qual as PCHs da ESPRA se conectam), e tarifa do uso do sistema de transmissão (TUST), referente ao sistema de transmissão; (ii) taxa de fiscalização cobrada pela ANEEL.

No 3T19 os custos não gerenciáveis totalizaram R\$ 256 mil, apresentando um aumento de 8%. No acumulado do ano de 2019, este valor foi de R\$ 584 mil, um aumento de 3,7%.

Custos gerenciáveis: (i) atividades de operação e manutenção dos parques eólicos e PCHs, e (ii) compra de energia.

Renova Energia S.A.						
(Valores em R\$ mil)	3T19	3T18	Variação	9M19	9M18	Variação
Serviços de Terceiros	1.380	1.178	17,1%	2.870	3.040	-5,6%
Aluguéis e Arrendamentos	-	576	-100,0%	-	1.414	-100,0%
Seguros	53	60	-11,7%	159	180	-11,7%
Material de Uso e Consumo	177	342	-48,2%	695	616	12,8%
Energia para revenda	331	220.119	-99,8%	48.578	664.579	-92,7%
Repactuação do risco hidrológico	516	497	3,8%	1.532	1.476	3,8%
Outras	47	90	-47,8%	207	261	-20,7%
Total	2.504	222.862	-98,9%	54.041	671.566	-92,0%

No 3T19, os custos gerenciáveis somaram R\$ 2,4 milhões, redução de 98,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente em função da compra de Energia para Revenda, que teve redução 219 milhões no terceiro semestre de 2019 devido à suspensão dos contratos Light I e Cemig I, além da cessão de outros contratos para Cemig e Light.

Excluindo os custos com compra de energia para revenda, os custos gerenciáveis totalizariam R\$ 2,1 milhões no trimestre, uma redução de 22,5% em comparação ao 3T18.

Comentário do Desempenho



5.3. Despesas administrativas consolidadas

As despesas administrativas registradas no terceiro trimestre de 2019 totalizaram R\$ 60,2 milhões, apresentando uma redução de R\$ 21,6 milhões em relação ao terceiro trimestre de 2018. Considerando apenas o SG&A, houve um aumento de R\$ 804 mil (5,7%) no trimestre.

Renova Energia S.A.						
(Valores em R\$ mil)	3T19	3T18	Variação	9M19	9M18	Variação
Pessoal e Administração	7.715	6.666	15,7%	21.507	21.899	-1,8%
Serviços de Terceiros	4.996	5.091	-1,9%	8.431	12.571	-32,9%
Aluguéis e arrendamentos	206	454	-54,6%	446	1.184	-62,3%
Viagens	214	940	-77,2%	1.829	1.736	5,4%
Seguros	1.103	331	233,2%	3.792	2.846	33,2%
Telefonia e TI	524	545	-3,9%	1.769	1.983	-10,8%
Material de uso e consumo	194	121	60,3%	501	520	-3,7%
Subtotal SG&A	14.952	14.148	5,7%	38.275	42.739	-10,4%
Contingências cíveis e trabalhistas	3.955	4.069	-2,8%	32.575	21.973	48,3%
Licenças e estudos ambientais	629	-	n.a	2.892	-	n.a
Taxas regulatórias	7.305	5.835	25,2%	19.525	16.689	17,0%
Perda na desativação de bens e direitos	-	-	-	6.740	-	n.a
Contrato oneroso	24.109	-	n.a	(10.398)	-	n.a
Multa sobre ressarcimento	6.190	5.160	20,0%	28.109	13.370	110,2%
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	-	n.a	259.403	-	n.a
Provisão para perda a valor recuperável de crédito de pis/confins	(366)	-	n.a	(1.750)	-	n.a
Penalidades contratuais e regulatórias	2	214	-99,1%	61.083	1.956	3022,9%
Indenizações contratuais	-	51.635	n.a	87.449	51.635	69,4%
Outras	3.436	787	336,6%	4.792	(2.827)	n.a
Total	60.212	81.848	-26,4%	528.695	145.535	263,3%

As principais variações nas despesas apresentadas no quadro acima devem-se a:

- **Serviços de terceiros:** No acumulado do ano a redução em relação aos mesmos períodos do ano anterior ocorreu principalmente em função do estorno de provisões para as quais não há expectativa de realização.
- **Seguros:** Aumento de aproximadamente 772 mil reais devido ao pagamento de seguros da empresa Alto Sertão III, Fase A.
- **Contingências cíveis e trabalhistas:** No acumulado do ano de 2019 houve um aumento de 48,3% em relação ao mesmo período do ano anterior devido às provisões referentes principalmente às disputas judiciais com fornecedores.

Comentário do Desempenho



- **Taxas regulatórias:** Aumento de 25,2% no período e 17% no acumulado do ano devido a provisão e atualização do TUST referente ao LER 2014
- **Perda na desativação de bens e direitos:** No acumulado do ano de 2019 ocorreu o reconhecimento da baixa de um aerogerador do Complexo Eólico Alto Sertão III.
- **Contrato oneroso:** Em 30 de setembro de 2019 o saldo da provisão é de R\$33.069 mil, considerando que parte do valor provisionado, R\$10.399 mil, foi revertida em razão da revisão dos efeitos dos contratos onerosos face aos preços de compra de energia atualmente praticados no mercado.
- **Multa sobre ressarcimento:** No acumulado do ano de 2019 o aumento de refere-se ao complemento de provisão de multa de ressarcimento quadrienal dos contratos atrasados LER 2013 e LER 2014. A variação entre o acumulado de 2019 e o mesmo período de 2018, refere-se ao reajuste no preço contratual que serve de base para o cálculo da multa.
- **Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado:** Para o acumulado do período findo em 30 de setembro de 2019, a Administração efetuou a revisão da provisão constituída com base nas novas condições comerciais que estavam em negociação dentro do contrato de compra e venda de ações de 9 de abril de 2019 com AES Tietê para alienação do complexo eólico ASIII e determinados projetos em desenvolvimento. A partir da atualização de determinadas premissas do contrato, segundo às expectativas de negociação mais realistas, a companhia complementou em R\$259,4 milhões a provisão de perda para fazer frente às potenciais perdas na realização dos ativos do Complexo Eólico Alto Sertão III.
- **Provisão para perda a valor recuperável de crédito de PIS/COFINS:** Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia avaliou os créditos de PIS e COFINS acumulados nas operações de compra e venda de energia da sua controlada Renova Comercializadora e identificou a necessidade de constituir uma provisão para redução ao valor realizável desses créditos no montante de aproximadamente R\$21 milhões em contrapartida ao resultado do exercício, considerando a incerteza na sua realização. Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2019, foi revertido parte dessa provisão, no montante de R\$366 mil, em decorrência do resultado apurado no período. No acumulado do ano de 2019 foi revertido o montante de R\$1,7 milhões reais.
- **Penalidades contratuais e regulatórias:** refere-se à penalidade aplicada pela ANEEL pelo cancelamento das outorgas, em 4 de junho de 2019, da Fase B do Complexo Eólico Alto Sertão III.
- **Indenizações contratuais:** Ressarcimento a ser pago em função da suspensão e cessão dos contratos de compra e venda de energia elétrica, despesa não recorrente no 3T19.

Comentário do Desempenho



5.4. Resultado financeiro consolidado

Renova Energia S.A.						
(Valores em R\$ mil)	3T19	3T18	Variação	9M19	9M18	Variação
Receitas Financeiras	92	1.374	-93,3%	731	2.182	-66,5%
Rendimentos Aplicações Financeiras	491	899	-45,4%	1.249	1.808	-30,9%
Outras Receitas Financeiras	(399)	475	n.a	(518)	374	n.a
Despesas Financeiras	(126.714)	(136.809)	-7,4%	(312.973)	(268.371)	16,6%
Encargos de Dívida	(34.805)	(65.223)	-46,6%	(127.459)	(138.734)	-8,1%
Juros Partes Relacionadas	(23.031)	(24.038)	-4,2%	(69.631)	(44.884)	55,1%
Outras Despesas Financeiras	(68.878)	(47.548)	44,9%	(115.883)	(84.753)	36,7%
Resultado Financeiro	(126.622)	(135.435)	-6,5%	(312.242)	(266.189)	17,3%

As **receitas financeiras** foram 93,3% menores no terceiro trimestre de 2019 do que o mesmo trimestre do ano anterior. Em relação ao acumulado do ano de 2019 a receita foi R\$ 1,4 milhões de reais menor (-66,5%) do que no ano anterior.

As **despesas financeiras** reduziram 7,4 % em relação ao terceiro trimestre de 2018, devido principalmente a redução dos encargos das dívidas. No acumulado do ano a diferença comparada com o ano anterior é de 16,6% ou aproximadamente R\$ 44,6 milhões de reais.

O **resultado financeiro** líquido da Companhia no terceiro trimestre de 2019 foi negativo em R\$ 126,6 milhões, uma melhora de 6,5 % em relação ao mesmo período do ano anterior devido principalmente a redução das despesas financeiras entre os períodos. No acumulado do ano existe uma piora de 17,3%, comparado com o período do ano anterior.

5.5. Brasil PCH

No terceiro trimestre de 2019, a receita líquida consolidada da Brasil PCH totalizou R\$ 109,9 milhões, aumento de 7% comparado com o mesmo período de 2018.

Brasil PCH (100%)						
(Valores em R\$ mil)	3T19	3T18	Variação	9M19	9M18	Variação
Receita Líquida	109.935	102.737	7,0%	315.273	304.656	3,48%
Custo com depreciações	(9.028)	(8.532)	5,8%	(27.050)	(25.785)	4,91%
Outros custos	(18.712)	(13.361)	40,0%	(45.688)	(37.142)	23,01%
Despesas gerais e administrativas	(4.069)	(6.344)	-35,9%	(10.572)	(16.762)	-36,93%
Reversão de perda com contrato oneroso	(1.946)	(4.775)	-59,2%	2.820	201	1302,99%
Resultado financeiro	(20.499)	(29.937)	-31,5%	(74.545)	(89.592)	-16,80%
IR e CSLL	(3.504)	(4.057)	-13,6%	(10.708)	(11.453)	-6,50%
Lucro Líquido	52.177	35.731	46,0%	149.530	124.123	20,47%

Comentário do Desempenho



O resultado financeiro líquido da Brasil PCH no 3T19 foi negativo em R\$ 29,9 milhões, apresentando uma piora de 31,5% em relação ao 3T18.

O resultado do período findo em 30 de setembro de 2019 foi impactado substancialmente por: (i) aumento do faturamento em função do reajuste contratual de 7,64%; (ii) aumentos nos custos com manutenções preventivas e corretivas realizadas nas PCHs; e (iii) redução do resultado financeiro negativo em função do aumento nos rendimentos com aplicação financeira e redução nos encargos da dívida.

A Renova, por meio da Chipley, reconhece 51% do resultado da Brasil PCH, conforme demonstrado no quadro abaixo e refletido no resultado da Renova no período.

Renova (51% Brasil PCH) (Valores em R\$ mil)	3T19	9M19
Equivalência patrimonial	19.831	76.260
Amortização da mais valia	-9.076	-27.227
Resultado	10.755	49.033

5.6. Imposto de renda, contribuição social e resultado líquido

As receitas de geração de energia da Companhia são tributadas pelo regime de lucro presumido. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

No terceiro trimestre de 2019, o imposto de renda e a contribuição social totalizaram R\$ 2,5 milhões, em comparação a R\$ 1,08 milhão no mesmo período do ano anterior.

No mesmo período, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 166 milhões, ante ao prejuízo de R\$ 241,5 milhões (melhora de 31,3%) no mesmo período do ano anterior. O resultado do 3T19 teve uma melhora devido a redução das despesas administrativas.

Comentário do Desempenho



5.7. EBITDA

Renova Energia S.A.						
(Valores em R\$ mil)	3T19	3T18	Variã o	9M19	9M18	Varição
Receita operacional líquida (ROL)	10.451	193.860	-94,6%	87.058	573.131	-84,8%
Prejuízo líquido	(166.004)	(241.267)	-31,2%	(774.829)	(486.956)	59,1%
(+) IR e CS	2.516	1.083	132,3%	6.549	3.831	70,9%
(+) Depreciação e Amortização	14.437	11.885	21,5%	39.518	35.706	10,7%
(+) Despesas Financeiras	126.714	136.809	-7,4%	312.973	268.371	16,6%
(-) Receitas Financeiras	(92)	(1.374)	-93,3%	(731)	(2.182)	-66,5%
EBITDA	(22.429)	(92.864)	-75,8%	(416.520)	(181.230)	129,8%
(+) Ganho na venda de ativos	(3.482)	-	n.a	(3.482)	-	n.a
(+) Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	-	n.a	259.403	-	n.a
(+) Equivalência patrimonial	(26.610)	(18.223)	46,0%	(76.260)	(63.303)	20,5%
(+) Outras Despesas/Receitas	2	51.849	-100,0%	146.782	53.591	173,9%
EBITDA ajustado	(52.519)	(59.238)	-11,3%	(90.077)	(190.942)	-54,6%

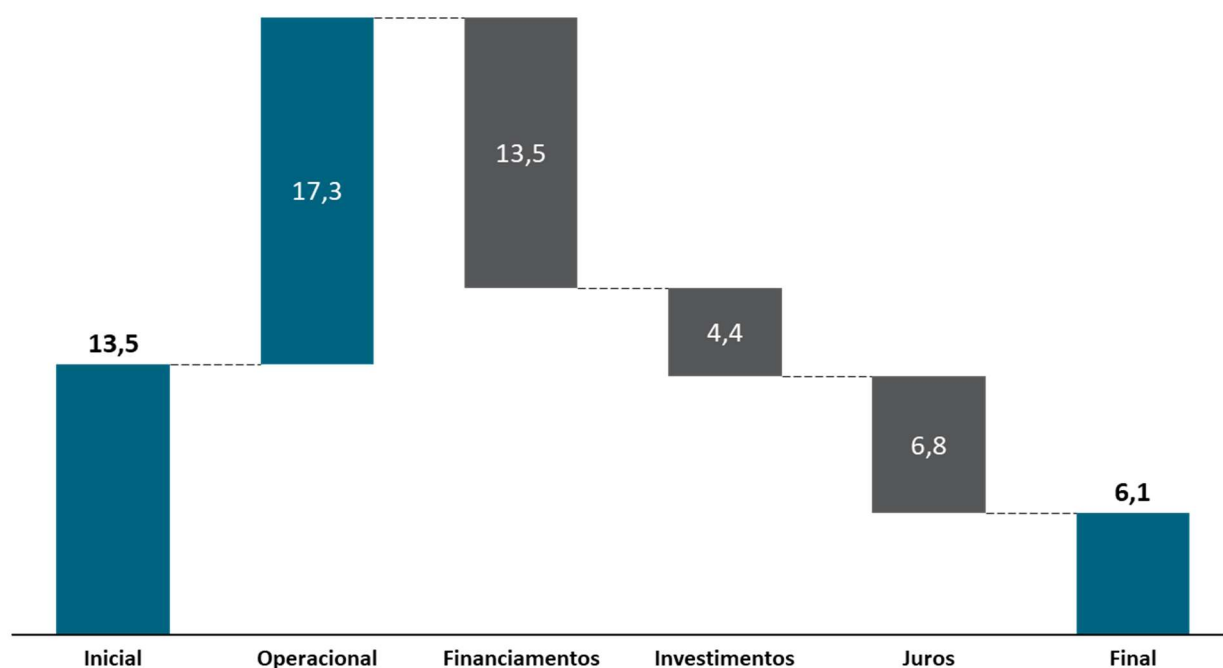
No terceiro trimestre de 2019, o EBITDA da Companhia foi negativo em R\$22,4 milhões e o EBITDA ajustado foi negativo em R\$ 52,5 milhões.

Comentário do Desempenho



6. FLUXO DE CAIXA

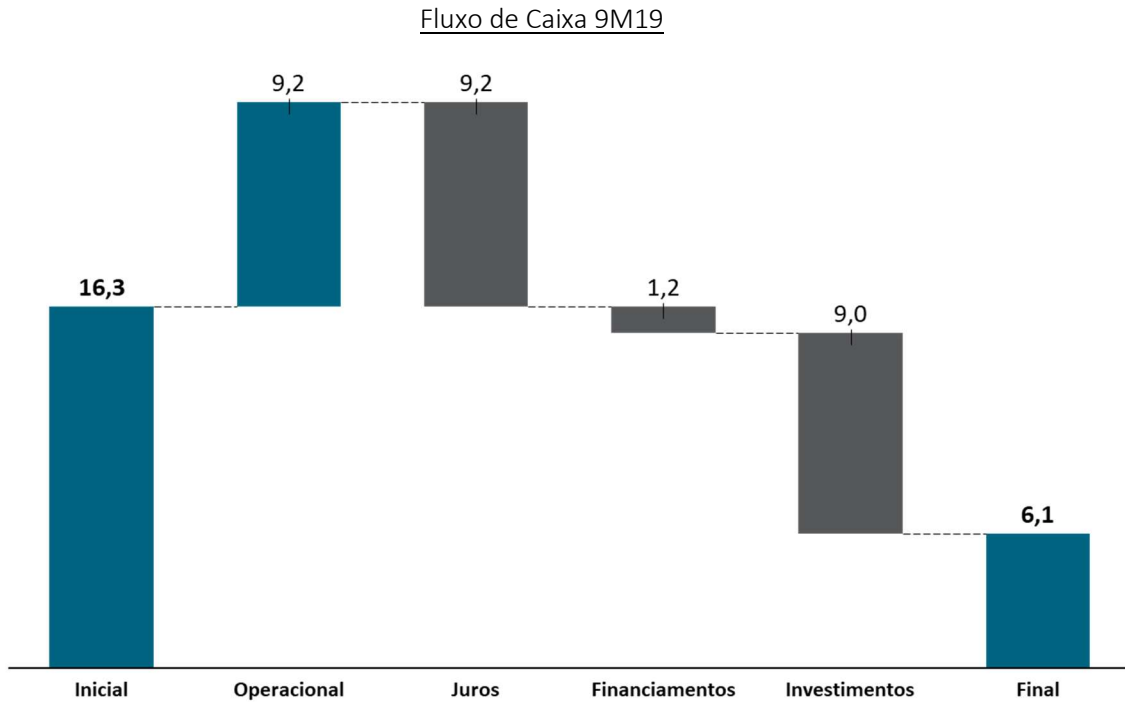
Fluxo de Caixa 3T19



No terceiro trimestre de 2019, o caixa da Renova apresentou uma redução de R\$ 7,4 milhões em relação à posição de 30 de junho de 2019. As variações são decorrentes de:

- **Operacional (+):** geração de caixa nas atividades operacionais de R\$ 17,3 milhões, líquidos do pagamento de juros.
- **Pagamento de juros (-)** sobre empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 6,8 milhões.
- **Financiamentos (-):** consumo de R\$ 13,5 milhões referentes à amortização de empréstimos e financiamentos.
- **Investimentos (-):** consumo de R\$ 4,4 milhões referentes a aplicações financeiras.

Comentário do Desempenho



No acumulado do ano de 2019, o caixa da Renova apresentou uma redução de R\$ 10,2 milhões em relação à posição de 31 de dezembro de 2018. As variações são decorrentes de:

- **Operacional (+):** aplicação de caixa nas atividades operacionais de R\$ 9,2 milhões, líquidos do pagamento de juros.
- **Pagamento de juros (-)** sobre empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 9,2 milhão.
- **Financiamentos (-):** consumo de R\$ 1,2 milhões referentes ao pagamento de empréstimos e financiamentos, além dos passivos arrendados parcialmente compensados por recebimento de partes relacionadas
- **Investimentos (-):** consumo de R\$9 milhões referentes a aquisição de imobilizados, parcialmente compensados com aplicações financeiras.

Comentário do Desempenho



7. ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

Balanco Patrimonial							
Valores em R\$ mil							
Ativo Consolidado				Passivo Consolidado			
	30/09/2019	30/06/2019	31/12/2018		30/09/2019	30/06/2019	31/12/2018
Circulante	26.640	1.468.707	1.737.707	Circulante	2.362.920	2.409.635	2.195.371
Caixa	6.068	13.431	14.929	Emp. e Financiamentos	1.109.402	208.929	348.669
Aplicações financeiras	1.423	1.526	13.778	Fornecedores	319.256	295.268	48.531
Clientes	3.681	4.527	8.210	Partes Relacionadas	711.036	646.046	283.472
Outros	15.468	10.859	17.022	Outros	223.226	54.211	216.284
Ativos mantidos para venda	-	1.438.364	1.683.768	Passivos diretamente ass. a ativos mantidos para venda	-	1.205.181	1.298.415
Não Circulante	2.288.958	906.103	890.678	Não Circulante	803.996	650.489	509.503
Aplicações financeiras	6.520	7.015	7.864	Emp. e Financiamentos	384.755	216.648	63.587
Cauções e Depósitos	11.363	11.194	10.866	Fornecedores	-	-	-
Outros	15.279	14.504	28.805	Partes Relacionadas	255.952	297.911	337.548
Investimentos	575.591	607.707	603.747	e Outros	163.289	135.930	108.368
Imobilizado	1.680.205	265.683	239.396	Patrimônio Líquido	-	851.318	-
				Capital Social	2.919.019	2.919.019	2.919.019
				Reserva de Capital	55.379	55.379	55.379
				Prejuízos Acumulados	-	3.659.712	-
					-	3.825.716	-
Ativo Total	2.315.598	2.374.810	2.628.385	Passivo Total	2.315.598	2.374.810	2.628.385

De acordo com o IFRS 5 / CPC 31, os ativos que têm venda altamente provável, com administração engajada para tal evento, e que a venda deve ser concluída em até um ano, devem ser classificados como ativos mantidos para venda.

8.1. Ativo

A redução de 59,2 milhões no ativo da Companhia deve-se principalmente ao caixa e os investimentos.

Em 30 de setembro de 2019, o valor de disponibilidades (caixa + aplicações financeiras) era de R\$ 7,5 milhões, apresentando uma redução de 50% em relação ao saldo de 30 de junho de 2019.

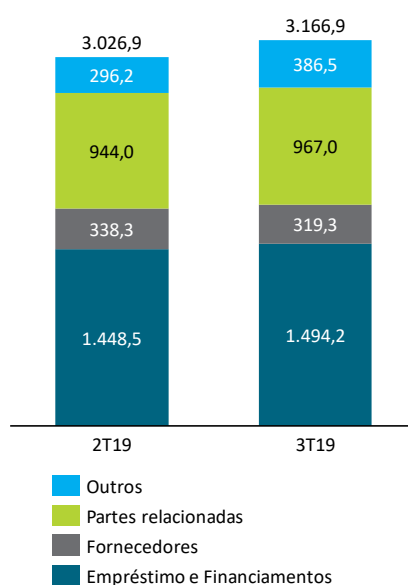
Comentário do Desempenho



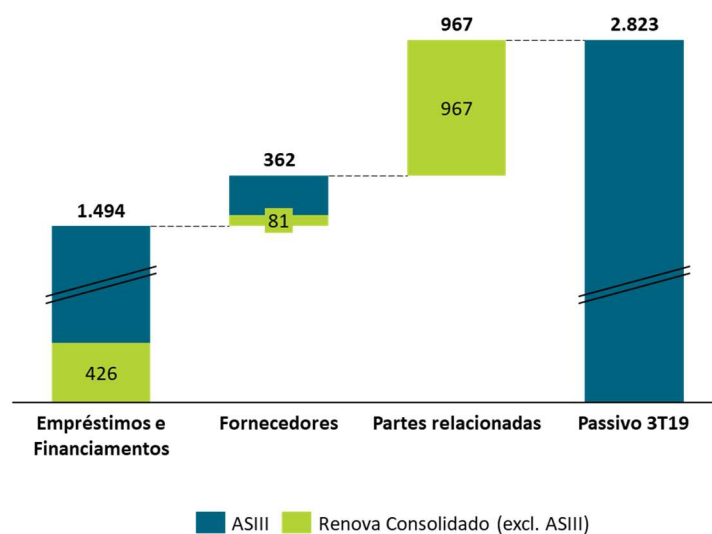
8.2. Passivo

O passivo apresentou um aumento de 4% no 3T19 chegando ao valor de aproximadamente R\$ 3,2bilhões.

Evolução Passivo Total – R\$ milhões



Composição do Passivo* – R\$ milhões

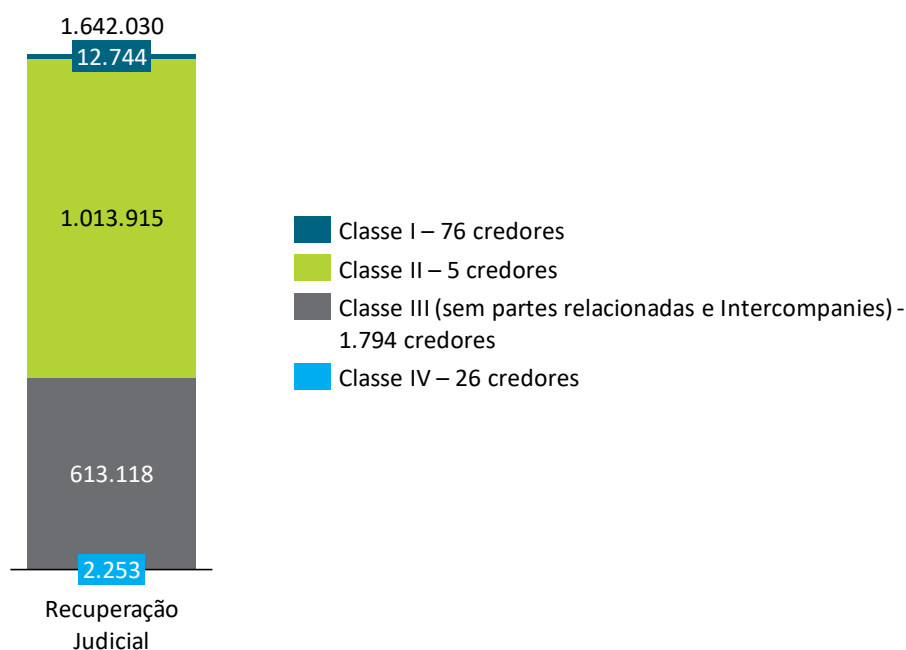


*O gráfico acima não contempla a linha "Outros" tanto do passivo circulante como a do não circulante.

Comentário do Desempenho



Composição do endividamento na Recuperação Judicial



(*) Sem o valor de partes relacionadas

Empréstimos e Financiamentos		
Contrato	Taxa	R\$ mil
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (subcrédito "B")	TJLP + 2,5% ⁴	540.637
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (subcrédito "C")	TJ6 + 8,15% a.a.	471.577
BNB ¹ – ESPRA	9,5% a.a.	65.085
Finep - CEOL Itaparica	3,5% a.a.	8.668
Outros empréstimos	100 à 155%CDI + 2,5% a 6%a.a.	408.299
Total do endividamento		1.494.266
Custo de captação		-109
End. líquido dos custos		1.494.157
Disponibilidades		25.374
Dívida líquida²		1.468.783

¹Os financiamentos possuem taxas de juros de 9,5% a.a. (podendo ser reduzido a 8,08% devido a 15% de bônus de adimplência).²Considera caixa e equivalentes de caixa + aplicações financeiras.

Em 15 de julho e 15 de agosto foram assinados os aditivos para prorrogação do prazo de vencimento do empréstimo ponte junto ao BNDES, o último aditivo previa o vencimento no dia 15 de outubro de 2019. O empréstimo não foi pago, e no dia 17 de outubro de 2019 o BNDES executou a fiança bancária prevista no contrato de financiamento, sendo amortizado o montante de R\$568.075 mil.

Comentário do Desempenho



Em 23 de julho, a Companhia celebrou uma Cédula de Crédito Bancário (CCB) com o banco Citibank no valor de R\$185,6 milhões para reperfilamento da dívida vencida, com prazo total de 6 anos, pagamento de principal e juros trimestrais e carência de um ano para início do pagamento do principal. As principais garantias da operação são: i) aval da Chipley e ii) Cessão fiduciária, com condição suspensiva, de até 40% dos dividendos da Chipley.

8.3. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido encerrou o trimestre em R\$ 851,3 milhões negativos e a variação negativa de R\$166 milhões em relação ao 2T19 é referente ao prejuízo acumulado durante o 3T19.

8.4. Risco relacionado à conformidade com leis e regulamentos

Desde 2017, a Companhia é parte de uma investigação conduzida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais relacionada a determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores na Companhia e aportes efetuados pela Companhia em determinados projetos em desenvolvimento em anos anteriores, incluindo determinados pagamentos a fornecedores. Em decorrência desse assunto, os órgãos de governança da Companhia solicitaram a instauração de uma investigação interna relacionada a esse tema, a qual está sendo conduzida por empresa independente com notória especialização em ações investigativas e escritório de advocacia com renomada experiência, bem como foi constituído um comitê de acompanhamento, que hoje é composto por um conselheiro independente e por um membro do Conselho Fiscal, depois da saída de dois membros vinculada da saída da Light Energia S.A da composição acionária da Companhia, que estão acompanhando a investigação interna.

Neste contexto, o escopo da investigação interna independente compreende a avaliação de eventual existência de irregularidades, incluindo à legislação brasileira relacionada a atos de corrupção e lavagem de dinheiro, ao Código de Ética e políticas de integridade da Renova.

Em 11 de abril de 2019, no âmbito da 4ª fase da operação “Descarte”, a Polícia Federal, Receita Federal e o Ministério Público Federal promoveram a Operação “E o Vento Levou”, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede da Companhia para apurar eventuais contratos superfaturados e sem a devida prestação dos serviços. Em 25 de julho de 2019, foi deflagrada a 2ª fase da referida operação, que não resultou em ações diretas à Companhia. As investigações da Operação “E o Vento Levou” ainda não foram concluídas, sendo que a Polícia Federal e o Ministério Público Federal poderão levar tempo adicional para concluir todos os seus procedimentos de apuração dos fatos. Dessa forma, novas informações relevantes podem ser reveladas no futuro, o que poderá levar a Companhia a avaliar eventuais impactos nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia, por meio de Comunicado ao Mercado publicado em 11 de abril de 2019, esclareceu que se trata de uma investigação, ainda em curso, relacionada ao período anterior a 2015, e que prestará todas as informações necessárias para auxiliar os trabalhos da Polícia Federal e do Poder Judiciário. Em 25 de abril de 2019, os órgãos de governança da Companhia solicitaram que a investigação interna conduzida por empresa independente seja estendida para englobar as novas informações dessa investigação.

Comentário do Desempenho



Em junho de 2019, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a controlada indireta Espira, tendo como objeto contratos firmados para a prestação de serviços que supostamente não tiveram a sua devida contraprestação do serviço, havendo assim a necessidade de recolhimento de imposto de renda retido na fonte, com valor corrigido e acrescido de multa e juros estimado em aproximadamente R\$1.788 mil. A Companhia está atendendo a todas as exigências requeridas pela ação (prazos, tempos de vistorias e inspeções, apresentando relatórios e todos os documentos requeridos), e provisionou o montante em suas demonstrações intermediárias individuais e consolidadas em 30 de junho de 2019.

Em 29 de outubro de 2019, a Companhia foi cientificada do auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil ("RFB") contra a Companhia com base na "Operação Descarte", questionando a apuração dos cálculos dos Imposto de Renda Pessoa jurídica ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") e Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") supostamente devidos pela Companhia, em virtude da não comprovação de despesas, falta de recolhimento do IRPJ sobre a base de cálculo estimada e a não comprovação de custos e despesas operacionais. A autuação compreende os valores de R\$8.037 mil a título de IRPJ, R\$2.893 mil a título de CSLL e R\$78.388 mil a título de IRRF, incluindo, em todos os casos, multas e juros. A Companhia está avaliando detalhadamente a fundamentação de referido auto de infração em conjunto com seus assessores legais e, conforme tal análise, apresentará impugnação ao referido auto de infração no prazo regulamentar, bem como poderá levar a Companhia a avaliar eventuais impactos nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

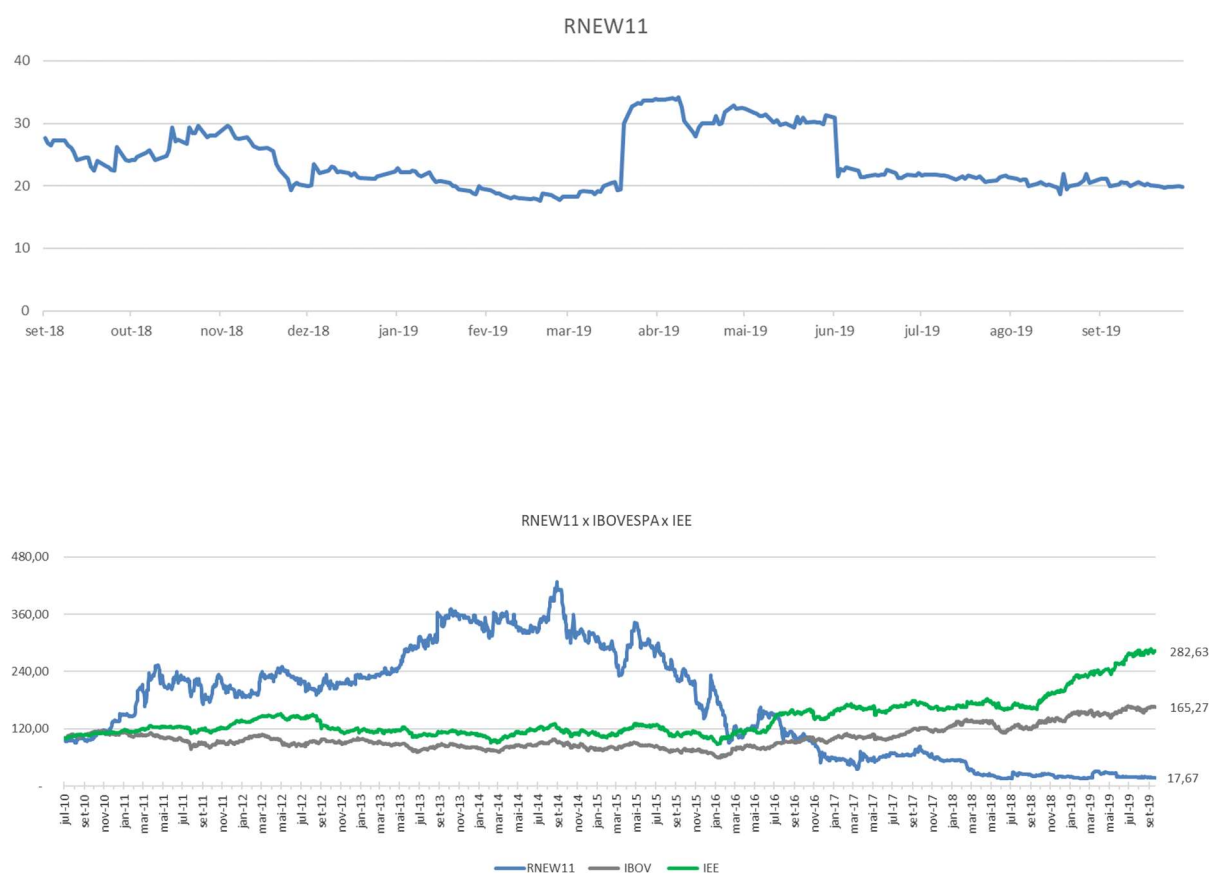
A Companhia esclarece que os trabalhos de investigação interna ainda não foram finalizados e está tomando todas as providências cabíveis para que seja possível a conclusão no 4º trimestre do ano corrente. Segundo seu melhor conhecimento, em que pese a existência de evidências de falhas nos procedimentos de controles internos relativos a aprovação de pagamentos e manutenção de documentação suporte para determinados serviços contratados junto a terceiros sob avaliação no âmbito da investigação, ainda são necessários procedimentos adicionais para determinar a existência de elementos que possam suportar ou refutar as alegações sob análise. Dessa forma, não é possível até o presente momento mensurar eventuais efeitos desta investigação, bem como eventuais impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o período findo em 30 de setembro de 2019 e períodos anteriores, exceto quanto ao mencionado no parágrafo anterior.

Comentário do Desempenho



8. DESEMPENHO DA RNEW11 NA BM&FBOVESPA

Segue o desempenho relativo aos últimos 12 meses da RNEW11 em comparação com o Índice Bovespa e Índice de Energia Elétrica.



Com as ferramentas do website da Companhia e do relacionamento constante com acionistas e potenciais investidores em eventos públicos e eventos organizados por bancos de investimento, a área de Relação com Investidores da Renova busca atuar de maneira transparente junto ao mercado, atualizando seus investidores do seu posicionamento, seus projetos em desenvolvimento e perspectivas.

As informações e publicações da Companhia podem ser acessadas no website da Companhia (www.renovaenergia.com.br), no qual também ganham destaque as principais notícias do setor que possam impactar o plano de negócios da Companhia.

Comentário do Desempenho



9. ESTRUTURA ACIONÁRIA

Em 30 de setembro de 2019, o capital social da Renova estava dividido da seguinte maneira:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Bloco de Controle	28.154.191	85,37%	99	0,00%	28.154.290	67,48%
CG I FIP MULTIESTRATÉGIA	5.875.746	17,82%	-	0,00%	5.875.746	14,08%
Light Energia	7.163.074	21,72%	98	0,00%	7.163.172	17,17%
Cemig GT	15.115.371	45,83%	1	0,00%	15.115.372	36,23%
Outros Acionistas	4.826.033	14,63%	8.739.401	100,00%	13.565.434	32,52%
CG I FIP MULTIESTRATÉGIA	762.108	2,31%	644.156	7,37%	1.406.264	3,37%
BNDESPAR	696.683	2,11%	1.393.366	15,94%	2.090.049	5,01%
InfraBrasil	1.165.148	3,53%	2.330.295	26,66%	3.495.443	8,38%
FIP Caixa Ambiental	547.030	1,66%	1.094.059	12,52%	1.641.089	3,93%
Outros	1.655.064	5,02%	3.277.525	37,50%	4.932.589	11,82%
Total	32.980.224	100,00%	8.739.500	100,00%	41.719.724	100,00%

*Em junho/18, parte das ações fora do bloco de controle pertencentes à RR Comercializadora de Energia e Participações foram transferidas para o CG I Fundo de Investimentos em Participações, integrante do mesmo grupo econômico da RR Comercializadora.

Conforme mencionado na mensagem da administração a Light Energia informou ao mercado no dia 13 de outubro de 2019 a venda das ações da Renova para o CG I FIP Multiestratégia. A operação foi finalizada no dia 15 de outubro e o quadro acionário da Companhia a partir desta data fica da seguinte maneira.

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Bloco de Controle	28.154.191	85,37%	99	0,001%	28.154.290	67,48%
CG I FIP MULTIESTRATÉGIA	13.038.820	39,54%	98	0,001%	13.038.918	31,25%
Cemig GT	15.115.371	45,83%	1	0,000%	15.115.372	36,23%
Outros Acionistas	4.826.033	14,63%	8.739.401	99,999%	13.565.434	32,52%
CG I FIP MULTIESTRATÉGIA	762.108	2,31%	644.156	7,371%	1.406.264	3,37%
BNDESPAR	696.683	2,11%	1.393.366	15,943%	2.090.049	5,01%
InfraBrasil	1.165.148	3,53%	2.330.295	26,664%	3.495.443	8,38%
FIP Caixa Ambiental	547.030	1,66%	1.094.059	12,519%	1.641.089	3,93%
Outros	1.655.064	5,02%	3.277.525	37,502%	4.932.589	11,82%
Total	32.980.224	100,00%	8.739.500	100,000%	41.719.724	100,00%

Para cálculo do *market cap* deve-se considerar o total de ações da Renova, dividir o valor por 3 (devido a negociação em *Units*, composta por uma ação ordinária e duas ações preferenciais) e multiplicar pela cotação do valor mobiliário RNEW11 na data desejada.

Comentário do Desempenho



10. GLOSSÁRIO

Alto Sertão II - 15 parques eólicos que foram alienados para AES em agosto de 2017, localizados no interior da Bahia, que comercializaram energia no LER 2010 e no LEN 2011 (A-3) e que possuem capacidade instalada de 386,1 MW

Alto Sertão III (ASIII) - 44 parques eólicos da Renova em fase de implantação, localizados no interior da Bahia, que comercializaram energia no LER 2013 e no mercado livre e que possuem capacidade instalada de 736,8 MW

Alto Sertão III Fase A – 24 parques eólicos da Renova, localizados no interior da Bahia, que comercializaram energia no LER 2013 e no mercado livre e que possuem capacidade instalada de 411,0 MW.

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

ESPRA – Energética Serra da Prata S.A., controlada indireta da Renova e composta pelas 3 PCHs da Companhia

ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida

LEN - Leilão de Energia Nova

LER - Leilão de Energia de Reserva

Mercado Livre - Ambiente de contratação de energia elétrica onde os preços praticados são negociados livremente entre o consumidor e o agente de geração ou de comercialização

Mercado Livre I – um parque eólico da Renova, localizado no interior da Bahia, que comercializou energia no mercado livre no montante de 11MWm

Mercado Regulado - Ambiente de contratação de energia elétrica onde as tarifas praticadas são reguladas pela ANEEL

PPA – *Power Purchase Agreement* - contrato para compra de energia

PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas

PLD - Preço de Liquidação de Diferenças, divulgado semanalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 381/03, divulgamos que no exercício findo em 30 de setembro de 2019 os auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes (“EY”), que prestam serviço para a Companhia e suas controladas, não realizaram quaisquer serviços não vinculados à auditoria externa que representassem mais de 5% dos honorários contratados anualmente.



Informações Contábeis Intermediárias consolidadas e individuais

Em 30 de setembro de 2019



ÍNDICE	(Página)
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado.....	10

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Informações gerais.....	11
2. Principais políticas contábeis.....	17
3. Das autorizações vigentes.....	19
4. Comercialização de energia.....	21
5. Segmentos operacionais	21
6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	23
7. Contas a receber de clientes.....	23
8. Tributos a recuperar.....	24
9. Cauções e depósitos vinculados	24
10. Investimentos.....	25
11. Ativo imobilizado.....	33
12. Fornecedores.....	44
13. Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	45
14. Tributos a recolher.....	50
15. Contas a pagar - CCEE/Eletrobrás (consolidado)	51
16. Outras contas a pagar.....	52
17. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (controladora e consolidado).....	53
18. Provisão para contrato oneroso.....	56
19. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas.....	56
20. Receita líquida	57
21. Custos e despesas (receitas).....	58
22. Resultado financeiro	59
23. Imposto de renda e contribuição social	60
24. Transações com partes relacionadas.....	61
25. Instrumentos financeiros e gestão de riscos.....	68
26. Prejuízo por ação	75
27. Ativos classificados como mantidos para venda	75
28. Cobertura de Seguros.....	77
29. Transações não envolvendo caixa	78
30. Eventos subsequentes	78



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro de 2019

Valores expressos em milhares de Reais

ATIVOS	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.068	14.929	85	69
Aplicações financeiras	6	1.423	13.778	-	-
Contas a receber de clientes	7	3.681	8.210	63	18
Tributos a recuperar	8	13.276	4.482	147	458
Partes relacionadas	24	-	-	11.400	1.217
Dividendos a receber	10.4	-	9.180	10.177	10.177
Adiantamentos a fornecedores		268	2.491	193	766
Outros créditos	11.8	1.924	869	10.444	366
		26.640	53.939	32.509	13.071
Ativos classificados como mantidos para venda	27	-	1.683.768	-	281.712
Total dos ativos circulantes		26.640	1.737.707	32.509	294.783
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras	6	6.520	7.864	6.520	7.864
Cauções e depósitos vinculados	9	11.363	10.866	-	-
Tributos diferidos		1.157	1.773	-	-
Depósitos judiciais	17	8.014	20.818	7.271	20.818
Partes relacionadas	24	-	-	59.928	3
Outros créditos		6.108	6.214	60	60
Investimentos	10	575.591	603.747	1.071.894	1.141.674
Imobilizado	11	1.680.205	239.396	94.874	58.500
Total dos ativos não circulantes		2.288.958	890.678	1.240.547	1.228.919
TOTAL DOS ATIVOS		2.315.598	2.628.385	1.273.056	1.523.702

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro de 2019

Valores expressos em milhares de Reais

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
CIRCULANTES					
Fornecedores	12	319.256	48.531	45.378	44.673
Empréstimos e financiamentos	13	1.109.402	348.669	40.656	341.568
Tributos a recolher	14	40.239	5.373	10.806	3.658
Salários, encargos e férias a pagar		8.493	8.625	8.493	8.625
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	15	44.638	13.114	-	-
Arrendamentos a pagar	11.12	3.327	-	2.741	-
Outras contas a pagar	16	92.446	151.136	25.374	-
Partes relacionadas	24	711.036	283.472	683.628	-
Provisão para contrato oneroso	18	33.069	37.022	-	-
Provisão para custos socioambientais		1.014	1.014	-	-
		2.362.920	896.956	817.076	398.524
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	27	-	1.298.415	-	43.000
Total dos passivos circulantes		2.362.920	2.195.371	817.076	441.524
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	13	384.755	63.587	320.977	-
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	15	17.201	20.664	-	-
Arrendamentos a pagar	11.12	36.254	-	15.484	-
Partes relacionadas	24	255.952	337.548	463.049	527.981
Provisão para perda sobre investimentos	10	-	-	417.093	549.427
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	17	109.834	81.259	90.695	81.259
Provisão para contrato oneroso	18	-	6.445	-	-
Total dos passivos não circulantes		803.996	509.503	1.307.298	1.158.667
PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO					
Capital social	19	2.960.776	2.960.776	2.960.776	2.960.776
(-) Custos na emissão de ações		(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)
Reservas de capital		55.379	55.379	55.379	55.379
Prejuízos acumulados		(3.825.716)	(3.050.887)	(3.825.716)	(3.050.887)
Total do patrimônio líquido negativo		(851.318)	(76.489)	(851.318)	(76.489)
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO		2.315.598	2.628.385	1.273.056	1.523.702

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Em 30 de setembro de 2019

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado			
		01/07/2019 à 30/09/2019	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2019 à 30/09/2019	01/01/2018 à 30/09/2018
RECEITA LÍQUIDA	20	10.451	193.860	87.058	573.131
CUSTOS DOS SERVIÇOS					
Custo com compra de energia		(331)	(220.119)	(48.578)	(664.579)
Custo de operação		(2.173)	(2.743)	(5.463)	(6.987)
Depreciações e amortizações	11	(2.419)	(2.357)	(7.193)	(7.131)
Encargos de uso do sistema de distribuição		(256)	(237)	(584)	(563)
Total	21	(5.179)	(225.456)	(61.818)	(679.260)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		5.272	(31.596)	25.240	(106.129)
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		(19.267)	(18.924)	(133.549)	(67.599)
Depreciações e amortizações	11	(2.942)	(452)	(5.098)	(1.348)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	11.9	-	-	(259.403)	-
Outras receitas (despesas) líquidas		(40.945)	(62.924)	(135.743)	(77.936)
Total	21	(63.154)	(82.300)	(533.793)	(146.883)
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	17.534	9.147	49.033	36.076
Ganho na alienação de ativos	11.8	3.482	-	3.482	-
Total		(42.138)	(73.153)	(481.278)	(110.807)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(36.866)	(104.749)	(456.038)	(216.936)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		92	1.374	731	2.182
Despesas financeiras		(126.714)	(136.809)	(312.973)	(268.371)
Total	22	(126.622)	(135.435)	(312.242)	(266.189)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(163.488)	(240.184)	(768.280)	(483.125)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(2.446)	(1.354)	(6.267)	(4.070)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		(70)	271	(282)	239
Total	23	(2.516)	(1.083)	(6.549)	(3.831)
PREJUÍZO DO PERÍODO		(166.004)	(241.267)	(774.829)	(486.956)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Em 30 de setembro de 2019

Valores expressos em milhares de Reais

		Controladora			
	Nota explicativa	01/07/2019 à 30/09/2019	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2019 à 30/09/2019	01/01/2018 à 30/09/2018
CUSTOS DOS SERVIÇOS					
Depreciações e amortizações	11	(699)	(968)	(2.628)	(2.973)
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		(1.445)	(11.555)	(42.114)	(43.239)
Depreciações e amortizações	11	(2.551)	(450)	(4.638)	(1.346)
Outras receitas (despesas) líquidas		(3.434)	(381)	(1.431)	987
Total	21	(7.430)	(12.386)	(48.183)	(43.598)
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	(131.557)	(204.417)	(656.594)	(385.728)
Ganho na alienação de ativos	11.8	3.482	-	3.482	-
Total		(135.505)	(216.803)	(701.295)	(429.326)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO					
		(136.204)	(217.771)	(703.923)	(432.299)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		195	338	1.094	677
Despesas financeiras		(29.995)	(23.834)	(72.000)	(55.334)
Total	22	(29.800)	(23.496)	(70.906)	(54.657)
PREJUÍZO DO PERÍODO					
		(166.004)	(241.267)	(774.829)	(486.956)
Prejuízo por ação básico e diluído (expresso em reais - R\$)	26			(18,57)	(11,67)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Em 30 de setembro de 2019

Valores expressos em milhares de Reais

	Consolidado				Controladora			
	01/07/2019 à 30/09/2019	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2019 à 30/09/2019	01/01/2018 à 30/09/2018	01/07/2019 à 30/09/2019	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2019 à 30/09/2019	01/01/2018 à 30/09/2018
Prejuízo do período	(166.004)	(241.267)	(774.829)	(486.956)	(166.004)	(241.267)	(774.829)	(486.956)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>(166.004)</u>	<u>(241.267)</u>	<u>(774.829)</u>	<u>(486.956)</u>	<u>(166.004)</u>	<u>(241.267)</u>	<u>(774.829)</u>	<u>(486.956)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de setembro de 2019

Valores expressos em milhares de Reais

	Capital Social		Reservas de capital		Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido controladora e consolidado
	Integralizado	Custos na emissão de ações	Reserva de benefícios a empregados liquidados com instrumentos de patrimônio	Ágio		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	2.960.776	(41.757)	55.378	1	(2.194.590)	779.808
Prejuízo do período	-	-	-	-	(486.956)	(486.956)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018	<u>2.960.776</u>	<u>(41.757)</u>	<u>55.378</u>	<u>1</u>	<u>(2.681.546)</u>	<u>292.852</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.960.776	(41.757)	55.378	1	(3.050.887)	(76.489)
Prejuízo do período	-	-	-	-	(774.829)	(774.829)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019	<u>2.960.776</u>	<u>(41.757)</u>	<u>55.378</u>	<u>1</u>	<u>(3.825.716)</u>	<u>(851.318)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 30 de setembro de 2019

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do período		(774.829)	(486.956)	(774.829)	(486.956)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	11	12.291	8.479	7.266	4.319
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	11.9	259.403	-	-	-
Valor residual do ativo imobilizado baixado	11.2, 11.4	8.008	-	1.156	-
Comissões e outras penalidades	13	35.076	3.948	1.221	1.848
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13.4	127.459	138.734	23.613	29.798
Apropriação dos custos sobre empréstimos e financiamentos	13.4	20	19	-	-
Atualização e provisão (reversão) CCEE/Eletrabras	15.1	2.117	11.699	-	-
Multa sobre ressarcimento	15.1	28.109	13.370	-	-
Atualização e provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	17	33.615	21.707	24.233	21.524
Reversão provisão para contrato oneroso	18	(10.398)	-	-	-
Juros sobre aplicações financeiras e cauções	22	(1.249)	(1.808)	(254)	(375)
Juros (líquido) sobre partes relacionadas	22, 24	69.631	44.884	31.528	17.916
Juros sobre contas a pagar		36.799	(2.729)	2.774	258
Tributos diferidos		616	(523)	-	-
Ganho na alienação de ativos	11.8	(3.482)	-	(3.482)	-
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	(49.033)	(36.076)	656.594	385.728
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		4.529	7.324	(45)	(67)
Depósitos judiciais		(1.007)	(112)	(1.005)	627
Tributos a recuperar		(5.409)	(13.426)	311	520
Adiantamentos a fornecedores		2.336	(2.154)	573	(56)
Outros créditos		11.337	1.653	(78)	190
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(1.461)	38.757	(4.051)	(5.910)
Tributos a recolher		19.339	2.698	842	(4.507)
Salários e férias a pagar		(2.774)	(815)	(2.774)	(815)
Contas a pagar CCEE/Eletrabras	15.1	(24.822)	(14.465)	-	-
Outras contas a pagar		55.086	53.233	-	-
Partes relacionadas		93.443	235.702	-	-
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(1.654)	(1.823)	-	-
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	13.4	(9.218)	(4.823)	(4.769)	(530)
Pagamentos de contingências	17 e 29	(245)	(254)	(245)	(254)
Dividendos recebidos	10.4	86.369	64.776	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>2</u>	<u>81.019</u>	<u>(41.421)</u>	<u>(36.742)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes de capital em controladas	10.3.2 e 29	-	-	(53.535)	-
Aplicações financeiras		14.451	(33.428)	1.598	393
Aquisição de imobilizado	11 e 29	(23.489)	(6.261)	(2.030)	(5.473)
Partes relacionadas		-	-	(70.093)	(118.164)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(9.038)</u>	<u>(39.689)</u>	<u>(124.060)</u>	<u>(123.244)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Valores recebidos de empréstimos e financiamentos	13	24.400	-	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	13.4	(60.912)	(50.665)	-	(4.506)
Pagamento de passivos de arrendamento		(2.445)	-	(1.814)	-
Partes relacionadas		37.751	-	167.311	164.225
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		<u>(1.206)</u>	<u>(50.665)</u>	<u>165.497</u>	<u>159.719</u>
(REDUÇÃO) AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(10.242)</u>	<u>(9.335)</u>	<u>16</u>	<u>(267)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6	16.310	24.750	69	342
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período*	6	6.068	15.415	85	75
(REDUÇÃO) AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(10.242)</u>	<u>(9.335)</u>	<u>16</u>	<u>(267)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

(*) O Caixa e equivalente de caixa no fim do período de 30 de setembro de 2018 inclui o saldo de caixa e equivalente de caixa das SPEs do ASIII.



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Em 30 de setembro de 2019

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
RECEITAS					
Vendas de energia	20	93.902	630.899	-	-
Outras receitas		2.658	4.509	2.658	4.509
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas		(54.886)	(672.310)	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(275.009)	(124.082)	(34.257)	(31.564)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	11.9, 21	(259.403)	-	-	-
Ganho na alienação de ativos	11.8	3.482	-	3.482	-
Valor adicionado bruto		(489.256)	(160.984)	(28.117)	(27.055)
Depreciação	11, 21	(12.291)	(8.479)	(7.266)	(4.319)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		(501.547)	(169.463)	(35.383)	(31.374)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	49.033	36.076	(656.594)	(385.728)
Receitas financeiras		2.479	3.012	1.147	666
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		(450.035)	(130.375)	(690.830)	(416.436)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Salários e encargos		10.453	13.278	2.128	5.217
Honorários da administração	24.4	6.059	5.120	6.059	5.120
Benefícios		3.199	2.965	1.355	1.547
FGTS		1.058	1.278	536	713
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		18.549	66.045	1.742	1.973
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		254.347	255.505	57.998	50.298
Aluguéis		446	1.316	205	705
Outros		30.683	11.074	13.976	4.947
Prejuízo do período		(774.829)	(486.956)	(774.829)	(486.956)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		(450.035)	(130.375)	(690.830)	(416.436)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2019

Valores expressos em milhares de Reais

1. Informações gerais

A Renova Energia S.A. – Em recuperação judicial (“Renova”, “Companhia” ou “Controladora”), sociedade de capital aberto, CNPJ 08.534.605/0001-74, tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias - São Paulo, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”) e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias alternativas, a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração, a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia, a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polisilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores, a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia e participação no capital social de outras sociedades.

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia possui participação societária nas seguintes controladas diretas e indiretas, em operação, em construção e em pré-operação (“Grupo Renova”):

PCH	Consolidação	% Participação			
		30/09/2019		31/12/2018	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	(a) Integral	100,00	-	100,00	-
Energética Serra da Prata S.A.	(b) Integral na Enerbras	-	99,99	-	99,99
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	(c) Integral	99,99	-	99,99	-
Chipey SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	(d) Integral	99,99	-	99,99	-

Eólico	Consolidação	% Participação			
		30/09/2019		31/12/2018	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	(e) Integral	99,99	-	99,99	-
Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	(e) Integral na Alto Sertão	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99

- CONTINUA -



- CONTINUAÇÃO -

Eólico	Consolidação	% Participação			
		30/09/2019		31/12/2018	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A. - Em recuperação judicial	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Facheio S.A. - Em recuperação judicial	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Amescla S.A. - Em recuperação judicial	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A. - Em recuperação judicial	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Calíandra S.A. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Itapua VII LTDA. - Em recuperação judicial	(i) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Itapua XX LTDA. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(e) Integral	99,99	-	99,99	-
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A. - Em recuperação judicial	(h) Integral na Bela Vista XIV	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Itapua XV LTDA. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Parque Eólico Iansã LTDA. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-	99,99	-

UFV (Usina Fotovoltaica)	Consolidação	% Participação			
		30/09/2019		31/12/2018	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Centrais Eólicas Itapua IV LTDA. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Itapua V LTDA. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-	99,99	-

- CONTINUA -



- CONTINUAÇÃO -

		% Participação			
		30/09/2019		31/12/2018	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Comercialização	Consolidação				
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(j) Integral	100,00	-	100,00	-

		% Participação			
		30/09/2019		31/12/2018	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Holding	Consolidação				
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	(k) Integral	100,00	-	100,00	-
Espra Holding S.A.	(k) Integral	99,99	-	99,99	-
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	(k) Integral	99,99	-	99,99	-
CMNPAR Fifty Four Participações S.A.	(k) Integral	99,99	-	99,99	-
SF 120 Participações Societárias S.A.	(k) Integral	99,99	-	-	-
SF 123 Participações Societárias S.A.	(k) Integral	99,99	-	-	-

		% Participação			
		30/09/2019		31/12/2018	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
PCH	Controle compartilhado não consolidado				
Brasil PCH S.A.	(l) Indireto pela Chipley	-	51,00	-	51,00

- (a) Enerbras Centrais Elétricas S.A. (“Enerbras”), controlada direta, é uma sociedade por ações de capital fechado, sediada no Estado da Bahia, que tem por objeto social exclusivo participar no capital social da Energética Serra da Prata S.A. (“Espra”).
- (b) Espra, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, composto pelas PCHs Cachoeira da Lixa, Colino I e Colino II, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras (“Eletrobras”), no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”) e entrou em operação em 2008.
- (c) Renova PCH Ltda. (“Renova PCH”), controlada direta, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte hídrica e encontra-se em fase pré-operacional.
- (d) Chipley SP Participações S.A. (“Chipley”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar de consórcios, e a exploração, direta ou indireta, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, bem como de outros serviços correlatos.
- (e) Sociedades por ações de capital fechado, sediadas no Estado de São Paulo e na Bahia, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica.
- (f) Sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2013 (“LER 2013”). Os parques eólicos estão em fase implantação, vide Nota 1.1.
- (g) Controladas diretas e indiretas têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, terá toda a sua produção comercializada no mercado livre. Os parques eólicos estão em fase de implantação.
- (h) Controladas diretas têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de



energia elétrica por meio de fonte eólica. Essas empresas estão em fase de implantação.

- (i) Controlada direta têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 (“LER 2014”).
- (j) Renova Comercializadora de Energia S.A. (“Renova Comercializadora”), controlada direta, subsidiária integral, tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
- (k) Controladas diretas têm por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente, na área de geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
- (l) Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar em atividades relacionadas à administração, à construção, ao planejamento, à operação, à manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs.

1.1 Operação comercial dos parques eólicos do LER 2013 e LER 2014

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que os parques eólicos deveriam entrar em operação comercial em 1º de setembro de 2015 (LER 2013) e 1º de outubro de 2017 (LER 2014), contudo ambos estão atrasados. Conforme contrato, o efetivo pagamento da receita fixa está condicionado à entrada em operação comercial dos parques, devendo os recursos financeiros associados a esse pagamento ficarem retidos na CONER (conta de energia de reserva) os quais serão considerados quando da apuração das diferenças entre a energia gerada e a contratada (vide Nota 15).

1.2 Venda de ativos

1.2.1 Complexo Eólico Alto Sertão III

Em 9 de abril de 2019, a Companhia assinou com a AES Tietê Energia S.A. (“AES”) contrato de compra e venda de ações para alienação das ações representativas da totalidade do capital social das sociedades que compõem o Complexo Eólico Alto Sertão III (“AS III”), conforme Fato Relevante publicado na mesma data.

Durante o período de cumprimento das condições suspensivas usuais neste tipo de transação, ocorreram eventos que produziram efeitos adversos relevantes no valor original do contrato e no prazo para conclusão da operação e, conforme Fato Relevante publicado em 10 de outubro de 2019, as negociações com a AES foram encerradas sem que as partes envolvidas chegassem a um acordo (Nota 30.1).

1.2.2 Complexo Eólico Alto Sertão II (LER 2010 e LEN 2011 (A-3))

Em 3 de agosto de 2017, a Companhia concluiu a venda para a AES da totalidade das ações da Nova Energia detentora, por meio da Renova Eólica Participações S.A., do Complexo Eólico Alto Sertão II. O valor base da transação foi de R\$600.000 ajustado por determinadas variações de capital de giro e dívida líquida do Complexo Eólico Alto Sertão II e poderá sofrer acréscimo de até R\$100.000 sob a forma de *earn out*, condicionado ao desempenho do Complexo, apurado após o período de 5 anos contados da data do fechamento da operação.



A AES constituiu garantias no valor total de R\$57.155 (R\$88.783, em 31 de dezembro de 2018), atualizados a 100% do CDI, que poderão ser pagas à Companhia, conforme segue:

<u>Garantia</u>	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Litígios	130	32.428
Earn-Out	56.078	53.983
Indenização geral	947	2.372
Total	<u>57.155</u>	<u>88.783</u>

Em março de 2019 o Consorcio MGT ingressou com medida judicial para cobrança da sentença arbitral, no valor de R\$34.103, paga com as garantias mencionadas no quadro acima. Adicionalmente, na arbitragem com esse fornecedor ainda existem valores pendentes de decisão para os quais a Companhia mantém provisão no montante de R\$38.812, dos quais R\$15.048 foram reconhecidos no resultado da Companhia em 2018 e R\$23.764 no período findo em 30 de setembro de 2019.

Além da contingência mencionada no parágrafo anterior, a Companhia também mantinha provisionado o valor de R\$8.740 referente a causa cível de indenização por danos a uma propriedade de terceiros, relacionada ao Complexo Eólico Alto Sertão II, que foi revertido considerando a mudança de prognóstico da ação.

1.3 Recuperação judicial

A Renova é uma companhia de geração de energia por fontes renováveis com foco na geração de energia elétrica por meio de parques eólicos e PCHs. Atua de forma integrada na prospecção, desenvolvimento, implantação e operação de empreendimentos de geração de energia renovável.

Desde 2015, a Administração da Companhia vem conduzindo ações com o objetivo de melhorar a sua estrutura financeira e de capital de giro que incluíram: a) recebimento de recursos dos seus acionistas na forma de aporte de capital e de antecipação dos contratos de compra e venda de energia, b) reestruturação e redução dos gastos administrativos, c) venda de parques eólicos e projetos em desenvolvimento, e d) otimização do portfólio de contratos com cancelamento, cessão, suspensão e postergação dos PPAs.

Em 21 de março de 2019, o Conselho de Administração, aprovou um plano de estruturação financeira que dentre outras ações, contemplava o equacionamento e alongamento de dívidas e a venda do Complexo Eólico AS III.

Na tentativa de redimensionar suas operações e obter recursos que permitissem a readequação de sua estrutura de capital e a realização de novos investimentos de maneira sustentável, a Companhia estava trabalhando na venda do Complexo Eólico AS III. Mas conforme fato relevante divulgado em 10 de outubro de 2019, as negociações de venda do AS III foram encerradas, pois as partes não chegaram a um acordo em relação às condições comerciais da operação (nota 30.1). Tal fato, aliado à incapacidade da Companhia de suportar os custos e as condições da prorrogação do vencimento do contrato de financiamento do empréstimo de curto prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) para o AS III – Fase A, em adição à disputas judiciais incluindo execuções que poderiam colocar em risco suas operações os acionistas concluíram que o ajuizamento da recuperação judicial era a medida mais adequada para (i) continuar avançando de forma organizada e com prazos e procedimentos pré-definidos, com a coordenação de todos os envolvidos no plano de estruturação; (ii) possibilitar a manutenção da normalidade operacional das atividades da Companhia e suas controladas; bem como (iii) preservar o valor e proteger o caixa da Companhia e suas controladas.

Assim, em 16 de outubro de 2019 a Companhia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial (“RJ”), na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no.



1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data. A decisão judicial exarada pelo Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, dentre outras providências, determinou:

- (i) Nomeação da KPMG Corporate Finance, para atuar como administradora judicial;
- (ii) Suspensão das ações e execuções contra as empresas do Grupo Renova pelo prazo de 180 dias, nos termos do artigo 6º da Lei 11.101/2005;
- (iii) Apresentação de contas até o dia 30 de cada mês enquanto perdurar o processo de recuperação judicial, sob pena de afastamento dos controladores e substituição dos administradores das empresas do Grupo Renova, nos termos do artigo 52, IV da Lei 11.101/2005;
- (iv) Dispensa de apresentação das certidões negativas para que as empresas do Grupo Renova exerçam suas atividades; e
- (v) Determinação de expedição de edital, nos termos do § 1º do artigo 52 da Lei 11.101/2005, com prazo de 15 dias para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito da recuperação judicial.

Em aderência a esse momento da Companhia, em 23 de outubro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a contratação de empresa especializada em assessoria e suporte à gestão interina de empresas em processos de recuperação judicial. Como parte da Gestão interina, ocorreu nessa mesma data a substituição do diretor-presidente e do diretor de finanças e desenvolvimento de negócios.

A Administração da Companhia está trabalhando na estruturação do plano de recuperação judicial que será apresentado aos seus credores nos prazos estabelecidos legalmente.

1.4 Continuidade operacional

No período findo em 30 de setembro de 2019, a Companhia apresenta prejuízo de R\$774.829, possui prejuízos acumulados de R\$3.825.716, bem como passivos circulantes consolidados em excesso aos ativos circulantes consolidados no montante de R\$2.336.280, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$851.318 e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com seus compromissos operacionais e de construção dos parques eólicos e solares.

O resultado do período findo em 30 de setembro de 2019 deve-se, principalmente, i) às perdas nas operações realizadas no âmbito dos contratos de compra e venda de energia elétrica da controlada direta Renova Comercializadora, no valor de R\$71.665 para cumprir os compromissos firmados nos contratos de compra e venda de energia; ii) provisão referente a penalidade a ser aplicada pela ANEEL pelo cancelamento das outorgas da Fase B, no valor de R\$61.080; iii) provisão para redução ao valor recuperável do ativo relacionado ao Complexo Eólico AS III, no montante de R\$259.403 e, iv) resultado financeiro negativo (despesa financeira), no valor de R\$312.242 que está impactado principalmente pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e financiamentos, fornecedores, operações com partes relacionadas, além dos prejuízos acumulados existentes.

Diante deste cenário, a administração da Companhia decidiu protocolar pedido de Recuperação Judicial (notas 1.3 e 30.4), com o objetivo de permitir a busca de soluções para a continuidade das operações da Companhia, utilizando-se, em última análise da proteção do processo de recuperação judicial, que por meio do plano de recuperação judicial, a ser apresentado em até 60 dias e que deverá ser aprovado em Assembleia Geral de Credores em até 180 dias possa permitir um equacionamento de seu passivo garantindo sua continuidade operacional.

Na avaliação da Administração da Companhia o plano possibilitará a realização de acordos com a maioria dos credores do Grupo Renova.

A Administração acredita ainda que a Companhia, por meio da renegociação do passivo concursal das recuperandas, nos termos e condições previstas no Plano a ser apresentado, negociado e aprovado, também fornecerá condições para a recuperação econômica e operacional das empresas do Grupo Renova. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. Principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

As Informações Contábeis Intermediárias individuais da controladora foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), identificadas como “Controladora”.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis Anuais de 31 de dezembro de 2018, com exceção à nova política contábil estabelecida pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil, substituindo o CPC 06 (R1)/IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações.

O CPC 06 (R2) /IFRS 16 entrou em vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo que a Companhia o adotou utilizando o método prospectivo, conforme previsto no CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de março de 2019.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Aprovação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foram aprovadas para arquivamento na CVM pelo Conselho de Administração em 12 de novembro de 2019.

2.3 Novas normas e alterações de interpretação de norma

IFRS 16 (CPC 06-R2) – Operações de arrendamento mercantil (substitui o CPC 06 (R1) / IAS 17 e o ICPC 03)

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil, substituiu o CPC 06 (R1) / IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo



do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2) / IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

A Companhia e suas controladas adotaram o CPC 06 (R2) retrospectivamente com efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando os expedientes práticos para os contratos de arrendamento cujo (i) prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial (curto prazo), e o (ii) ativo objeto seja de baixo valor, como celulares e impressoras. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo, pelo reconhecimento do direito do uso dos ativos arrendados (ativo imobilizado arrendado) e o respectivo aumento do passivo, conforme conciliação demonstrada a seguir:

Impactos da adoção inicial	Terrenos
Pagamentos de arrendamentos mínimos para os contratos	100.659
Impactos da taxa de desconto	(59.243)
Exclusão de arrendamento de baixo valor e curto prazo	(1.285)
Ativo de direito de uso	<u>40.131</u>
Passivo de arrendamento	<u>40.131</u>
Prazo médio contratual (anos)	8

Tais contratos são remensurados nos seus respectivos reajustes contratuais.

Adicionalmente, as despesas relacionadas aos contratos de arrendamentos operacionais estão sendo reconhecidas através da despesa de amortização do direito de uso dos ativos e da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento. Por fim, a Companhia e suas controladas não esperam impactos em sua capacidade de cumprir os acordos contratuais de limite máximo de alavancagem em empréstimos (*covenants*). A seguir são demonstrados os impactos no período findo em 30 de setembro de 2019 no resultado (considerando os contratos identificados mencionados anteriormente e desconsiderando os potenciais efeitos dos custos passíveis de capitalização da infraestrutura em construção):

Impactos na demonstração do resultado	30/09/2019
Despesa com depreciação e amortização	(4.600)
Despesa de arrendamento operacional incluída em serviços de terceiros e outras receitas e despesas operacionais	(446)
Resultado	(5.046)
Despesas financeiras	(4.325)
Total - impacto na despesa líquida	<u>(9.371)</u>

Com relação ao fluxo de caixa, o impacto foi um aumento líquido no caixa gerado pelas atividades operacionais e uma redução nas atividades de financiamento de R\$3.405, pois a amortização da parcela do principal dos passivos de arrendamento foi classificada como atividades de financiamento. Em relação aos juros pagos, não houve mudança, permanecendo como resultado operacional.

2.4 Bases de consolidação e investimentos em controladas

Foram consolidadas as informações contábeis intermediárias das controladas mencionadas na Nota 1. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Renova são eliminados integralmente nas



informações contábeis intermediárias. Ativos operacionais alienados são consolidados no resultado até a data da sua alienação.

Os critérios contábeis adotados na apuração das informações das controladas foram aplicados uniformemente. As principais práticas de consolidação adotadas foram:

- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas;
- eliminação das participações no capital, reservas e lucros (prejuízos) acumulados das empresas consolidadas;
- eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas.

3. Das autorizações vigentes

3.1 Mercado regulado (ACR)

<u>PCH</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Resolução ANEEL</u>	<u>Data da resolução</u>	<u>Prazo da autorização</u>	<u>Capacidade de produção instalada*</u>
Cachoeira da Lixa	PROINFA	697	24/12/2003	30 anos	14,80 MW
Colino 2	PROINFA	695	24/12/2003	30 anos	16,00 MW
Colino 1	PROINFA	703	24/12/2003	30 anos	11,00 MW
<u>Eólico</u>					
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	111	19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Mulungu) - Em recuperação judicial	LER 08/2014	241	01/06/2015	35 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Quina) - Em recuperação judicial	LER 08/2014	242	01/06/2015	35 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Pau Santo) - Em recuperação judicial	LER 08/2014	285	25/06/2015	35 anos	18,90 MW

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.



3.2 Mercado livre (ACL)

<u>Eólico</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Resolução ANEEL</u>	<u>Data da resolução</u>	<u>Prazo da autorização</u>	<u>Capacidade de produção instalada*</u>
Centrais Eólicas Amescla S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5099	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5092	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5093	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Facheiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5098	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5085	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5081	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5088	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5084	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5091	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5087	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5496	01/10/2015	30 anos	12,00 MW
Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5125	01/04/2015	30 anos	14,40 MW
Centrais Eólicas Pau D'Água S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5126	01/04/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	162	22/05/2013	35 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5094	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5090	26/03/2015	30 anos	5,70 MW
Centrais Eólicas Botuquara Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5101	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5086	26/03/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5089	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Conquista Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5102	26/03/2015	30 anos	24,30 MW
Centrais Eólicas Coxilha Alta Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5170	27/04/2015	30 anos	19,20 MW
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5097	26/03/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas Jequitibá S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5100	26/03/2015	30 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5083	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5095	26/03/2015	30 anos	27,00 MW
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5082	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Alcaçuz S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	5118	01/04/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Calíandra S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	5119	01/04/2015	30 anos	5,40 MW
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	5121	01/04/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	5122	01/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	5123	01/04/2015	30 anos	20,10 MW
Centrais Eólicas Lençóis Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	5171	27/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	5127	01/04/2015	30 anos	14,70 MW
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	5120	01/04/2015	30 anos	14,70 MW

Nota (1): Contratos cedidos para Engie Brasil Energia S.A. ("Engie") a partir de julho de 2019. As outorgas desses parques foram canceladas, conforme mencionado na nota 16.

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.



4. Comercialização de energia

4.1 Mercado regulado (ACR)

Companhias do Grupo	Ref. Contrato	Compradora	Valores				Prazo				
			Valor original do Contrato	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R\$)	Preço atualizado MWh (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste	
Pequenas centrais hidrelétricas:											
Cachoeira da Lixa	PROINFA	Eletrobras	168.009	65.174	121,35	286,63	mai/08	abr/28	IGP-M	junho	
Colino 1	PROINFA	Eletrobras	149.297	57.903	121,35	286,63	set/08	ago/28	IGP-M	junho	
Colino 2	PROINFA	Eletrobras	213.370	41.084	121,35	286,63	jul/08	jun/28	IGP-M	junho	
Geração de energia eólica											
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	202.880	96.360	105,20	147,66	set/15	ago/35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	137.544	60.444	113,70	159,60	set/15	ago/35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	76.101	34.164	111,30	156,23	set/15	ago/35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	176.183	84.972	103,60	145,42	set/15	ago/35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	82.350	39.420	104,38	146,51	set/15	ago/35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	173.200	83.220	103,99	145,97	set/15	ago/35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	187.680	88.476	105,99	148,77	set/15	ago/35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	135.964	64.824	104,80	147,10	set/15	ago/35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	198.004	93.732	105,55	148,16	set/15	ago/35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Mulungu) - Em recuperação judicial	LER 10/2014	CCEE	158.288	56.940	138,90	176,08	out/17	set/37	IPCA	outubro	
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Quina) - Em recuperação judicial	LER 10/2014	CCEE	224.038	80.592	138,90	176,08	out/17	set/37	IPCA	outubro	
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Pau Santo) - Em recuperação judicial	LER 10/2014	CCEE	126.630	45.552	138,90	176,08	out/17	set/37	IPCA	outubro	

4.2 Mercado livre (ACL)

A Companhia possui contratos no mercado livre, que totalizam 111,2 MW médios^(*) de energia contratada, conforme quadro abaixo:

Parques	Fonte	Energia Vendida (MW médio*)	Vigência do contrato
Light I	Eólica	100,2	até ago/2035
Mercado livre I ¹	Eólica	11,0	até dez/2019
		<u>111,2</u>	

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Nota 1: contrato cedido para Light e CEMIG

5. Segmentos operacionais

A Companhia apresenta quatro segmentos reportáveis que representam suas unidades de negócios estratégicos além da execução das suas atividades administrativas. Tais unidades de negócios estratégicos oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais. A seguir apresentamos um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

- PCH – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes hídricas. Inclui o desenvolvimento de estudos de inventários e projetos básicos e geração de energia. As PCHs se encontram em fase de operação.



- b) Eólico – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes eólicas. Inclui a medição de ventos, arrendamento de terras, implantação e geração de energia. Composto basicamente pelo Complexo Eólico Alto Sertão III.
- c) Comercialização – Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas e gestão dos contratos de compra e venda de energia da Companhia.
- d) Administrativo – Este segmento é responsável pelas operações gerenciais e administrativas da Companhia.

As informações por segmento em 30 de setembro de 2019 e 2018 para o resultado e 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 para ativos e passivos totais estão apresentadas a seguir:

30/09/2019					
	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	31.679	-	55.379	-	87.058
Custos não gerenciáveis	(584)	-	-	-	(584)
Margem Bruta	31.095	-	55.379	-	86.474
Custos gerenciáveis	(9.788)	(146.437)	(127.044)	(40.064)	(323.333)
Depreciação	(4.566)	(460)	-	(7.265)	(12.291)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	(259.403)	-	-	(259.403)
Resultado de equivalência patrimonial	49.033	-	-	-	49.033
Ganho na alienação de ativos	-	3.482	-	-	3.482
Receita financeira	99	137	(599)	1.094	731
Despesa financeira	(5.847)	(193.857)	(72.797)	(40.472)	(312.973)
Imposto de renda e contribuição social	(6.792)	243	-	-	(6.549)
Lucro líquido (prejuízo) do período	53.234	(596.295)	(145.061)	(86.707)	(774.829)
Ativos totais	752.992	1.528.124	15.810	18.672	2.315.598
Passivos totais	112.277	1.532.259	38.389	1.483.991	3.166.916

30/09/2018					
	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	21.021	-	552.110	-	573.131
Custos não gerenciáveis	(563)	-	-	-	(563)
Margem Bruta	20.458	-	552.110	-	572.568
Custos gerenciáveis	(7.780)	(48.770)	(718.299)	(42.252)	(817.101)
Depreciação	(4.160)	(2.973)	-	(1.346)	(8.479)
Resultado de equivalência patrimonial	36.076	-	-	-	36.076
Receita financeira	552	12	940	678	2.182
Despesa financeira	(4.553)	(180.229)	(46.169)	(37.420)	(268.371)
Imposto de renda e contribuição social	(3.831)	-	-	-	(3.831)
Lucro líquido (prejuízo) do período	36.762	(231.960)	(211.418)	(80.340)	(486.956)
Ativos totais	793.728	1.750.241	32.197	52.219	2.628.385
Passivos totais	108.371	1.185.292	888.426	522.785	2.704.874



6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Caixa		32	31	13	5
Bancos conta movimento		1.719	1.471	67	57
Aplicações financeiras de liquidez imediata		4.317	14.808	5	7
Aplicações financeiras		7.943	21.642	6.520	7.864
		14.011	37.952	6.605	7.933
Transferência para ativos mantidos para venda:					
Caixa e equivalentes de caixa	27.2	-	(1.381)	-	-
Total		14.011	36.571	6.605	7.933
Apresentados como:					
<u>Circulante</u>					
Caixa e equivalentes de caixa		6.068	14.929	85	69
Aplicações financeiras		1.423	13.778	-	-
<u>Não circulante</u>					
Aplicações financeiras		6.520	7.864	6.520	7.864
Total		14.011	36.571	6.605	7.933

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a menor risco de mudança de valor e foram classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxas que variam de 85% até 100% do CDI.

A aplicação financeira apresentada no não circulante não tem característica de caixa e equivalentes de caixa e por isso foi classificada na linha de aplicação financeira de curto prazo. Essa aplicação é garantidora da fiança constituída em favor do projeto Mercado Livre I e está remunerada a uma taxa de 98,50% do CDI.

7. Contas a receber de clientes

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Comercialização Mercado livre	11	2.750	-	-
Eletrobras - ESPRA	3.607	5.442	-	-
Outros	63	18	63	18
Total	3.681	8.210	63	18

Os saldos em 30 de setembro de 2019 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização. Inclui valores a receber de partes relacionadas no montante de R\$155, em 31 de dezembro 2018 (Nota 24.2).



8. Tributos a recuperar

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
IRRF a compensar		7.725	4.006	97	130
IRPJ a compensar		1.058	1.593	-	263
COFINS a recuperar		2.852	1.683	-	-
PIS a recuperar		619	365	-	-
Outros impostos a compensar		1.022	220	50	65
		13.276	7.867	147	458
Transferência para ativos mantidos para venda	27.2	-	(3.385)	-	-
Total		13.276	4.482	147	458

Em 30 de setembro de 2019, as contas de IRPJ e CSLL a compensar apresentam o saldo das estimativas efetivamente pagas, apuradas mensalmente pelo regime de lucro real que serão utilizadas para compensação dos Tributos a recolher (nota 14).

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia avaliou os créditos de PIS e COFINS acumulados nas operações de compra e venda de energia da sua controlada Renova Comercializadora e identificou a necessidade de constituir uma provisão para redução ao valor realizável desses créditos no montante de R\$20.961 com contrapartida ao resultado do exercício, considerando a incerteza na sua realização. Para o período findo em 30 de setembro de 2019, foi revertido parte dessa provisão, no montante de R\$1.750, em decorrência do resultado apurado no período.

9. Cauções e depósitos vinculados

Companhia	Caução	Instituição	Objeto Contratual	Consolidado	
				30/09/2019	31/12/2018
Espra	Garantia	BNB	Financiamento BNB	11.363	10.866

Refere-se a aplicação financeira de instrumento de renda fixa, com taxa de 99,60% do CDI, vinculadas ao financiamento do Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos credores.



10. Investimentos

10.1 Composição dos investimentos

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas, investidas e em controladas em conjunto:

Empresas	Consolidado		Controladora	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
PCH				
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	-	-	140.831	127.366
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	-	-	(6)	-
Chiple SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	-	-	894.289	837.494
Brasil PCH S.A.	575.591	603.747	-	-
Eólico				
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	-	-	(91.021)	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	-	-	3.875	-
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(1.374)	-
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(1.041)	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(2.037)	-
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(2.832)	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(1.238)	-
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(9.053)	-
Centrais Eólicas Cansação S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(1.108)	-
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(3.017)	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(10.673)	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	-	-	5.049	-
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(2.624)	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(4.847)	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(5.903)	-
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(631)	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(5.088)	-
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(3.199)	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(3.002)	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(432)	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(476)	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(2.651)	-
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial	-	-	(13.590)	-
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA. - Em recuperação judicial	-	-	(36)	(24)
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA. - Em recuperação judicial	-	-	(137)	(131)
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA. - Em recuperação judicial	-	-	(95)	(84)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(1.404)	131.200
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	-	-	27.850	45.614
Outras participações ⁽¹⁾	-	-	(43)	(27)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(2)	(1)
Comercialização				
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(249.533)	(549.160)
Total	575.591	603.747	654.801	592.247
Apresentados como:				
Ativo				
Investimento	575.591	603.747	1.071.894	1.141.674
Passivo				
Provisão para perda sobre investimento	-	-	(417.093)	(549.427)
Total	575.591	603.747	654.801	592.247

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1.



10.2 Informações sobre investidas

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Companhia	30/09/2019					31/12/2018				
	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no período	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
PCH										
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	5.170.101	100,00	101.955	140.831	13.465	5.170.101	100,00	101.955	127.366	10.883
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	359.784	99,99	360	(6)	(6)	359.784	99,99	360	-	(10)
Chipeley SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	744.871.373	99,99	744.871	894.289	56.795	744.871.373	99,99	744.871	837.494	53.753
Eólico										
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	1.578.097.205	99,99	1.556.074	(91.021)	(428.789)	1.516.318.129	99,99	1.516.318	181.032	(372.382)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	17.361.558	99,99	17.362	3.875	(5.021)	17.361.558	99,99	17.362	8.896	(1.733)
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	7.559.824	99,99	7.560	(1.374)	(4.962)	7.559.824	99,99	7.560	3.588	(1.166)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	14.996.736	99,99	14.997	(1.041)	(6.103)	14.996.736	99,99	14.997	5.062	(2.594)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	19.142.404	99,99	19.142	(2.037)	(8.288)	19.142.404	99,99	19.142	6.251	(3.508)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	23.542.317	99,99	23.542	(2.832)	(5.816)	23.542.317	99,99	23.542	2.984	(811)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	6.885.612	99,99	6.886	(1.238)	(4.374)	6.885.612	99,99	6.886	3.136	(945)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	18.011.571	99,99	18.012	(9.053)	(5.695)	18.011.571	99,99	18.012	(3.358)	(2.408)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	4.614.138	99,99	4.614	(1.108)	(3.377)	4.614.138	99,99	4.614	2.269	(763)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	14.215.026	99,99	14.215	(3.017)	(6.760)	14.215.026	99,99	14.215	3.743	(3.052)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	13.014.445	99,99	13.014	(10.673)	(6.325)	13.014.445	99,99	13.014	(4.348)	(2.815)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	16.493.153	99,99	16.493	5.049	(4.275)	16.493.153	99,99	16.493	9.324	(1.169)
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	10.421.120	99,99	10.421	(2.624)	(4.952)	10.421.120	99,99	10.421	2.328	(2.542)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	19.464.696	99,99	19.465	(4.847)	(3.480)	19.464.696	99,99	19.465	(1.367)	(1.015)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	19.346.653	99,99	19.347	(5.903)	(3.972)	19.346.653	99,99	19.347	(1.931)	(1.617)
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	11.530.260	99,99	11.530	(631)	(3.826)	11.530.260	99,99	11.530	3.195	(2.854)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	6.428.922	99,99	6.429	(5.088)	(2.606)	6.428.922	99,99	6.429	(2.482)	(1.419)

- Continua -

RENOVA ENERGIA

Notas Explicativas



- Continuação -

Companhia	30/09/2019					31/12/2018				
	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no período	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
Eólico										
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial	6.598.699	99,99	6.599	(3.199)	(1.747)	6.598.698	99,99	6.599	(1.452)	(946)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	3.903.274	99,99	3.903	(3.002)	(1.790)	3.903.273	99,99	3.903	(1.212)	(896)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	2.181.078	99,99	2.181	(432)	(1.241)	2.181.077	99,99	2.181	809	(389)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	3.143.392	99,99	3.143	(476)	(1.361)	3.143.391	99,99	3.143	885	(392)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	130.234.571	99,99	130.235	(2.651)	(71.640)	119.383.201	99,99	119.383	34.501	(10.610)
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial	1.408.975	99,99	1.409	(13.590)	(9.143)	772.826	99,99	773	(5.083)	(4.863)
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA. - Em recuperação judicial	32.338	99,99	32	(36)	(12)	32.338	99,99	32	(24)	(15)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	244.293.570	99,99	244.294	(1.404)	(703)	376.194.387	99,99	376.194	131.200	127
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA. - Em recuperação judicial	968.664	99,99	969	(137)	(6)	968.663	99,99	969	(131)	236
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA. - Em recuperação judicial	883.194	99,99	883	(95)	(11)	883.193	99,99	883	(84)	73
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	22.973	100,00	23	(2)	(1)	22.972	100,00	23	(1)	-
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	73.722.950	99,99	73.723	27.850	(4)	45.616.074	99,99	45.616	45.614	(3)
Outras participações ⁽¹⁾	-	-	-	(43)	(16)	-	-	-	(27)	(16)
Comercialização										
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	434.485.278	100,00	434.485	(249.533)	(130.552)	-	100,00	4.306	(549.160)	(320.072)

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1



10.3 Movimentação dos investimentos

10.3.1 Consolidado

Companhia	31/12/2018	Equivalência patrimonial		Dividendos propostos	30/09/2019
		Resultado	Amortização da mais valia		
PCH					
Brasil PCH S.A.	603.747	76.260	(27.227)	(77.189)	575.591

Companhia	31/12/2017	Equivalência patrimonial		Dividendos propostos	30/09/2018
		Resultado	Amortização da mais valia		
PCH					
Brasil PCH S.A.	685.362	63.303	(27.227)	(31.557)	689.881

10.3.1.1 Investimento societário com controle compartilhado – Brasil PCH S.A.

A Companhia mensura seu investimento na participação societária de empreendimento controlado em conjunto utilizando o método da equivalência patrimonial, em conformidade com a IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto.

A Brasil PCH detém 13 PCHs com capacidade instalada de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios. Todas as PCHs possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não examinadas pelos auditores independentes).

De acordo com o requerido no CPC 45 (IFRS 12), apresentamos as informações contábeis da Brasil PCH (controlada em conjunto):

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 (CONSOLIDADO)

ATIVOS	30/09/2019	31/12/2018	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30/09/2019	31/12/2018
CIRCULANTES			CIRCULANTES		
Caixa e equivalentes de caixa	143.247	158.661	Debêntures	130.735	41.758
Outros ativos circulantes	45.063	65.873	Outros passivos circulantes	96.656	160.921
Total dos ativos circulantes	188.310	224.534	Total dos passivos circulantes	227.391	202.679
NÃO CIRCULANTES			NÃO CIRCULANTES		
Imobilizado	1.021.649	1.043.546	Debêntures	783.857	863.854
Outros ativos não circulantes	33.475	40.795	Outros passivos não circulantes	49.171	57.506
Total dos ativos não circulantes	1.055.124	1.084.341	Total dos passivos não circulantes	833.028	921.360
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	183.015	184.836
			TOTAL DOS PASSIVOS		
TOTAL DO ATIVO	1.243.434	1.308.875	E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.243.434	1.308.875



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 (CONSOLIDADO)

	30/09/2019	30/09/2018
RECEITA LÍQUIDA	315.273	304.656
Custo com depreciação	(27.050)	(25.785)
Outros custos	(45.688)	(37.142)
Despesas gerais e administrativas	(10.572)	(16.762)
Reversão para perda com contrato oneroso	2.820	201
Resultado financeiro	(74.545)	(89.592)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(10.708)	(11.453)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>149.530</u>	<u>124.123</u>

O resultado do período findo em 30 de setembro de 2019 foi impactado substancialmente por: (i) aumento do faturamento em função do reajuste contratual de 7,64% ocorrido durante o primeiro semestre de 2019; (ii) aumentos nos custos com manutenções preventivas e corretivas realizadas nas PCHs; e (iii) redução do resultado financeiro negativo em função do aumento nos rendimentos com aplicação financeira e redução nos encargos da dívida.



10.3.2 Controladora

Companhia	31/12/2018	Adições	Cisão parcial / redução de capital	Equivalência patrimonial	Reclassificação ²	30/09/2019
PCH						
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	127.366	-	-	13.465	-	140.831
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	-	-	-	(6)	-	(6)
Chipley SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	837.494	-	-	56.795	-	894.289
Eólico						
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	-	56.207	100.529	(428.789)	181.032	(91.021)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(5.021)	8.896	3.875
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(4.962)	3.588	(1.374)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(6.103)	5.062	(1.041)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(8.288)	6.251	(2.037)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(5.816)	2.984	(2.832)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(4.374)	3.136	(1.238)
Centrais Eólicas Tinguí S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(5.695)	(3.358)	(9.053)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(3.377)	2.269	(1.108)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(6.760)	3.743	(3.017)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(6.325)	(4.348)	(10.673)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(4.275)	9.324	5.049
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(4.952)	2.328	(2.624)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(3.480)	(1.367)	(4.847)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(3.972)	(1.931)	(5.903)
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(3.826)	3.195	(631)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(2.606)	(2.482)	(5.088)
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(1.747)	(1.452)	(3.199)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(1.790)	(1.212)	(3.002)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(1.241)	809	(432)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(1.361)	885	(476)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	-	2.714	31.774	(71.640)	34.501	(2.651)
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial	-	1.038	(402)	(9.143)	(5.083)	(13.590)
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA. - Em recuperação judicial	(24)	-	-	(12)	-	(36)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	131.200	-	(131.901)	(703)	-	(1.404)
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA. - Em recuperação judicial	(131)	-	-	(6)	-	(137)
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA. - Em recuperação judicial	(84)	-	-	(11)	-	(95)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	(1)	-	-	(1)	-	(2)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	45.614	-	(17.760)	(4)	-	27.850
Outras participações ⁽¹⁾	(27)	-	-	(16)	-	(43)
Comercialização						
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(549.160)	430.179	-	(130.552)	-	(249.533)
Total	592.247	490.138	(17.760)	(656.594)	246.770	654.801

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1.

Nota 2: Reclassificação de ativos anteriormente apresentados como mantidos para venda (nota 27).

- Continua -



- Continuação -

Companhia	31/12/2017	Adições	Equivalência patrimonial	Transferência para ativo mantidos para venda	30/09/2018
PCH					
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	119.068	-	5.010	-	124.078
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	5	5	(10)	-	-
Chipley SP Participações S.A. (Holding)	786.294	-	38.933	-	825.227
Eólico					
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	385.172	62.487	(203.646)	(244.013)	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	7.832	1.668	(1.127)	(8.373)	-
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	3.744	444	(914)	(3.274)	-
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	4.897	1.825	(1.289)	(5.433)	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	6.491	2.021	(1.799)	(6.713)	-
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	2.713	448	(388)	(2.773)	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	3.198	347	(722)	(2.823)	-
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	(4.082)	1.914	(1.496)	3.664	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	2.358	287	(590)	(2.055)	-
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	4.432	1.376	(1.703)	(4.105)	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	(3.890)	1.492	(1.535)	3.933	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	7.699	1.703	(984)	(8.418)	-
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	2.759	1.232	(1.430)	(2.561)	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	(868)	222	(437)	1.083	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	(1.044)	373	(927)	1.598	-
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	3.158	2.032	(1.905)	(3.285)	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	(2.335)	655	(771)	2.451	-
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial	(1.504)	558	(560)	1.506	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	(1.206)	528	(526)	1.204	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	850	180	(312)	(718)	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	861	240	(304)	(797)	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	32.619	7.155	(2.020)	(37.754)	-
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial	(449)	46	(3.652)	4.055	-
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA. - Em recuperação judicial	(9)	-	(10)	19	-
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	130.847	188	(262)	-	130.773
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA. - Em recuperação judicial	(399)	12	252	-	(135)
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA. - Em recuperação judicial	(179)	10	84	-	(85)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	(1)	1	-	-	-
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	1	45.614	(2)	-	45.613
Outras participações ¹	(11)	2	(12)	-	(21)
Comercialização					
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(229.088)	-	(200.674)	-	(429.762)
Total	1.259.933	135.065	(385.728)	(313.582)	695.688

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1.

O saldo do investimento está sendo apresentado líquido da provisão para perda em investimento no montante de R\$417.093 (R\$549.427, em 31 de dezembro de 2018).



10.4 Movimentação dos dividendos a receber

Os dividendos a receber correspondem a:

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	33.219	5.039
Dividendos propostos	31.557	-
Dividendos recebidos	(64.776)	-
Saldo em 30 de setembro de 2018	<u>-</u>	<u>5.039</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.180	10.177
Dividendos propostos	77.189	-
Dividendos recebidos	(86.369)	-
Saldo em 30 de setembro de 2019	<u>-</u>	<u>10.177</u>

- a) Controladora: o saldo de R\$10.177 refere-se a dividendos a receber das controladas Enerbras (R\$5.559) e Chipley (R\$4.618).
- b) Consolidado: contemplam os dividendos propostos e recebidos da controlada indireta Brasil PCH.



11. Ativo imobilizado

11.1 Consolidado

		30/09/2019			31/12/2018		
	Taxas anuais de depreciação %		Depreciação acumulada	Valor líquido		Depreciação acumulada	Valor líquido
		Custo histórico			Custo histórico		
Imobilizado em serviço							
Geração							
Terrenos		595	-	595	595	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	95.797	(25.085)	70.712	95.797	(23.410)	72.387
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	46.336	(14.114)	32.222	46.336	(13.165)	33.171
Máquinas e equipamentos	4%	65.015	(22.674)	42.341	65.015	(21.164)	43.851
Móveis e utensílios	10%	142	(130)	12	142	(127)	15
Equipamento de informática	17%	245	(245)	-	245	(245)	-
Torres de medição	20%	22.692	(21.800)	892	22.692	(20.064)	2.628
Equipamentos de medição	20%	3.739	(3.189)	550	3.739	(2.652)	1.087
Equipamentos de torres	20%	2.372	(2.231)	141	2.372	(1.876)	496
Outros	14%	16	(14)	2	16	(13)	3
		236.949	(89.482)	147.467	236.949	(82.716)	154.233
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(3.021)	2.335	5.356	(2.620)	2.736
Benfeitorias	4%	854	(103)	751	854	(78)	776
Móveis e utensílios	10%	2.114	(1.466)	648	2.114	(1.307)	807
Softwares	20%	3.310	(3.282)	28	3.310	(3.195)	115
Equipamento de informática	20%	3.524	(3.410)	114	3.524	(3.156)	368
		15.158	(11.282)	3.876	15.158	(10.356)	4.802
Estoques							
Almoxarifado geral		14	-	14	3	-	3
Total do imobilizado em serviço		252.121	(100.764)	151.357	252.110	(93.072)	159.038
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		677.325	-	677.325	698.256	-	698.256
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Terrenos		12.092	-	12.092	12.095	-	12.095
Edificações, obras civis e benfeitorias		272.490	-	272.490	266.159	-	266.159
Torres de medição		3.989	-	3.989	3.989	-	3.989
Aerogeradores		1.491.026	-	1.491.026	1.495.669	-	1.495.669
Equipamentos de subestação		444.407	-	444.407	431.732	-	431.732
Adiantamentos a fornecedores		1.397	-	1.397	1.750	-	1.750
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(1.413.850)	-	(1.413.850)	(1.154.492)	-	(1.154.492)
Total do imobilizado em curso		1.489.938	-	1.489.938	1.756.220	-	1.756.220
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		43.509	(4.599)	38.910	-	-	-
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 27.2)		-	-	-	(1.675.862)	-	(1.675.862)
Total imobilizado		1.785.568	(105.363)	1.680.205	332.468	(93.072)	239.396



11.2 Movimentações do imobilizado (consolidado)

	31/12/2018	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ¹	Reclassificação ²	30/09/2019
Imobilizado em serviço						
Custo						
Geração						
Usina						
Terrenos	595	-	-	-	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	95.797	-	-	-	-	95.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	46.336	-	-	-	-	46.336
Máquinas e equipamentos	65.015	-	-	-	-	65.015
Móveis e utensílios	142	-	-	-	-	142
Equipamento de informática	245	-	-	-	-	245
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	-	2.372
Outros	16	-	-	-	-	16
	<u>236.949</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>236.949</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.114	-	-	-	-	2.114
Softwares	3.310	-	-	-	-	3.310
Equipamento de informática	3.524	-	-	-	-	3.524
	<u>15.158</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.158</u>
Estoques						
Almoxarifado geral	3	11	-	-	-	14
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>252.110</u>	<u>11</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>252.121</u>
(-) Depreciação						
Geração						
Usina						
Reservatórios, barragens e adutoras	(23.410)	(1.675)	-	-	-	(25.085)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(13.165)	(949)	-	-	-	(14.114)
Máquinas e equipamentos	(21.164)	(1.510)	-	-	-	(22.674)
Móveis e utensílios	(127)	(3)	-	-	-	(130)
Equipamento de informática	(245)	-	-	-	-	(245)
Torres de medição	(20.064)	(1.736)	-	-	-	(21.800)
Equipamentos de medição	(2.652)	(537)	-	-	-	(3.189)
Equipamentos de torres	(1.876)	(355)	-	-	-	(2.231)
Outros	(13)	(1)	-	-	-	(14)
	<u>(82.716)</u>	<u>(6.766)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(89.482)</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	(2.620)	(401)	-	-	-	(3.021)
Benfeitorias	(78)	(25)	-	-	-	(103)
Móveis e utensílios	(1.307)	(159)	-	-	-	(1.466)
Softwares	(3.195)	(87)	-	-	-	(3.282)
Equipamento de informática	(3.156)	(254)	-	-	-	(3.410)
	<u>(10.356)</u>	<u>(926)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.282)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(93.072)</u>	<u>(7.692)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(100.764)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>159.038</u>	<u>(7.681)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>151.357</u>

- Continua -



- Continuação -

	31/12/2018	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ¹	Reclassificação ²	30/09/2019
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	259.979	4.672	(25.104)	(499)	438.277	677.325
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	1.062
Terrenos	186	-	-	(3)	11.909	12.092
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	6.331	-	-	266.159	272.490
Torres de medição	-	-	-	-	3.989	3.989
Aerogeradores	-	2.442	(6.740)	(345)	1.495.669	1.491.026
Equipamentos de subestação	135	12.675	-	-	431.597	444.407
Adiantamentos a fornecedores	207	-	(353)	-	1.543	1.397
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(181.211)	(259.403)	45	-	(973.281)	(1.413.850)
Total do imobilizado em curso	80.358	(233.283)	(32.152)	(847)	1.675.862	1.489.938
Direito de uso						
Geração						
Contratos de arrendamento	-	43.509	-	-	-	43.509
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	-	(427)	-	-	-	(427)
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	-	(4.172)	-	-	-	(4.172)
Total direito de uso	-	38.910	-	-	-	38.910
Total do imobilizado	239.396	(202.054)	(32.152)	(847)	1.675.862	1.680.205

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no período.

Nota 2: Reclassificação de ativos anteriormente apresentados como mantidos para venda (nota 27).

RENOVA

Notas Explicativas

ENERGIA



	31/12/2017	Adições	Reclassificações entre rubricas (*)	Transferência para ativos mantidos para venda	30/09/2018
Imobilizado em serviço					
Custo					
Geração					
Usina					
Terrenos	595	-	-	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	95.797	-	-	-	95.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	46.336	-	-	-	46.336
Máquinas e equipamentos	65.015	-	-	-	65.015
Móveis e utensílios	142	-	-	-	142
Equipamento de informática	245	-	-	-	245
Torres de medição	22.692	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	2.372
Outros	16	-	-	-	16
	<u>236.949</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>236.949</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	2.955	-	-	-	2.955
Móveis e utensílios	5.857	-	-	-	5.857
Softwares	3.310	-	-	-	3.310
Equipamento de informática	3.762	-	-	-	3.762
	<u>21.240</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>21.240</u>
Estoques					
Almoxarifado geral	-	6	-	-	6
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>258.189</u>	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>258.195</u>
(-) Depreciação					
Geração					
Usina					
Reservatórios, barragens e adutoras	(21.168)	(1.683)	-	-	(22.851)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(11.900)	(949)	-	-	(12.849)
Máquinas e equipamentos	(19.151)	(1.509)	-	-	(20.660)
Móveis e utensílios	(110)	(15)	-	-	(125)
Equipamento de informática	(245)	-	-	-	(245)
Torres de medição	(17.325)	(2.038)	-	-	(19.363)
Equipamentos de medição	(1.899)	(575)	-	-	(2.474)
Equipamentos de torres	(1.399)	(360)	-	-	(1.759)
Outros	(11)	(2)	-	-	(13)
	<u>(73.208)</u>	<u>(7.131)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(80.339)</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	(2.021)	(465)	-	-	(2.486)
Benfeitorias	(542)	(76)	-	-	(618)
Móveis e utensílios	(2.713)	(355)	-	-	(3.068)
Softwares	(2.993)	(157)	-	-	(3.150)
Equipamento de informática	(2.929)	(295)	-	-	(3.224)
	<u>(11.198)</u>	<u>(1.348)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.546)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(84.406)</u>	<u>(8.479)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(92.885)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>173.783</u>	<u>(8.473)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>165.310</u>

- Continua -



- Continuação -

	31/12/2017	Adições	Reclassificações entre rubricas (*)	Transferência para ativos mantidos para venda	30/09/2018
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	667.155	5.694	-	(439.758)	233.091
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Terrenos	12.095	385	-	(12.294)	186
Edificações, obras civis e benfeitorias	265.872	-	-	(265.872)	-
Torres de medição	3.989	-	-	(3.989)	-
Aerogeradores	1.504.327	176	(8.849)	(1.495.654)	-
Equipamentos de subestação	427.792	-	4.992	(432.649)	135
Adiantamentos a fornecedores	523	-	-	(156)	367
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.004.266)	-	-	822.651	(181.615)
Total do imobilizado em curso	<u>1.878.549</u>	<u>6.255</u>	<u>(3.857)</u>	<u>(1.827.721)</u>	<u>53.226</u>
Total do imobilizado	<u>2.052.332</u>	<u>(2.218)</u>	<u>(3.857)</u>	<u>(1.827.721)</u>	<u>218.536</u>

(*) Efeito da conciliação de fornecedores no período.



11.3 Controladora

		30/09/2019			31/12/2018		
	Taxas anuais de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de medição	20%	22.692	(21.800)	892	22.692	(20.064)	2.628
Equipamentos de medição	20%	3.739	(3.189)	550	3.739	(2.652)	1.087
Equipamentos de torres	20%	2.372	(2.231)	141	2.372	(1.876)	496
		<u>28.803</u>	<u>(27.220)</u>	<u>1.583</u>	<u>28.803</u>	<u>(24.592)</u>	<u>4.211</u>
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(3.021)	2.335	5.356	(2.620)	2.736
Benfeitorias	4%	854	(103)	751	854	(78)	776
Móveis e utensílios	10%	2.114	(1.466)	648	2.114	(1.307)	807
Softwares	20%	3.310	(3.282)	28	3.310	(3.195)	115
Equipamento de informática	20%	3.506	(3.392)	114	3.506	(3.138)	368
		<u>15.140</u>	<u>(11.264)</u>	<u>3.876</u>	<u>15.140</u>	<u>(10.338)</u>	<u>4.802</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>43.943</u>	<u>(38.484)</u>	<u>5.459</u>	<u>43.943</u>	<u>(34.930)</u>	<u>9.013</u>
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		71.705	-	71.705	74.377	-	74.377
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Terrenos		50	-	50	50	-	50
Adiantamentos a fornecedores		11	-	11	207	-	207
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(1.722)	-	(1.722)	(1.722)	-	(1.722)
Total do imobilizado em curso		<u>71.106</u>	<u>-</u>	<u>71.106</u>	<u>73.974</u>	<u>-</u>	<u>73.974</u>
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		22.021	(3.712)	18.309	-	-	-
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 27.1)		-	-	-	(24.487)	-	(24.487)
Total imobilizado		<u>137.070</u>	<u>(42.196)</u>	<u>94.874</u>	<u>93.430</u>	<u>(34.930)</u>	<u>58.500</u>



11.4 Movimentações do imobilizado (controladora)

	31/12/2018	Adições	Baixas	Reclassificação ¹	Redução de capital na Bahia Holding	30/09/2019
Imobilizado em serviço						
Geração						
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	-	2.372
	28.803	-	-	-	-	28.803
Administração						
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.114	-	-	-	-	2.114
Softwares	3.310	-	-	-	-	3.310
Equipamento de informática	3.506	-	-	-	-	3.506
	15.140	-	-	-	-	15.140
Total do imobilizado em serviço - custo	43.943	-	-	-	-	43.943
(-) Depreciação						
Geração						
Torres de medição	(20.064)	(1.736)	-	-	-	(21.800)
Equipamentos de medição	(2.652)	(537)	-	-	-	(3.189)
Equipamentos de torres	(1.876)	(355)	-	-	-	(2.231)
	(24.592)	(2.628)	-	-	-	(27.220)
Administração						
Máquinas e equipamentos	(2.620)	(401)	-	-	-	(3.021)
Benfeitorias	(78)	(25)	-	-	-	(103)
Móveis e utensílios	(1.307)	(159)	-	-	-	(1.466)
Softwares	(3.195)	(87)	-	-	-	(3.282)
Equipamento de informática	(3.138)	(254)	-	-	-	(3.392)
	(10.338)	(926)	-	-	-	(11.264)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(34.930)	(3.554)	-	-	-	(38.484)
Total do imobilizado em serviço	9.013	(3.554)	-	-	-	5.459
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	49.890	4.672	(25.104)	24.487	17.760	71.705
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	1.062
Terrenos	50	-	-	-	-	50
Adiantamentos a fornecedores	207	-	(196)	-	-	11
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.722)	-	-	-	-	(1.722)
Total do custo do imobilizado em curso	49.487	4.672	(25.300)	24.487	17.760	71.106
Direito de uso						
Geração						
Contratos de arrendamento	-	22.021	-	-	-	22.021
(-) Amortização contratos de arrendamento	-	(3.712)	-	-	-	(3.712)
	-	18.309	-	-	-	18.309
Total do imobilizado	58.500	23.139	(25.300)	24.487	17.760	94.874

Nota 1: Reclassificação de ativos anteriormente apresentados como mantidos para venda (nota 27).



	31/12/2017	Adições	Transferência para ativos mantidos para venda	Integralização de capital na Bahia Holding	30/09/2018
Imobilizado em serviço					
Geração					
Torres de medição	22.692	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	2.372
	<u>28.803</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.803</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	2.955	-	-	-	2.955
Móveis e utensílios	5.857	-	-	-	5.857
Softwares	3.310	-	-	-	3.310
Equipamento de informática	3.744	-	-	-	3.744
	<u>21.222</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>21.222</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>50.025</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>50.025</u>
(-) Depreciação					
Geração					
Torres de medição	(17.325)	(2.038)	-	-	(19.363)
Equipamentos de medição	(1.899)	(575)	-	-	(2.474)
Equipamentos de torres	(1.399)	(360)	-	-	(1.759)
	<u>(20.623)</u>	<u>(2.973)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(23.596)</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	(2.021)	(465)	-	-	(2.486)
Benfeitorias	(542)	(76)	-	-	(618)
Móveis e utensílios	(2.713)	(355)	-	-	(3.068)
Softwares	(2.993)	(157)	-	-	(3.150)
Equipamento de informática	(2.909)	(293)	-	-	(3.202)
	<u>(11.178)</u>	<u>(1.346)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.524)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(31.801)</u>	<u>(4.319)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(36.120)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>18.224</u>	<u>(4.319)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.905</u>
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	87.231	5.473	(13.149)	(45.614)	33.941
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Terrenos	50	-	-	-	50
Adiantamentos a fornecedores	367	-	-	-	367
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	<u>(1.722)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.722)</u>
Total do custo do imobilizado em curso	<u>86.988</u>	<u>5.473</u>	<u>(13.149)</u>	<u>(45.614)</u>	<u>33.698</u>
Total do imobilizado	<u>105.212</u>	<u>1.154</u>	<u>(13.149)</u>	<u>(45.614)</u>	<u>47.603</u>

11.5 Imobilização em serviço

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do ativo imobilizado.



11.6 Imobilização em curso

As imobilizações em curso registram os investimentos em projetos hídricos, divididos em inventários e projetos básicos que já possuem autorização da ANEEL. Registram também os investimentos em portfólio de projetos eólicos em desenvolvimento. Em virtude do encerramento das negociações com a AES (notas 1.2.1 e 30.1), os montantes anteriormente registrados na rubrica de ativos mantidos para venda foram reclassificados para o grupo de imobilizado, subgrupo imobilizado em curso, em 30 de setembro de 2019.

11.7 Composição do imobilizado por projeto

Em 30 de setembro de 2019 o imobilizado em curso consolidado é composto pelos seguintes projetos:

Projetos	Consolidado
Alto Sertão III - Fase A	
ACL (Light I)	853.496
LER 2013	423.689
	<u>1.277.185</u>
Alto Sertão III - Fase B ⁽¹⁾	
ACL (Light II)	73.143
ACL (Mercado livre II)	40.653
	<u>113.796</u>
Outros	
Outras imobilizações em curso ⁽²⁾	98.957
Total do imobilizado em curso	<u><u>1.489.938</u></u>

Nota 1: Esses parques tiveram suas outorgas canceladas em 4 de junho de 2019 pela ANEEL (Nota 16).

Nota 2: Inclui portfólio de desenvolvimento de projetos eólicos e de pequenas centrais hidrelétricas, sem prazo de conclusão.

11.8 Baixa de projetos

A Companhia revisa seu portfólio de desenvolvimento de projetos eólicos, projetos básicos e inventários de PCH periodicamente. Após revisão de seu portfólio de projetos eólicos e de pequenas centrais hidrelétricas, a Companhia concluiu que em 30 de setembro de 2019 não havia projeto a ser baixado.

Em 8 de maio de 2019, a Companhia concluiu as condições precedentes previstas em contrato e entregou o projeto eólico em desenvolvimento Seridó a determinado fornecedor com o objetivo de amortizar o montante de R\$10.000 do total da dívida com este fornecedor de determinadas controladas da Companhia que fazem parte do AS III – Fase A. Assim os gastos com esse projeto, que totalizaram R\$6.518 anteriormente reconhecidos no ativo foram baixados. A Companhia reconheceu o crédito a receber destas controladas no montante de R\$10.000, que deverá ser aportado como aumento de capital até 31 de dezembro de 2019.



Em agosto de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a assinatura do Instrumento Particular de Assunção e Confissão de Dívida e Outras Avenças, sujeito a certas condições resolutivas com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. que assumiu a obrigação de quitar uma dívida da Companhia no valor de R\$43.000 junto ao Banco BTG Pactual decorrente do instrumento de confissão de dívida firmado entre Renova Energia e BTG e em contrapartida de tal assunção, a Companhia cedeu em pagamento o projeto em desenvolvimento denominado Facheiro I. No momento, a maioria das condições precedentes das transações acima foram cumpridas, todavia não foram completamente concluídas, desta forma, a Companhia mantém um saldo em 30 de setembro de 2019 no montante de R\$ 25.426 em outras contas a pagar, aguardando a conclusão das condições precedentes que ainda restam pendentes para a conclusão integral da referida transação.

11.9 Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

Em 30 de junho de 2019, a Administração da Companhia efetuou a análise da provisão para redução ao valor recuperável com base nas condições comerciais que estavam sendo discutidas com a AES no contrato de compra e venda de ações do Complexo Eólico Alto Sertão III e determinados projetos eólicos em desenvolvimento, e dentro das melhores expectativas complementou a provisão anteriormente constituída em R\$259.403 para fazer face a potenciais perdas na realização dos ativos do Complexo Eólico Alto Sertão III, líquida dos custos de venda. Em 30 de setembro de 2019, o saldo da provisão para redução a valor recuperável do ativo imobilizado é de R\$1.413.850.

Para 30 de setembro de 2019, considerando o cenário descrito na nota 1.3, a Companhia manteve as provisões para redução ao valor recuperável anteriormente constituídas e aguarda aprovação do seu plano de recuperação para avaliar o valor dos seus ativos.

11.10 Bens dados em garantia

As controladas indiretas Espira e Diamantina possuem bens dados em garantia a empréstimos e financiamentos no montante de R\$1.525.957, conforme nota 13.3.

11.11 Desmantelamento

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos e reconstituição do terreno. A Companhia estima um custo aproximado de R\$57.000, calculado a valor presente, a ser contabilizado quando da entrada em operação comercial dos parques eólicos que atualmente encontram-se em construção, conforme sua prática contábil. A mensuração inicial será reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado pelo prazo restante da autorização.

11.12 Direito de uso – Arrendamentos

Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia e suas controladas identificaram 2.177 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma IFRS 16, sendo 1.944 relacionados a projetos eólicos em desenvolvimento, 215 aos parques eólicos em construção e 13 às PCHs em operação e ainda 5 contratos de aluguel de sedes administrativas.

Para esses contratos, a Companhia e suas controladas reconheceram o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:



Ativo	30/09/2019		Passivo	30/09/2019	
	Consolidado	Controladora		Consolidado	Controladora
Não circulante			Circulante		
Imobilizado			Arrendamentos a pagar	8.590	5.023
Direito de uso do ativo arrendado	43.509	22.021	(-) Juros a apropriar	(5.263)	(2.282)
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	(4.599)	(3.712)	Total do passivo circulante	3.327	2.741
	38.910	18.309	Não circulante		
			Arrendamentos a pagar	87.611	20.112
			(-) Juros a apropriar	(51.357)	(4.628)
			Total do passivo não circulante	36.254	15.484
Ativo total	38.910	18.309	Passivo total	39.581	18.225

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do período a depreciação/amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

	Consolidado	Controladora
Custo		
Amortização direito de uso	427	-
Despesa		
Amortização direito de uso	4.172	3.712
Resultado financeiro		
Juros sobre obrigação de arrendamento	4.325	2.068
Total	8.924	5.780

Em 30 de setembro de 2019, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Ano de vencimento	Consolidado	
	Juros	Principal
2019	1.595	3.693
2020	5.353	9.516
2021	4.588	8.948
2022	4.018	8.209
2023	3.518	6.897
2024 a 2050	37.548	58.938
Total	56.620	96.201



12. Fornecedores

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Fornecedores		319.256	326.282	88.378	87.673
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	27.2	-	(277.751)	(43.000)	(43.000)
		<u>319.256</u>	<u>48.531</u>	<u>45.378</u>	<u>44.673</u>

Em 30 de setembro de 2019, o saldo consolidado de fornecedores inclui, principalmente, valores referentes aos contratos de fornecimento de equipamentos e materiais para a construção dos parques do Complexo Eólico AS III e outros referentes a aerogeradores, subestações e construção civil. Inclui também valores referentes a negociação com fornecedores, bem como os encargos financeiros quando aplicável.

Notas Explicativas



13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

13.1 Consolidado

		Consolidado									
		30/09/2019					31/12/2018				
		Circulante			Não circulante	Total geral	Circulante			Não circulante	Total geral
Custo da Dívida	Encargos	Principal	Total	Principal		Encargos	Principal	Total	Principal		
Moeda Nacional											
FNE - Banco do Nordeste do Brasil S.A. - Espra ^(13.6.a)	9,5% a.a. (8,08% a.a.)*	-	7.856	7.856	57.229	65.085	-	7.101	7.101	63.587	70.688
Finep - CEOL Itaparica ^(13.6.b)	3,5% a.a.	12	1.998	2.010	6.658	8.668	16	1.997	2.013	8.158	10.171
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "A") ^(13.6.c)	TLP + 9% a.a.	-	-	-	-	-	2.015	169.026	171.041	-	171.041
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "B") ^(13.6.c)	TLP + 2,5% a.a.	6.351	534.286	540.637	-	540.637	5.799	499.921	505.720	-	505.720
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "C") ^(13.6.c)	TJ6 + 8,15% a.a.	215.221	256.356	471.577	-	471.577	1.571	257.258	258.829	-	258.829
Citibank ^(13.6.d)	155% CDI	2.598	18.561	21.159	167.052	188.211	50.833	120.500	171.333	-	171.333
BTG Pactual ^(13.6.d)	155% CDI	2.394	17.103	19.497	153.925	173.422	40.497	129.738	170.235	-	170.235
Banco Modal ^(13.6.d)	100% CDI + 6% a.a.	6.852	15.000	21.852	-	21.852	4.446	15.000	19.446	-	19.446
Banco Bradesco ^(13.6.d)	100% CDI + 2,5% a.a.	209	12.200	12.409	-	12.409	-	-	-	-	-
Banco Itaú ^(13.6.d)	100% CDI + 2,5% a.a.	205	12.200	12.405	-	12.405	-	-	-	-	-
Subtotal dos empréstimos e financiamentos		233.842	875.560	1.109.402	384.864	1.494.266	105.177	1.200.541	1.305.718	71.745	1.377.463
Custo de captação da operação		-	-	-	(109)	(109)	-	-	-	(131)	(131)
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (nota 27.2)		-	-	-	-	-	(13.847)	(943.202)	(957.049)	(8.027)	(965.076)
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		233.842	875.560	1.109.402	384.755	1.494.157	91.330	257.339	348.669	63.587	412.256
*15% de bônus de adimplência											

*15% de bônus de adimplência



13.2 Controladora

		Controladora							
		30/09/2019				31/12/2018			
		Circulante			Não circulante	Total	Circulante		
	<u>Custo da Dívida</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Principal</u>		<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>
Citibank ^(13.6.d)	155% CDI	2.598	18.561	21.159	167.052	188.211	50.833	120.500	171.333
BTG Pactual ^(13.6.d)	155% CDI	2.394	17.103	19.497	153.925	173.422	40.497	129.738	170.235
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS		4.992	35.664	40.656	320.977	361.633	91.330	250.238	341.568



13.3 Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 30 de setembro de 2019, é garantido da seguinte forma:

	BNB (nota 13.6.a)	BNDES (nota 13.6.c)	Banco BTG (nota 13.6.d)	Total
Recebíveis	411.015	-	411.015	411.015
Penhor de ações	140.831	-	140.831	140.831
Hipoteca/alienação de bens	145.895	1.380.062	145.895	1.525.957
Caução em dinheiro	11.363	-	-	11.363
Total	709.104	1.380.062	697.741	2.089.166

As demais garantias relacionadas aos financiamentos estão descritas na Nota 13.6.

13.4 Movimentação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Consolidado			Controladora		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.189.028	104.310	1.293.338	250.711	49.775	300.486
Encargos financeiros provisionados	-	138.734	138.734	-	29.798	29.798
Encargos financeiros pagos	-	(4.823)	(4.823)	-	(530)	(530)
Comissões e outras penalidades	3.948	-	3.948	1.848	-	1.848
Amortização de empréstimos e financiamentos	(50.665)	-	(50.665)	(4.506)	-	(4.506)
Atualização e incorporação de juros ao principal	145.128	(145.128)	-	-	-	-
Apropriação dos custos de captação	19	-	19	-	-	-
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	(966.277)	(13.513)	(979.790)	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2018	321.181	79.580	400.761	248.053	79.043	327.096
Saldos em 31 de dezembro de 2018	320.926	91.330	412.256	245.576	95.992	341.568
Empréstimos obtidos	24.400	-	24.400	-	-	-
Encargos financeiros provisionados	-	127.459	127.459	-	23.613	23.613
Encargos financeiros pagos	-	(9.218)	(9.218)	-	(4.769)	(4.769)
Comissões e outras penalidades	35.076	-	35.076	1.221	-	1.221
Amortização de empréstimos e financiamentos	(60.912)	-	(60.912)	-	-	-
Atualização e incorporação de juros ao principal ¹	(10.424)	10.424	-	109.844	(109.844)	-
Apropriação dos custos de captação	20	-	20	-	-	-
Reclassificação ²	951.229	13.847	965.076	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2019	1.260.315	233.842	1.494.157	356.641	4.992	361.633

Nota 1: movimentação realizada em função do remanejamento do subcrédito "A" para o subcrédito "C".

Nota 2: Reclassificação de passivos anteriormente apresentados como associados a ativos mantidos para venda (nota 27).



13.5 Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos)

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	30/09/2019	
	Consolidado	Controladora
2020	20.393	17.832
2021	81.829	71.328
2022	82.360	71.328
2023	82.922	71.328
2024	81.768	71.328
2025 a 2027	35.592	17.833
Total	384.864	320.977

13.6 Resumo dos contratos

a. Contrato BNB

A controlada indireta Espira, com interveniência da controlada Enerbras, obteve financiamento com o BNB em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096, com vencimento em 30 de junho de 2026.

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata (R\$145.895), o penhor de ações (R\$140.831), o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Espira, no valor de R\$411.015 (que representa os recebíveis calculados até o final do contrato) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas resoluções autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva no valor de R\$11.363, em 30 de setembro de 2019 (Nota 9). O contrato de financiamento com o BNB não exige índices financeiros para vencimentos antecipados da dívida.

b. FINEP

Em 19 de dezembro de 2013, a controlada Centrais Elétricas Itaparica S.A. assinou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no montante de R\$107.960. Os recursos deste financiamento são destinados à implantação de uma usina de geração e distribuição de energia híbrida solar e eólica. O financiamento possui carência de 36 meses que abrange o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da parcela de amortização e deve ser pago em 85 prestações, vencendo-se a primeira parcela em 15 de janeiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2024. Até 30 de setembro de 2019, o montante liberado foi de R\$14.149.

São garantias deste financiamento cartas de fiança bancária no valor de 100% do total liberado, mais os encargos incidentes, emitidas por instituições financeiras.

O contrato de financiamento não exige índices financeiros como cláusula para vencimento antecipado da dívida.

c. BNDES (Empréstimo ponte)

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina, no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito "A" no valor de R\$140.000 e



Subcrédito “B” no valor de R\$560.000, para os parques do LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito “B” com a criação do subcrédito “C” no valor de R\$163.963.

Em 15 de maio de 2019 e 19 de julho de 2019, foram criados os subcréditos “D” e “E” decorrente da incorporação ao saldo devedor do contrato do valor devido a título de Comissão de Renegociação, no valor de R\$2.433 e R\$2.487, respectivamente, corrigidos pela taxa média SELIC mais sobretaxa fixa, acrescidos de remuneração de 8,55% a.a. e 8,63% a.a., quitados em 19 de julho de 2019 e 15 de agosto de 2019, respectivamente.

Em 15 de agosto de 2019, o BNDES prorrogou os prazos de carência e de amortização do contrato de financiamento mencionado acima para 15 de setembro de 2019 e 15 de outubro de 2019, respectivamente, incluindo a liquidação parcial de R\$12.000 da parcela da dívida nesta mesma data.

Em setembro de 2019, foi incorporado ao saldo devedor do financiamento, o montante de R\$28.023 decorrente de inadimplementos não financeiros e penalidades. Considerando que não houve nova prorrogação ou pagamento dessa dívida, em 17 de outubro de 2019 o BNDES executou a fiança bancária prevista no contrato de financiamento, sendo amortizado o montante de R\$568.075, conforme nota 30.5.

São garantias desse financiamento: (i) penhor da totalidade das ações e dividendos da Alto Sertão Participações S.A, Diamantina Eólica Participações S.A e das SPEs na qualidade de intervenientes ao contrato, (ii) penhor das máquinas e equipamentos, (iii) dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, (iv) dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores, (v) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPEs e ambiente livre (CCVEs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs), e (vi) fianças bancárias.

Esse contrato não exige índices financeiros como cláusula para vencimento antecipado da dívida.

d. Outros empréstimos – capital de giro

Em 10 de novembro de 2015, a controlada Alto Sertão Participações S.A. emitiu uma Cédula de Crédito Bancário, no valor principal de R\$15.000, junto ao Banco Modal S.A. que teve vencimento em 10 de setembro de 2019, conforme 3º termo de aditamento assinado em 31 de maio de 2019, acrescida de 100% do CDI somada a uma taxa pré-fixada de 6% a.a. Essa operação tem a Companhia e a Diamantina Eólica como avalistas.

Em 24 de março de 2016, a Companhia assinou Cédula de Crédito Bancário com o Banco Citibank S.A., no valor principal de R\$120.500 com vencimento em 31 de janeiro de 2017 e juros de 4,5% a.a. acrescida de 100% do CDI. As penalidades previstas em contrato para o inadimplemento do pagamento são juros de mora de 1% ao mês e multa compensatória de 2% sobre os valores devidos, bem como ressarcimento das custas e honorários incorridos pelo Citibank. Essa dívida foi renegociada pela Companhia, que em 23 de julho de 2019, assinou com o Citibank, uma Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$185.614, atualizada a 155% a.a. do CDI, com prazo total de 6 anos, sendo 1 ano de carência. A amortização do principal e o pagamento dos juros serão trimestrais. As principais garantias da operação são: i) aval da Chipley e ii) Cessão fiduciária de 40% dos dividendos da Chipley. Até 30 de setembro de 2019 foram pagos R\$485 referentes a encargos da dívida.

Em 29 de junho e 23 de agosto de 2017, a Companhia assinou dois instrumentos Particular de Transação e Confissão de Dívida (CD 8/17 e 14/17) com o Banco BTG Pactual S.A., no valor de R\$54.228 e R\$89.323, respectivamente. Em 3 de maio de 2019, a Companhia assinou o 2º e 1º aditivos a esses instrumentos estabelecendo as seguintes condições de pagamento: o valor da dívida será pago em 20 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, após o período de carência de 1 ano a contar de 3 de maio de 2019. O principal está sujeito a juros remuneratórios de 155% a.a. do CDI, que serão pagos durante todo o prazo da dívida em parcelas trimestrais, sem nenhum período de carência. Até 30 de setembro de 2019 foram pagos R\$4.284 referentes a encargos da dívida.



São garantias a essa operação a alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Enerbras detidas pela Companhia, penhor em 2º grau da totalidade das ações de emissão da Espra, penhor em 2º grau dos direitos emergentes das PCHs do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata e hipoteca em 2º grau dos imóveis do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata.

Ainda, a dívida com Citibank e com o BTG poderá ser declarada vencida antecipadamente, a critério desses bancos, em função do pedido de recuperação judicial protocolado em 16 de outubro de 2019, além disso também caso a Companhia sofra novas execuções cujos valores individuais superem o montante de R\$10.000 individuais e/ou o valor agregados de R\$20.000, deixe de cumprir as demais obrigações dos contratos.

Em 19 de julho de 2019 a controlada indireta Diamantina Eólica contratou Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”) junto aos bancos Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A., no valor total de R\$24.400, com taxa de juros de 100% do CDI + 2,5% a.a. e vencimento em 14 de abril de 2020. São garantias da operação cartas fianças emitidas pela controlada Chipley e pela controladora Light S.A. na proporção de 36,23% e 63,77%, respectivamente. Conforme nota 30.5, em 21 de outubro de 2019 o Banco Itaú Unibanco S.A. e Bradesco S.A. executaram a fiança, sendo amortizado o montante de R\$15.892 pela Light S.A.

14. Tributos a recolher

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
IRPJ a pagar	3.418	5.651	-	-
CSLL a pagar	1.341	2.365	-	-
COFINS a recolher	78	4.713	2	9
PIS a recolher	13	1.019	1	1
Tributos sobre folha de pagamento	936	1.168	936	1.168
Tributos retidos de terceiros	4.380	3.455	2.710	332
IOF a recolher	4.872	886	-	-
IRRF sobre mútuo	1.317	783	915	606
Tributos em parcelamento	23.347	1.541	6.242	1.541
Outros impostos a recolher	537	973	-	1
	40.239	22.554	10.806	3.658
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 27.2)	-	(17.181)	-	-
TOTAL	40.239	5.373	10.806	3.658

O saldo referente a tributos em parcelamento da Controladora, no valor de R\$6.242, inclui débitos de IRPJ e CSLL no montante de R\$ 1.541 incluídos no programa de parcelamento instituído pela Lei 13.496, de 24 de outubro de 2017, cuja consolidação ocorreu em dezembro de 2018 e a Companhia aguarda deferimento da Receita Federal, para posterior compensação com prejuízos fiscais existentes. Além disso, a Companhia aderiu ao parcelamento ordinário de débitos de IRRF sobre as operações de mútuo no montante de R\$ 4.701 optando pelo pagamento em 60 prestações, sem redução de juros.

Em 30 de setembro de 2019, determinadas controladas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III, incluíram os saldos a pagar de IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS no programa de parcelamento da Receita Federal. Esses



débitos foram parcelados em 60 meses e seguem apresentados na linha de “Tributos em parcelamento” no consolidado no quadro acima.

15. Contas a pagar - CCEE/Eletrobrás (consolidado)

	Passivo	
	30/09/2019	31/12/2018
Circulante		
Eletrobras	11.007	13.114
CCEE	33.631	22.657
	<u>44.638</u>	<u>35.771</u>
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 27.2)	-	(22.657)
Total do circulante	<u>44.638</u>	<u>13.114</u>
Não circulante		
Eletrobras	14.719	20.664
CCEE	2.482	-
Total do não circulante	<u>17.201</u>	<u>20.664</u>
Total	<u>61.839</u>	<u>33.778</u>

Eletrobrás

O Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a controlada indireta Espira e a Eletrobrás, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da Eletrobrás. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

Conforme estabelecido na Medida Provisória 688, em dezembro de 2015, o Governo sancionou a Lei 13.203/2015 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do Mecanismo de Relocação de Energia (“MRE”), com efeito iniciando em 2015. A controlada indireta Espira aderiu à repactuação do risco hidrológico referente às PCHs Colino I, Cachoeira da Lixa e Colino II, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de 11,94 R\$/MWh para Colino I e Cachoeira da Lixa e de 14,07 R\$/MWh para Colino II (data-base de janeiro de 2019 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da autorização, dos dois o menor.

CCEE

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2013, do LER 2014 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% (ressarcimento anual – ressarcimento de 100% do volume + 15% de multa pela não entrega).

Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância – 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início



da operação comercial, valorado a 106%. (ressarcimento quadrienal - ressarcimento de 100% do volume + 6% de multa pela não entrega).

Os valores provisionados decorrem do reconhecimento da multa que está sendo aplicada pela CCEE pelo não fornecimento de energia em função da não conclusão dos parques eólicos, calculada conforme parágrafo anterior.

15.1 Movimentação

A movimentação dos períodos está apresentada a seguir:

	31/12/2018	Reclassificação ¹	Provisão/ reversão	Multa sobre ressarcimento	Amortização	30/09/2019
Eletrobras	33.778	-	2.117	-	(10.169)	25.726
CCEE	-	22.657	-	28.109	(14.653)	36.113
Total do passivo	33.778	22.657	2.117	28.109	(24.822)	61.839

Nota 1: Reclassificação de passivos anteriormente apresentados como associados a ativos mantidos para venda (nota 27).

	31/12/2017	Provisão	Multa sobre ressarcimento	Amortização	Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	30/09/2018
Eletrobras	27.383	11.699	-	(2.811)	-	36.271
CCEE	19.361	-	13.370	(11.654)	(21.077)	-
Total do passivo	46.744	11.699	13.370	(14.465)	(21.077)	36.271

16. Outras contas a pagar

	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
Indenização/ressarcimento a pagar a parte relacionada – Light	-	89.206
Ressarcimento a pagar a parte relacionada – CEMIG	-	61.930
Penalidade ANEEL	67.020	5.940
Outros	25.426	53
	92.446	157.129
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 27.2)	-	(5.993)
Total	92.446	151.136

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo consolidado de outras contas a pagar incluía, basicamente, indenização e ressarcimento a serem pagos a parte relacionada LIGHTCOM, no montante de R\$89.206, sendo R\$82.960 referente a indenização devida no âmbito do aditivo assinado em 21 de dezembro de 2017, para fazer constar novas condições comerciais ao contrato e R\$6.246 referente a ressarcimento devido em função da suspensão do contrato de fornecimento de energia; ressarcimento a ser pago a CEMIG, no valor de R\$61.930, sendo R\$51.734 no âmbito do aditivo assinado em 3 de agosto de 2018 e R\$10.196 referente a suspensão do contrato de compra e venda de energia



e consequente pagamento de ressarcimento (vide Nota 24.3.5). Com a assinatura dos novos TARDs em 2019 esses valores foram reconhecidos como dívida e transferidos para a conta de partes relacionadas.

Em 30 de setembro de 2019, o saldo a pagar a ANEEL no valor de R\$67.020 refere-se à penalidades aplicadas pelo (i) cancelamento das outorgas, em 21 de dezembro de 2017, dos parques Unha D'anta, Jurema Preta e Saboeiro, do Complexo Eólico AS III Fase A, no montante de R\$5.940 e (ii) cancelamento das outorgas dos projetos relacionados a parques eólicos da Fase B do Complexo Eólico AS III, no montante de R\$61.080, ocorrida em 4 de junho de 2019.

Adicionalmente a Companhia possui outras contas a pagar relacionado a negociação realizada com a Casa dos Ventos, conforme descrito na nota 11.8.

17. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (controladora e consolidado)

Em 30 de setembro de 2019, o saldo da provisão consolidada para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é de R\$109.834 (31 de dezembro de 2018, R\$81.259), sendo R\$101.924 cíveis, R\$7.757 trabalhistas e R\$153, administrativas. A seguir apresentamos a movimentação do período findo em 30 de setembro de 2019:

	Cíveis	Trabalhistas	Administrativas	Total
SalDOS em 31 de dezembro de 2018	74.933	6.183	143	81.259
Adição ^(a)	53.056	2.546	-	55.602
Atualização	785	456	10	1.251
Baixa ^(b)	(22.334)	(904)	-	(23.238)
Pagamento ^(c)	(14.273)	(524)	-	(14.797)
Cancelamento venda de ativos	9.757	-	-	9.757
SalDOS em 30 de setembro de 2019	101.924	7.757	153	109.834

	Cíveis	Trabalhistas	Administrativas	Total
SalDOS em 31 de dezembro de 2017	22.595	4.258	126	26.979
Adição	21.639	1.916	-	23.555
Atualização	530	2	12	544
Baixa	(1.490)	(902)	-	(2.392)
Pagamento	-	(254)	-	(254)
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	(183)	-	-	(183)
SalDOS em 30 de setembro de 2018	43.091	5.020	138	48.249

(a) refere-se substancialmente a complemento de provisão para processo cível relacionado a arbitragem (Nota 1.2.2) no montante de R\$16.949 e complemento de provisão para ação cível ajuizada por terceiros, no montante de R\$36.107.

(b) refere-se substancialmente a reversão da provisão para processo cível de i) execução da dívida com o BTG no montante de R\$12.943 tendo em vista a renegociação da dívida e suspensão do referido processo e ii) ajuizada por terceiro, no montante de R\$8.740 tendo em vista a nulidade da sentença.

(c) refere-se substancialmente a liberação do depósito judicial no montante de R\$14.178 em favor da Elite relacionado ao processo descrito no item i(a) abaixo.

A Administração da Companhia e de suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.



Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos contingentes no montante aproximado de R\$174.173 (31 de dezembro de 2018, R\$375.610), sendo R\$168.173 (31 de dezembro de 2018, R\$369.755) cíveis, R\$2.423 (31 de dezembro de 2018, R\$1.842) administrativas e R\$3.577 trabalhistas (31 de dezembro de 2018, R\$4.013), os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o período findo em 30 de setembro de 2019.

Os processos classificados como perda provável e possível questionam principalmente os seguintes temas:

Prováveis

(i) Cíveis - refere-se basicamente a:

- a) ação cível ajuizada pela Elite Serviços Administrativos e Processamento de Dados Ltda. que tem como objeto o possível descumprimento do contrato de prestação de serviço por parte da Companhia pelo não pagamento das obrigações deste contrato, para o qual a Companhia ingressou com ação declaratória para rescisão do contrato e reconhecimento do desequilíbrio contratual. A Companhia entende que a probabilidade de perda neste processo é provável e constituiu provisão de R\$41.636.
- b) processo arbitral com Consórcio MGT referente ao ressarcimento de supostos prejuízos financeiros suportados durante a execução dos contratos de prestação de serviços de engenharia e obras civis do Complexo Eólico Alto Sertão II, no valor de R\$38.812. (nota 1.2.2).
- c) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda provável, no montante de R\$21.476 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas.

Para fazer face a essas discussões judiciais relacionadas ao processo ajuizado pela Elite Serviços, conforme mencionado no item “i (a)” acima, a Companhia mantém depósito judicial, no valor de R\$5.675 (R\$19.853, em 31 de dezembro de 2018).

Possíveis

- (i) Dentre as ações cíveis classificadas como perda possível destacam-se: processos decorrentes de multas relacionadas a contratos de arrendamento com diversos arrendantes cujo montante total corresponde a R\$136.191 (R\$200.480, 31 de dezembro de 2018) para os quais nossos assessores jurídicos externos classificam a expectativa de perda como possível. Ademais, a Companhia interpôs recurso que foi julgado procedente em março de 2019, afastando a referida multa e determinando a aplicação da cláusula contratual específica para hipótese de inadimplemento, que consiste em correção monetária pelo índice indicado em contrato, juros de mora de 1% ao mês e multa de 2% sobre o valor da anuidade em atraso.
- (ii) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda possível, no montante de R\$34.705 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas.

17.1 Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Desde 2017, a Companhia é parte de uma investigação conduzida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais relacionada a determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores na Companhia e aportes efetuados pela



Companhia em determinados projetos em desenvolvimento em anos anteriores, incluindo determinados pagamentos a fornecedores. Em decorrência desse assunto, os órgãos de governança da Companhia solicitaram a instauração de uma investigação interna relacionada a esse tema, a qual está sendo conduzida por empresa independente com notória especialização em ações investigativas e escritório de advocacia com renomada experiência, bem como foi constituído um comitê de acompanhamento, que hoje é composto por um conselheiro independente e por um membro do Conselho Fiscal, depois da saída de dois membros vinculada da saída da Light Energia S.A da composição acionária da Companhia, que estão acompanhando a investigação interna.

Neste contexto, o escopo da investigação interna independente compreende a avaliação de eventual existência de irregularidades, incluindo à legislação brasileira relacionada a atos de corrupção e lavagem de dinheiro, ao Código de Ética e políticas de integridade da Renova.

Em 11 de abril de 2019, no âmbito da 4ª fase da operação “Descarte”, a Polícia Federal, Receita Federal e o Ministério Público Federal promoveram a Operação “E o Vento Levou”, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede da Companhia para apurar eventuais contratos superfaturados e sem a devida prestação dos serviços. Em 25 de julho de 2019, foi deflagrada a 2ª fase da referida operação, que não resultou em ações diretas à Companhia. As investigações da Operação “E o Vento Levou” ainda não foram concluídas, sendo que a Polícia Federal e o Ministério Público Federal poderão levar tempo adicional para concluir todos os seus procedimentos de apuração dos fatos. Dessa forma, novas informações relevantes podem ser reveladas no futuro, o que poderá levar a Companhia a avaliar eventuais impactos nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia, por meio de Comunicado ao Mercado publicado em 11 de abril de 2019, esclareceu que se trata de uma investigação, ainda em curso, relacionada ao período anterior a 2015, e que prestará todas as informações necessárias para auxiliar os trabalhos da Polícia Federal e do Poder Judiciário. Em 25 de abril de 2019, os órgãos de governança da Companhia solicitaram que a investigação interna conduzida por empresa independente seja estendida para englobar as novas informações dessa investigação.

Em junho de 2019, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a controlada indireta Espra, tendo como objeto contratos firmados para a prestação de serviços que supostamente não tiveram a sua devida contraprestação do serviço, havendo assim a necessidade de recolhimento de imposto de renda retido na fonte, com valor corrigido e acrescido de multa e juros estimado em aproximadamente R\$1.788. A Companhia está atendendo a todas as exigências requeridas pela ação (prazos, tempos de vistorias e inspeções, apresentando relatórios e todos os documentos requeridos), e provisionou o montante em suas demonstrações intermediárias individuais e consolidadas em 30 de junho de 2019.

Em 29 de outubro de 2019, a Companhia foi cientificada do auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil (“RFB”) contra a Companhia com base na “Operação Descarte”, questionando a apuração dos cálculos dos Imposto de Renda Pessoa jurídica (“IRPJ”), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) e Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”) supostamente devidos pela Companhia, em virtude da não comprovação de despesas, falta de recolhimento do IRPJ sobre a base de cálculo estimada e a não comprovação de custos e despesas operacionais. A autuação compreende os valores de R\$8.037 a título de IRPJ, R\$2.893 a título de CSLL e R\$78.388 a título de IRRF, incluindo, em todos os casos, multas e juros. A Companhia está avaliando detalhadamente a fundamentação de referido auto de infração em conjunto com seus assessores legais e, conforme tal análise, apresentará impugnação ao referido auto de infração no prazo regulamentar, bem como poderá levar a Companhia a avaliar eventuais impactos nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia esclarece que os trabalhos de investigação interna ainda não foram finalizados e está tomando todas as providências cabíveis para que seja possível a conclusão no 4º trimestre do ano corrente. Segundo seu melhor conhecimento, em que pese a existência de evidências de falhas nos procedimentos de controles internos relativos a aprovação de pagamentos e manutenção de documentação suporte para determinados serviços contratados junto a terceiros sob avaliação no âmbito da investigação, ainda são necessários procedimentos adicionais para determinar a existência de elementos que possam suportar ou refutar as alegações sob análise. Dessa forma, não é possível até



o presente momento mensurar eventuais efeitos desta investigação, bem como eventuais impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o período findo em 30 de setembro de 2019 e períodos anteriores, exceto quanto ao mencionado no parágrafo anterior.

18. Provisão para contrato oneroso

Em função do atraso da entrada em operação de determinados parques do Complexo Eólico Alto Sertão III que atenderiam aos contratos no mercado livre, a controlada Renova Comercializadora está comprando energia no mercado de curto prazo para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia. Considerando que os preços estabelecidos nesses contratos são inferiores aos preços da energia que está sendo comprada para atendê-los, a Companhia identificou esses contratos como onerosos.

Assim em 31 de dezembro de 2018, a Companhia constituiu provisão no montante total de R\$43.467, considerando os preços de compra de energia projetados e os fluxos de caixa estimados do contrato e, posteriormente, ajustada a valor presente utilizando a taxa CDI, sendo R\$37.022 classificado no circulante e R\$6.445 no não circulante.

Em 30 de setembro de 2019 o saldo da provisão é de R\$33.069, considerando que parte do valor provisionado, R\$10.398, foi revertida em razão da revisão dos efeitos dos contratos onerosos face aos preços de compra de energia atualmente praticados no mercado.

19. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas

a) Capital autorizado

De acordo com o seu Estatuto Social a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente da reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, até o limite de R\$5.002.000.

b) Capital social

O capital social da Companhia, no valor de R\$2.960.776, em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, está dividido em 41.719.724 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 32.980.224 são ações ordinárias e 8.739.500 são ações preferenciais, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	% do Capital Social Total
Bloco de Controle	28.154.191	85,37%	99	0,00%	28.154.290	67,48%
CG I FIP MULTI ESTRATÉGIA	5.875.746	17,82%	-	0,00%	5.875.746	14,08%
Light Energia	7.163.074	21,72%	98	0,00%	7.163.172	17,17%
Cemig GT	15.115.371	45,83%	1	0,00%	15.115.372	36,23%
Outros Acionistas	4.826.033	14,63%	8.739.401	100,00%	13.565.434	32,52%
CG I FIP MULTI ESTRATÉGIA	762.108	2,31%	644.156	7,37%	1.406.264	3,37%
BNDESPAR	696.683	2,11%	1.393.366	15,94%	2.090.049	5,01%
InfraBrasil	1.165.148	3,53%	2.330.295	26,66%	3.495.443	8,38%
FIP Caixa Ambiental	547.030	1,66%	1.094.059	12,52%	1.641.089	3,93%
Outros	1.655.064	5,02%	3.277.525	37,50%	4.932.589	11,82%
Total	32.980.224	100,00%	8.739.500	100,00%	41.719.724	100,00%

Nota: Bloco de controle considera ações sujeitas ao acordo de acionistas



Conforme fato relevante divulgado em 13 de outubro de 2019, a acionista Light Energia S.A. alienou a totalidade da sua participação na Companhia para a acionista CG I Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia que passou a deter 31,25% do capital social total da Companhia (nota 30.3).

c) Custos na emissão de ações

A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a gastos com consultoria e assessores financeiros, das operações de aumento de capital, conforme apresentado a seguir:

Evento	Data	Custo na emissão de ações Controladora e Consolidado
Abertura de capital (IPO - Oferta Pública Inicial)	julho/2010	13.686
Novo investidor: Light Energia	setembro/2011	20.555
Novo investidor: BNDESPAR	setembro/2012	1.871
Novo investidor: CEMIG GT	setembro/2014	5.645
Total		<u>41.757</u>

d) Reservas

Reserva de capital

Na conta de reserva de capital, a Companhia reconheceu o efeito dos custos do Plano de Pagamento Baseado em Ações relativo a determinados projetos, bem como os prêmios pagos referentes ao IPO e também em acordos firmados com seus executivos. Esses registros refletem tanto provisões de ações já outorgadas quanto o registro de provisão de ações que serão outorgadas no médio e curto prazo.

20. Receita líquida

	Consolidado			
	30/09/2019 MWh*	30/09/2018 MWh*	30/09/2019	30/09/2018
Geração				
Suprimento de energia elétrica - PCHs	103.426	65.769	32.879	21.817
Outras receitas				
Operações - comercialização de energia elétrica			<u>61.023</u>	<u>609.082</u>
			93.902	630.899
Deduções s/ receitas:				
(-) Impostos s/ receita (PIS/COFINS)			(6.844)	(57.768)
Total			<u>87.058</u>	<u>573.131</u>

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

A redução do volume das operações de comercialização de energia elétrica, e por conseguinte nos impostos sobre a receita, é em função da suspensão do fornecimento da energia eólica incentivada contratada do período de janeiro a dezembro de 2019 conforme mencionado na Nota 24.3.



21. Custos e despesas (receitas)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Custo dos serviços				
Compra de energia ⁽²⁾	48.578	664.579	-	-
Custo da operação				
Serviços de terceiros	2.870	3.040	-	-
Aluguéis e arrendamentos	-	1.414	-	-
Seguros	159	180	-	-
Material de uso e consumo	695	616	-	-
Repactuação do risco hidrológico	1.532	1.476	-	-
Outros custos	207	261	-	-
	<u>5.463</u>	<u>6.987</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Depreciações e amortizações (Nota 11)	7.193	7.131	2.628	2.973
Encargos do uso do sistema de distribuição				
Tusd/Tust ⁽¹⁾	489	483	-	-
Taxa de fiscalização	95	80	-	-
	<u>584</u>	<u>563</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>61.818</u>	<u>679.260</u>	<u>2.628</u>	<u>2.973</u>
Receitas (despesas)				
Gerais e administrativas				
Pessoal e administradores	21.507	21.899	9.125	10.233
Serviços de terceiros	8.431	12.571	7.112	7.857
Aluguéis e arrendamentos	446	1.184	403	574
Viagens	1.829	1.736	417	881
Seguros	3.792	2.846	237	87
Telefonia e TI	1.769	1.983	758	1.038
Material de uso e consumo	501	520	122	200
Penalidades contratuais e regulatórias (Nota 16)	61.083	1.956	-	-
Contingências cíveis e trabalhistas	32.575	21.973	23.294	21.913
Outras despesas	1.616	931	646	456
	<u>133.549</u>	<u>67.599</u>	<u>42.114</u>	<u>43.239</u>
Depreciações e amortizações (Nota 11)	5.098	1.348	4.638	1.346
Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (Nota 11.9)	259.403	-	-	-
Outras receitas (despesas) líquidas				
Indenizações contratuais ⁽³⁾	87.449	51.635	-	-
Multa sobre ressarcimento (Nota 15.1)	28.109	13.370	-	-
Perda na desativação de bens e direitos (Nota 11.2)	6.740	-	-	-
Contrato oneroso (Nota 18)	(10.398)	-	-	-
Licenças e estudos ambientais	2.892	-	-	-
Tusd/Tust ⁽¹⁾	19.456	16.611	-	-
Taxa de fiscalização	69	78	-	-
Reversão provisão para perda a valor recuperável de crédito de pis/cofins (Nota 8)	(1.750)	-	-	-
Outras despesas (receitas)	3.176	(3.758)	1.431	(987)
	<u>135.743</u>	<u>77.936</u>	<u>1.431</u>	<u>(987)</u>
Total	<u>533.793</u>	<u>146.883</u>	<u>48.183</u>	<u>43.598</u>



- (1) Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição e Tust - tarifa de uso do sistema de transmissão. Os valores de Tust registrados nas despesas estão relacionados ao Complexo Eólico Alto Sertão III, cujos parques eólicos encontram-se em construção.
- (2) Refere-se a aquisição de energia no mercado livre para revenda realizada pela Renova Comercializadora para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia dos parques em atraso na sua operação comercial.
- (3) Ressarcimento a ser pago a CEMIG GT (R\$62.575) e a Light (R\$24.874), conforme aditivos celebrados com a Renova Comercializadora (Nota 24) em função da suspensão e cessão dos contratos de compra e venda de energia elétrica.

22. Resultado financeiro

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras e cauções		1.249	1.808	254	375
Outras receitas financeiras		1.230	1.204	893	290
(-) PIS/COFINS s/ receita financeira ¹		(1.748)	(830)	(53)	12
Total das receitas financeiras		731	2.182	1.094	677
Despesas financeiras					
Encargos da dívida	13.4	(127.459)	(138.734)	(23.613)	(29.798)
Juros - partes relacionadas	24	(69.631)	(44.884)	(31.528)	(17.916)
Juros		(36.799)	(29.267)	(2.774)	(2.219)
Fiança bancária para dívida		(20.000)	(42.075)	(15)	(294)
Comissões e outras penalidade (dívida) ²		(39.905)	(1.848)	-	-
IOF		(10.924)	(5.080)	(8.935)	(4.517)
Juros sobre obrigação de arrendamento	11.12	(4.325)	-	(2.068)	-
Outras despesas financeiras		(3.930)	(6.483)	(3.067)	(590)
Total das despesas financeiras		(312.973)	(268.371)	(72.000)	(55.334)
Total do resultado financeiro		(312.242)	(266.189)	(70.906)	(54.657)

- (1) Inclui PIS e COFINS sobre receita financeira apurada nas operações de mútuo com controladas que são eliminadas no consolidado.
- (2) Refere-se substancialmente a valores devidos em função de inadimplemento de determinadas cláusulas do contrato de financiamento com o BNDES (nota 13.6.c).



23. Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(768.280)	(483.125)	(774.829)	(486.956)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	261.215	164.263	263.442	165.565
<u>Exclusões (adições) permanentes</u>				
Despesas não dedutíveis	(16.940)	(7.820)	(842)	(63)
Resultado da equivalência patrimonial	16.671	12.266	(223.242)	(131.148)
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	3.231	116	-	-
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	(95.257)	(6.431)	(8.677)	(6.431)
Prejuízo fiscal e base negativa	(162.371)	(158.563)	(30.681)	(27.923)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>6.549</u>	<u>3.831</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A controladora não apurou lucro tributável no período findo em 30 de setembro de 2019 e possui prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social a compensar, nos montantes do quadro a seguir para os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	Controladora	
	30/09/2019	31/12/2018
Prejuízo fiscal do período	(90.238)	(123.268)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de períodos anteriores	(814.060)	(690.792)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(904.298)</u>	<u>(814.060)</u>



24. Transações com partes relacionadas

24.1. Controladora

	Controladora							
	Ativo		Passivo		Resultado financeiro		Despesa	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
<u>Mútuo⁽¹⁾</u>								
Energética Serra da Prata S.A.	-	-	61.923	47.585	(2.646)	(2.248)	-	-
Renova Comercializadora de Energia S.A.	-	-	-	377.716	(22.278)	(12.143)	-	-
Chiple SP Participações S.A.	-	-	195.726	102.680	(6.604)	(3.525)	-	-
Subtotal	-	-	257.649	527.981	(31.528)	(17.916)	-	-
<u>Partes relacionadas⁽⁷⁾</u>								
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	-	-	704.609	-	-	-	-	-
LIGHT COM Comercializadora de Energia	-	-	184.419	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	889.028	-	-	-	-	-
<u>Rateio de despesa⁽²⁾</u>								
Energética Serra da Prata S.A.	599	1.139	-	-	-	-	(3.496)	(3.192)
Renova Comercializadora de Energia S.A.	350	78	-	-	-	-	(2.753)	(1.554)
Controladas - LER 2013	2.376	720	-	-	-	-	(1.655)	(1.776)
Controladas - ACL (Mercado livre I)	132	107	-	-	-	-	(248)	(268)
Controladas - ACL (Light I)	3.266	1.153	-	-	-	-	(2.645)	(2.673)
Controladas - ACL (Light II)	3.053	926	-	-	-	-	(2.126)	(2.283)
Controladas - ACL (Mercado livre II)	1.624	492	-	-	-	-	(1.133)	(1.220)
	11.400	4.615	-	-	-	-	(14.056)	(12.966)
Transferência para ativos mantidos para venda (nota 27.2)	-	(3.398)	-	-	-	-	-	-
Subtotal	11.400	1.217	-	-	-	-	(14.056)	(12.966)
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital⁽³⁾</u>								
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	47.153	4.815	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	568	86	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	567	88	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	688	97	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	984	127	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Conquista S.A.	594	74	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	499	59	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Tingui S.A.	754	132	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cansação S.A.	371	45	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Macambira S.A.	628	101	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	686	134	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	530	94	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Putumaju S.A.	474	95	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	267	32	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	342	41	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Ico S.A.	329	46	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	241	39	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Calíandra S.A.	199	29	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	243	32	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	153	18	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	171	20	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda.	877	371	-	-	-	-	-	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	2.140	482	-	-	-	-	-	-
Outras participações	470	3	-	-	-	-	-	-
	59.928	7.060	-	-	-	-	-	-
Transferência para ativos mantidos para venda (nota 27.2)	-	(7.057)	-	-	-	-	-	-
Subtotal	59.928	3	-	-	-	-	-	-
Total	71.328	1.220	1.146.677	527.981	(31.528)	(17.916)	(14.056)	(12.966)



24.2. Consolidado

	Consolidado										
	Ativo	Passivo		Receita		Custo		Despesa		Resultado financeiro	
	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
CEMIG Geração e Transmissão S.A.											
Contas a receber de clientes (venda de energia) ⁽⁴⁾	112	-	-	-	77.197	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	-	-	-	-	-	(4.447)	-	-	(610)	-	-
Outras contas a pagar ⁽⁵⁾	-	-	61.930	-	-	-	-	-	(51.635)	-	(534)
Adiantamentos para compra de energia ⁽⁶⁾	-	-	87.295	-	-	-	-	-	-	-	(3.048)
TARD ⁽⁷⁾	-	704.609	445.271	-	-	-	-	(62.575)	-	(47.537)	(28.785)
Total	112	704.609	594.496	-	77.197	(4.447)	-	(62.575)	(52.245)	(47.537)	(32.367)
LIGHT COM Comercializadora de Energia											
Contas a receber de clientes (venda de energia) ⁽⁴⁾	-	-	-	18.147	142.759	-	-	-	-	-	-
Fornecedores (compra de energia)	-	-	-	-	-	(2.278)	(10.157)	-	-	-	-
Outras contas a pagar ⁽⁵⁾	-	-	89.206	-	-	-	-	-	-	-	(9.930)
Adiantamentos para compra de energia ⁽⁶⁾	-	77.960	88.454	-	-	-	-	-	-	(5.921)	(2.587)
TARD ⁽⁸⁾	-	184.419	-	-	-	-	-	(24.874)	-	(16.173)	-
Total	-	262.379	177.660	18.147	142.759	(2.278)	(10.157)	(24.874)	-	(22.094)	(12.517)
CLIME Trading Comercilaizadora de Energia Ltda.											
Contas a receber de clientes (venda de energia)	43	-	-	18.478	12.393	-	-	-	-	-	-
Fornecedores (compra de energia)	-	-	-	-	-	(16.944)	(11.968)	-	-	-	-
Total	43	-	-	18.478	12.393	(16.944)	(11.968)	-	-	-	-
	155	966.988	772.156	36.625	232.349	(23.669)	(22.125)	(87.449)	(52.245)	(69.631)	(44.884)
Apresentados como:											
<u>Circulante</u>	155	711.036	434.608								
Ativo											
Contas a receber de clientes (Nota 7)	155	-	-								
Passivo											
Fornecedores (Nota 14)	-	-	-								
Outras contas a pagar (Nota 16)	-	-	151.136								
Partes relacionadas (Nota 24)	-	711.036	283.472								
<u>Não circulante</u>	-	255.952	337.548								
Passivo											
Partes relacionadas (Nota 24)	-	255.952	337.548								
Total	155	966.988	772.156								



24.3. Resumo das operações

As principais condições relacionadas as operações entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

(1) Mútuos realizados com as controladas com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da Controladora. Esses contratos estão sujeitos a atualização pela TJLP, acrescido de juros de 0,25% a.a. Em 30 de setembro de 2019 o mútuo devido pela Controladora a Renova Comercializadora foi quitado em contrapartida assunção de dívidas da Renova Comercializadora junto a CEMIG GT.

(2) Reembolso de despesas a receber das controladas, no âmbito do contrato de rateio firmado entre as partes. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia centralizados na Companhia.

(3) Adiantamento para futuro aumento de capital realizado pela Controladora para as Controladas.

(4) Operação de compra e venda de energia, no âmbito dos contratos firmados entre as partes, conforme segue:

- a. Contrato Light I, com fornecimento de energia para a LIGHTCOM e para a CEMIG GT até agosto de 2035.
 - (i) Em 3 de agosto de 2018 a Companhia assinou o 7º termo aditivo ao contrato de compra e venda de energia eólica celebrado entre a controlada Renova Comercializadora e a CEMIG GT suspendendo o fornecimento da energia eólica incentivada contratada do período de julho a dezembro de 2018.
 - (ii) Em 20 de fevereiro de 2019 a Companhia assinou o 8º termo aditivo a esse contrato suspendendo o fornecimento da energia eólica incentivada contratada do período de janeiro a dezembro de 2019.
 - (iii) Em 22 de março de 2019 a controlada Renova Comercializadora e LIGHTCOM assinaram o 3º termo aditivo ao contrato de compra e venda de energia elétrica (Light I) para dentre outros assuntos: i) suspender o fornecimento da energia elétrica contratada para o período de 1º de dezembro de 2018 a 31 de dezembro de 2019; ii) alterar os volumes de energia elétrica contratada a serem disponibilizados durante o período de suprimento; e iii) alterar o preço da energia elétrica contratada.
- b. Contrato Light II, com fornecimento para LIGHTCOM até 30 de junho de 2019. A partir de 1º de julho de 2019, esse contrato foi cedido para a Engie, conforme negociação de venda do Complexo Umburanas ocorrida em 2017.

(5) Valores a pagar a CEMIG GT e a LIGHTCOM, conforme detalhado a seguir:

- a) Ressarcimento devido a CEMIG GT, conforme previsto do 7º Termo Aditivo, assinado em 3 de agosto de 2018, em função da suspensão do fornecimento da energia eólica incentivada contratada do período de julho a dezembro de 2018, cuja liquidação foi alterada para 30 de dezembro de 2019, atualizada a 155% do CDI. Em 25 de setembro de 2019 a Renova Energia assumiu a dívida da Renova Comercializadora, conforme 9º Termos Aditivo assinado entre as partes.
- b) Indenização devida a LIGHTCOM, conforme previsto no 2º Termo Aditivo, assinado em 21 de dezembro de 2017, para fazer constar novas condições comerciais, como preço de energia, índice de atualização e sazonalização, necessárias ao cumprimento de determinadas condicionantes do BNDES. O vencimento dessa indenização ocorreu em 30 de abril de 2018 e, como o pagamento não foi efetuado, o valor devido está sendo atualizado pela variação do IGPM com juros remuneratórios de 1% a.m., acrescido de multa moratória de não compensatória de 2%, até a data do efetivo pagamento, que permanece sem previsão.

Em dezembro de 2018 a controlada direta Renova Comercializadora cedeu seus contratos de compra de energia com terceiros para as partes relacionadas CEMIG GT e LIGHTCOM. A cessão desses contratos gerou um ressarcimento total de R\$16.442, sendo R\$10.196 a CEMIG GT e R\$6.246 a LIGHTCOM.



Considerando a assinatura dos TARDs 001/2019 e 002/2019 com a CEMIG GT e do TARD 001/2019 com a LIGHTCOM, esses saldos anteriormente apresentados como outras contas a pagar estão sendo apresentados como partes relacionadas.

(6) Adiantamentos realizados no âmbito do contrato de compra e venda de energia firmados com a CEMIG GT e a LIGHTCOM, a taxa de 155% do CDI. O saldo é composto dos adiantamentos abaixo acrescidos de juros:

CEMIG GT

Adiantamento referente a:	abril a junho/2018 (quitado com entrega de energia)	julho a dezembro/2018 (TARD 001/2018)	janeiro/2019	fevereiro a abril/2019	maio a julho/2019	agosto a outubro/2019	Total recebido
Data do recebimento:	1º Trimestre/2018	fevereiro, abril e maio/2018	09/05/2018	08/06/2018	10/07/2018	08/08/2018	
Valor recebido:	R\$ 36.670	R\$ 55.880	R\$ 8.200	R\$ 23.000	R\$ 26.300	R\$ 25.800	R\$ 175.850
Valor em aberto:	-	-	-	-	-	-	-

Considerando a suspensão do fornecimento de energia mencionada no item 4.a.ii, os adiantamentos recebidos pela Renova Comercializadora referentes ao período de janeiro a outubro de 2019, no valor total de R\$83.300, foram reconhecidos como dívida, conforme TARD 002/2019.

LIGHTCOM

Adiantamento referente a:	abril a setembro/2018 (quitado com entrega de energia)	outubro/2018	novembro/2018, dezembro/2018 e janeiro/2019	fevereiro, março e abril/2019	maio a julho/2019 e novembro/2019 a outubro/2020	agosto a outubro/2019	novembro/2020 a julho/2021	agosto/2021	Total recebido
Data do recebimento:	1º trimestre de 2018	24/04/2018	09/05/2018	08 e 26/06/2018	10, 13 e 23 /07/2018	08/08/2018	01 e 02/2019	07/03/2019	
Valor recebido:	R\$ 26.715	R\$ 9.892	R\$ 10.795	R\$ 12.226	R\$ 53.094	R\$ 11.580	R\$ 34.989	R\$ 2.763	R\$ 162.054
Valor em aberto:	-	-	-	-	R\$ 22.213	R\$ 11.580	R\$ 34.989	R\$ 2.763	R\$ 71.545

Entre janeiro e março de 2019, a Companhia recebeu de seu acionista Light o montante de R\$37.752, a título de adiantamento para entrega futura de energia, referente ao período de novembro de 2020 a agosto de 2021, cujos valores estão sendo atualizados à taxa de 155% do CDI.

Tendo em vista a suspensão do fornecimento de energia mencionada no item 4.a.(iii), os adiantamentos recebidos pela Renova Comercializadora referentes ao período de dezembro de 2018 a dezembro de 2019, no valor total de R\$50.466, foram reconhecidos como dívida, conforme TARD 001/2019. Em 10 de outubro de 2019 o saldo dos adiantamentos recebidos também foi reconhecido como dívida conforme nota 30.2. Em virtude da transferência do controle societário, esta dívida foi cedida para CG I, conforme nota 30.3.

(7) TARDs – Termos de acordo e reconhecimento de dívida firmados entre a CEMIG GT e a Renova Comercializadora, referentes aos adiantamentos recebidos, no âmbito dos contratos de Compra e Venda de Energia cancelados ou suspensos, conforme segue:

CEMIG GT

	TARD 047/2016	TARD 001/2017	TARD 002/2017	TARD 001/2018
Contrato de fornecimento de energia	25/03/2015 - PPA CEMIG	23/12/2013 - Lote 2	23/12/2013 - Lote 2	23/12/2013 - Lote 1
Data do recebimento	15 de dezembro de 2015	14 de junho de 2016	setembro e outubro de 2016	fevereiro, abril e maio de 2018
Valor	R\$ 60.000	R\$ 94.000	R\$ 118.000	R\$ 55.880
Cessão/Ressarcimento	-	-	-	R\$ 51.879
Data da assinatura do TARD	27 de outubro de 2016	24 de novembro de 2017	24 de novembro de 2017	3 de agosto de 2018
Atualização*	155% do CDI	155% do CDI	155% do CDI	155% do CDI
Quitação	30 de dezembro de 2019	A partir de janeiro de 2020	A partir de maio de 2021	30 de dezembro de 2019
Parcela(s)	única	12	12	única
Saldo em 30 de setembro de 2019	R\$ 100.233	R\$ 143.962	R\$ 169.409	R\$ 119.799

- Continua -



- Continuação -

	TARD 001/2019	TARD 002/2019	TARD 004/2019	Total
Contrato de fornecimento de energia	23/12/2013 - Lote 1	23/12/2013 - Lote 1	Cessão dos contratos de compra e venda de energia	-
Data do recebimento	-	janeiro a outubro de 2019	março a dezembro de 2019	
Valor	-	R\$ 83.300	R\$ 16.589	R\$ 427.769
Cessão/Ressarcimento	R\$ 10.196	R\$ 45.987	-	R\$ 108.062
Data da assinatura do TARD	20 de fevereiro de 2019	20 de fevereiro de 2019	30 de abril de 2019	-
Atualização*	155% do CDI	155% do CDI	155% do CDI	-
Quitação	30 de dezembro de 2019	30 de dezembro de 2019	30 de dezembro de 2019	-
Parcela(s)	única	única	única	
Saldos em 30 de setembro de 2019	R\$ 10.918	R\$ 142.933	R\$ 17.355	R\$ 704.609

(*) os valores deverão ser atualizados desde a data dos respectivos recebimentos até a data do efetivo pagamento.

Em 20 de fevereiro de 2019 foram assinados os seguintes TARDs:

- a) TARD 001/2019: reconhecendo como dívida o valor de R\$10.196 referente as cessões dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados pela controlada Renova Comercializadora com terceiros relativos à entrega de energia no mês de dezembro de 2018, a ser pago em parcela única atualizada a 155% do CDI até o vencimento.
- b) TARD 002/2019: considerando a suspensão do fornecimento de energia mencionada no item 4.a.ii acima, os adiantamentos recebidos pela Renova Comercializadora referentes ao período de janeiro a outubro de 2019, no valor total de R\$83.300, foram reconhecidos como dívida, a ser paga em parcela única atualizada a 155% do CDI até o vencimento.

Adicionalmente, em decorrência da alteração do período de fornecimento, da assunção de determinados contratos de compra e venda de energia elétrica e ainda do ressarcimento pela redução do montante de energia eólica, a Renova Comercializadora pagará a CEMIG GT o montante de R\$45.987, a ser paga em parcela única atualizada a 155% do CDI até o vencimento.

Em 30 de abril de 2019 a controlada Renova Comercializadora e a CEMIG GT assinaram o TARD 004/2019 reconhecendo como dívida o valor de R\$16.589 referente as cessões dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados pela controlada Renova Comercializadora com terceiros relativos à entrega de energia para o período de março a dezembro de 2019. Esse valor deveria ser pago até 09 de julho de 2019, em parcela única, atualizados a 155% do CDI.

Em 25 de setembro de 2019, a partes assinaram aditivos aos TARDs mencionados acima, nos quais a Renova Energia assume a totalidade do valor devido pela Renova Comercializadora a CEMIG GT e ainda prorrogaram o vencimento para 30 de dezembro de 2019.

Também em 25 de setembro de 2019, a controlada Renova Comercializadora e a CEMIG GT assinaram aditivos aos TARDs conforme segue:

- a) 1º aditivo aos TARD 001/2017 e 002/2017: a Renova Energia assumiu a totalidade do valor devido pela Renova Comercializadora a CEMIG GT.
- b) 9º aditivo ao TARD 047/2016 e 1º aditivo ao TARD 001/2018: a Renova Energia assumiu a totalidade do valor devido pela Renova Comercializadora a CEMIG GT e prorroga o vencimento do TARD para 30 de dezembro de 2019, atualizados a 155% do CDI desde a data do vencimento original até a data da efetiva quitação.



Considerando o cenário da Companhia divulgado nas notas 1.3 e 1.4, os valores relativos a esses TARDs estão sendo discutidos com os acionistas para que seja dada uma solução definitiva que poderá resultar na conversão dos mesmos em instrumentos de dívidas de emissão da Companhia.

(8)TARDs – Termos de acordo e reconhecimento de dívida firmados entre a LIGHTCOM e a Renova Comercializadora, referentes aos adiantamentos recebidos, no âmbito dos contratos de Compra e Venda de Energia cancelados ou suspensos, conforme segue:

Considerando a suspensão do fornecimento de energia mencionada no item 4.a.(iii) acima, os adiantamentos recebidos pela Renova Comercializadora referentes ao período de dezembro de 2018 a dezembro de 2019, no valor total de R\$50.466, foram reconhecidos como dívida, conforme TARD 001/2019 assinado em 22 de março de 2019, que prevê a devolução do valor em parcela única atualizada a 155% do CDI desde as datas das antecipações até a data da efetiva quitação.

Adicionalmente, em decorrência da alteração do período de fornecimento, da assunção de determinados contratos de compra e venda de energia elétrica e ainda do ressarcimento pela redução do montante de energia eólica, a Renova Comercializadora pagará a LIGHTCOM o montante de R\$31.120, cuja liquidação do valor será em parcela única atualizada a 155% do CDI.

Em 2 de setembro de 2019, a Renova assumiu as dívidas da Renova Comercializadora com a LIGHTCOM passando a ser devedora do TARD mencionado acima, conforme aditivo assinado entre as partes, que também prorrogaram o vencimento para 30 de dezembro de 2019.

Considerando o cenário da Companhia divulgado nas notas 1.3 e 1.4, os valores relativos a esses TARDs estão sendo discutidos com os acionistas para que seja dada uma solução definitiva que poderá resultar na conversão dos mesmos em instrumentos de dívidas de emissão da Companhia.

Garantias às antecipações e aos TARDs

O saldo devedor das antecipações e dos TARDs mencionados acima são garantidos da seguinte forma:

- (i) alienação fiduciária de 30% das ações da Chipley de titularidade da Controladora (Nota 13.6.d);
- (ii) cessão fiduciária de 30% do fluxo dividendos e/ou de juros sobre capital próprio limitados a R\$35.000 anuais da Chipley.
- (iii) cessão fiduciária sobre 30% dos recebíveis oriundos da venda das ações da Chipley de titularidade da Controladora e alienadas na forma do item (i) acima (Nota 15.6.d);
- (iv) alienação fiduciária sobre a integralidade das ações da Bahia Holding e sobre 49,9% das ações da Ventos de São Cristóvão;
- (v) cessão fiduciária sobre as sobras do produto da execução das garantias representadas pelos itens (i) e (iv) acima.

24.4 Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração para os períodos findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$6.059 e R\$5.120, respectivamente, valores compostos somente por benefícios de curto prazo.



Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	30/09/2019						30/09/2018					
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	3,00	1,00	4,00	2,44	4,89	11,33	1,89	1,67	3,56	2,00	4,56	10,12
Remuneração fixa acumulada	2.362	633	2.995	203	397	3.595	1.815	1.225	3.040	173	402	3.615
Salário ou pró-labore	1.764	414	2.178	169	331	2.678	1.165	904	2.069	144	335	2.548
Benefícios diretos e indiretos	269	75	344	-	-	344	183	90	273	-	-	273
Outros	329	144	473	34	66	100	467	231	698	29	67	96
Gratificações fixas	-	-	-	-	-	-	64	-	64	-	-	-
Encargos decorrentes da remuneração fixa	329	144	473	34	66	100	403	231	634	29	67	96
Remuneração variável acumulada	1.599	341	1.940	-	-	1.940	1.040	75	1.115	-	-	1.115
Provisão Programa de participação no resultado	1.599	341	1.940	-	-	1.940	1.040	75	1.115	-	-	1.115
Benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	13	11	24	-	-	24
Benefícios motivados pela cessação do cargo	524	-	524	-	-	524	339	27	366	-	-	366
Valor total da remuneração por órgão	4.485	974	5.459	203	397	6.059	3.207	1.338	4.545	173	402	5.120

Remuneração média acumulada da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	30/09/2019				30/09/2018			
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	3,00	1,00	2,44	4,89	1,89	1,67	2,00	4,56
Valor da maior remuneração individual	2.165	974	86	82	1.972	601	86	88
Valor da menor remuneração individual	1.201	974	38	82	1.972	184	86	88
Valor médio de remuneração individual	1.550	974	51	57	641	442	58	80

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2019, o montante de até R\$8.514 para a remuneração global dos administradores referente ao período de janeiro de 2019 a abril de 2020.

No desligamento dos membros da diretoria, além dos benefícios definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil, a Companhia poderá efetuar o pagamento de bônus ou gratificação pela cessação do exercício do cargo, conforme o caso.

24.5 Pagamentos baseados em ações

24.5.1 Informações do plano de compra de ações da Companhia

A Companhia possui um plano de remuneração baseado em ações (“PBA”) instituído nos termos do artigo 168, § 3º, da Lei 6.404/76. De acordo com as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia, conforme aprovadas pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária de 18 de janeiro de 2010, o plano estabelece que podem ser elegíveis como beneficiários os administradores e executivos. O preço de exercício do “Programa 2013” (série 1) é atualizado pelo Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M/FGV) até a data do exercício.

No “Programa 2013”, as outorgas são exercíveis em até 6 anos, ou seja, de dezembro de 2014 a 2020, sendo o *vesting* ao longo de 4 anos (25% ao ano), subsequentes a data da outorga. A outorga de opções deve respeitar sempre o limite máximo de 5% (cinco por cento) do total de ações representativas do capital social da Companhia, em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as opções já outorgadas nos termos do plano. Nenhum valor é pago ou será pago pelo beneficiário no ato do recebimento da opção. As opções não dão direito às qualidades de acionista da Companhia, incluindo o direito de receber dividendos. As opções podem ser exercidas a qualquer momento a partir da data de aquisição do direito até a data em que expiram. Uma vez exercida a opção, as ações



objeto da respectiva opção serão emitidas por meio de aumento de capital da Companhia, a ser deliberado nos termos da legislação aplicável e do Estatuto Social da Companhia.

24.5.2 Valor justo das opções de compra de ações

As opções foram precificadas de acordo com um modelo matemático Black-Scholes.

Não houve exercício de opções de compra de ações ou novas outorgas no período findo em 30 de setembro de 2019.

25. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.



	Consolidado			
	Valor justo		Valor Contábil	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.751	121	1.751	121
Aplicações financeiras	5.740	28.586	5.740	28.586
Contas a receber de clientes	3.681	8.210	3.681	8.210
Não circulante				
Aplicações financeiras	6.520	7.864	6.520	7.864
Cauções e depósitos vinculados	11.363	10.866	11.363	10.866
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	319.256	48.531	319.256	48.531
Empréstimos e financiamentos	1.109.402	348.669	1.109.402	348.669
Partes relacionadas	711.036	283.472	711.036	283.472
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	384.755	63.587	384.755	63.587
Partes relacionadas	255.952	337.548	255.952	337.548

	Controladora			
	Valor justo		Valor Contábil	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	80	62	80	62
Aplicações financeiras	5	7	5	7
Contas a receber de clientes	63	18	63	18
Partes relacionadas	11.400	1.217	11.400	1.217
Não circulante				
Aplicações financeiras	6.520	7.864	6.520	7.864
Partes relacionadas	59.928	3	59.928	3
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	45.377	44.673	45.377	44.673
Empréstimos e financiamentos	40.656	341.568	40.656	341.568
Não circulante				
Partes relacionadas	463.049	527.981	463.049	527.981


b) Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	Consolidado					
	30/09/2019			31/12/2018		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	1.751	-	1.751	121	-	121
Aplicações financeiras	5.740	-	5.740	28.586	-	28.586
Contas a receber de clientes	-	3.681	3.681	-	8.210	8.210
Não circulante						
Aplicações financeiras	6.520	-	6.520	7.864	-	7.864
Cauções e depósitos vinculados	-	11.363	11.363	-	10.866	10.866
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	319.256	319.256	-	48.531	48.531
Empréstimos e financiamentos	-	1.109.402	1.109.402	-	348.669	348.669
Partes relacionadas	-	711.036	711.036	-	283.472	283.472
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	-	384.755	384.755	-	63.587	63.587
Partes relacionadas	-	255.952	255.952	-	337.548	337.548

	Controladora					
	30/09/2019			31/12/2018		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	80	-	80	62	-	62
Aplicações financeiras	5	-	5	7	-	7
Contas a receber de clientes	-	63	63	-	18	18
Partes relacionadas	-	11.400	11.400	-	1.217	1.217
Não circulante						
Aplicações financeiras	6.520	-	6.520	7.864	-	7.864
Partes relacionadas	-	59.928	59.928	-	3	3
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	45.377	45.377	-	44.673	44.673
Empréstimos e financiamentos	-	40.656	40.656	-	341.568	341.568
Não circulante						
Partes relacionadas	-	463.049	463.049	-	527.981	527.981



c) Mensuração pelo valor justo

Os quadros a seguir demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos do Grupo Renova:

Consolidado				
Descrição	Saldo em 30/09/2019	Valor justo em 30 de setembro de 2019		
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	12.260	12.260	-	-

Consolidado				
Descrição	Saldo em 31/12/2018	Valor justo em 31 de dezembro de 2018		
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	36.450	36.450	-	-

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para 30 de setembro de 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

No período findo em 30 de setembro de 2019 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2.

d) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.



Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas apresentados na nota 13, possuem como contrapartes o BNB, BNDES, captações para giro e dívidas com partes relacionadas. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 30 de setembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuíam um risco de mercado associado ao CDI, TJP, TJ6 e SELIC.

e) Análise de sensibilidade (Consolidado)

A Companhia e suas controladas apresentam abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475/08, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados.

Risco	Operação	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - variação de 25%	Cenário III - variação de 50%
Baixa do CDI	Aplicações financeiras:	12.260	12.260	12.260
	Taxa anual estimada do CDI para 2020	4,50%	3,38%	2,25%
	Efeito anual nas aplicações financeiras:			
	Perda	(225)	(359)	(493)
Alta do CDI	Outros empréstimos curto prazo:	408.299	408.299	408.299
	Partes relacionadas CEMIG:	704.611	704.611	704.611
	Partes relacionadas LIGHTCOM:	262.378	262.378	262.378
	Taxa anual estimada do CDI para 2020	4,50%	5,63%	6,75%
	Perda anual nos outros empréstimos e partes relacionadas	-	(4.739)	(28.431)
Alta da TLP	BNDES - Diamantina Eólica (Subcréditos "A" e "B"):	540.637	540.637	540.637
	Taxa anual estimada da TLP para 2020	5,17%	6,46%	7,76%
	Perda anual nos financiamentos com o BNDES	-	(4.122)	(11.110)
Alta da TJ6	BNDES - Diamantina Eólica (Subcrédito "C")	471.577	471.577	471.577
	Taxa considerando os cenários para TJ6	4,87%	6,09%	7,31%
	Perda anual no financiamento com o BNDES	-	(5.741)	(11.483)

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 4,50%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (3,38% a.a.) e 50% (2,25% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para os outros empréstimos de curto prazo e operações com partes relacionadas que são vinculados a taxa CDI as quais foram projetadas nos cenários II e III considerando um aumento dessa taxa em 25% (5,63% a.a.) e 50% (6,75% a.a.). Observa-se que o spread médio ponderado nos empréstimos de curto prazo é de 4,14% + 100% do CDI.



Para os financiamentos com o BNDES vinculados à TLP, considera um cenário provável com base na taxa para 2020 de 5,17%. Os cenários II e III consideram uma alta dessa taxa em 25% (6,46%) e 50% (7,76%), respectivamente. Observa-se que o spread médio ponderado é de 2,50% + TLP para os financiamentos com BNDES. Para o financiamento com o BNDES vinculado à TJ6, considera um cenário provável com base na taxa efetiva de 30 de setembro de 2019 de 4,87%. Os cenários II e III consideram uma alta da taxa em 25% (6,09%) e 50% (7,31%).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

f) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e suas controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da controlada em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota 13.

A Administração da Companhia e suas controladas somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Em 30 de setembro de 2019 a Companhia apresentou prejuízo no exercício e possui prejuízos acumulados relevantes, e protocolou pedido de RJ em 16 de outubro de 2019. A Administração detalhou seus planos na Nota 1.3 e entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida Nota, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

f.1. Tabela do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

	Consolidado				
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos a taxa de juros					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	1.040.903	68.499	374.485	10.379	1.494.266
	Controladora				
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos a taxa de juros					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	4.992	35.664	320.977	-	361.633

g) Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de clientes.



	Nota	Valor contábil			
		Consolidado		Controladora	
		30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Ativos financeiros					
Circulante					
Contas a receber de clientes	8	3.681	8.210	63	18

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 30 de setembro de 2019 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

h) Gestão de capital

	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
Dívida de empréstimos, financiamentos e partes relacionadas	(2.461.254)	(1.998.352)
Patrimônio líquido negativo	(851.318)	(76.489)
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	14.011	36.571
Dívida líquida + Patrimônio líquido negativo	<u>(3.298.561)</u>	<u>(2.038.270)</u>

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Conforme mencionado nas notas 1.3 e 1.4, face a atual situação financeira e patrimonial a administração da Companhia decidiu protocolar pedido de Recuperação Judicial. Essa decisão teve como objetivo permitir a busca de soluções para a continuidade das operações da Companhia, utilizando-se, em última análise da proteção do processo de recuperação judicial, que por meio do plano de recuperação judicial, a ser apresentado em até 60 dias e que deverá ser aprovado em Assembleia Geral de Credores em até 180 dias possa permitir um equacionamento de seu passivo garantindo sua continuidade operacional.

A Administração acredita que a Companhia, por meio da renegociação do passivo concursal das recuperandas, nos termos e condições previstas no Plano a ser apresentado, negociado e aprovado, também fornecerá condições para a recuperação econômica e operacional das empresas do Grupo Renova.

i) Risco hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), cada usina hidrelétrica, incluindo as da Espira, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.



A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição dos respectivos CCVE-PROINFA das usinas da Companhia, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. As três PCHs da controlada indireta, Espra, optaram pela repactuação do risco hidrológico tendo como contrapartida o pagamento de prêmio, mitigando assim suas eventuais exposições contratuais.

26. Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do período atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

	Controladora	
	30/09/2019	30/09/2018
Prejuízo do período	(774.829)	(486.956)
<u>Prejuízo básico por ação:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	41.720	41.720
Prejuízo básico por ação (em R\$)	<u>(18,57)</u>	<u>(11,67)</u>
<u>Prejuízo diluído por ação:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	41.720	41.720
Prejuízo diluído por ação (em R\$)	<u>(18,57)</u>	<u>(11,67)</u>

27. Ativos classificados como mantidos para venda

Em março de 2018, os ativos e passivos relacionados ao Complexo Eólico AS III e determinados projetos em desenvolvimento foram classificados como ativos mantidos para venda e passivo diretamente associados a ativos mantidos para a venda. Conforme Fato Relevante publicado em 10 de outubro de 2019, as negociações com a AES foram encerradas sem que as partes envolvidas chegassem a um acordo (Nota 30.1), assim os ativos e passivos desses projetos anteriormente classificados como mantidos para a venda, foram reclassificados para as rubricas contábeis originais em 30 de setembro de 2019.



27.1 Controladora

<u>Ativos classificados como mantidos para venda</u>	<u>31/12/2018</u>
Complexo Eólico Alto Sertão III e projetos eólicos em desenvolvimento	<u>281.712</u>
<u>Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda</u>	<u>31/12/2018</u>
Fornecedores	<u>43.000</u>

27.2 Consolidado

Balanco patrimonial

<u>ATIVOS</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>31/12/2018</u>
CIRCULANTES		CIRCULANTES	
Caixa e equivalentes de caixa	1.381	Fornecedores	277.751
Impostos a recuperar	3.385	Empréstimos e financiamentos	957.049
Despesas antecipadas	2.257	Impostos a recolher	17.181
Adiantamentos a fornecedores	113	Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	22.657
Outros créditos	29	Partes relacionadas	3.398
Total dos ativos circulantes	<u>7.165</u>	Outras contas a pagar	<u>5.993</u>
		Total dos passivos circulantes	<u>1.284.029</u>
NÃO CIRCULANTES		NÃO CIRCULANTES	
Depósitos judiciais	741	Empréstimos e financiamentos	8.027
Imobilizado	<u>1.675.862</u>	Partes relacionadas	7.057
Total dos ativos não circulantes	<u>1.676.603</u>	Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	<u>9.757</u>
		Total dos passivos não circulantes	<u>24.841</u>
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Capital social	1.742.595
		Prejuízos acumulados	<u>(1.495.825)</u>
		Total do patrimônio líquido	<u>246.770</u>
TOTAL DOS ATIVOS	<u><u>1.683.768</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u><u>1.555.640</u></u>

Classificados como:	<u>31/12/2018</u>
Ativos classificados como mantidos para venda	1.683.768
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para a venda ^(**)	1.298.415

(**) O saldo dos passivos diretamente associados a ativos mantidos para a venda difere do total dos passivos apresentados no balanço patrimonial acima devido as eliminações das transações com partes relacionadas entre as companhias classificadas como mantidas para venda e a Renova Energia, no valor total de R\$10.455.



Demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	Complexo Eólico Alto Sertão III
<u>Prejuízos dos ativos classificados como mantidos para venda</u>	
Despesas	(229.638)
Resultado financeiro	(191.248)
Prejuízo do exercício	<u>(420.886)</u>
<u>Fluxo de caixa dos ativos classificados como mantidos para venda</u>	
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	(251.232)
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	146.475
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	105.273
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>516</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	864
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.380
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>516</u>

28. Cobertura de Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado bem como para responsabilidade civil e outras garantias contratuais. O resumo das apólices vigentes em 30 de setembro de 2019 é como segue:

Risco de operação			
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Riscos operacionais	R\$ 72.168	25/10/2016	25/10/2020
Responsabilidade civil	R\$ 30.000	25/10/2016	25/10/2020
Risco de construção			
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Garantia executante construtor (LER 2014)	R\$ 5.333	04/03/2015	31/07/2020
Garantia executante construtor (LER 2013)	R\$ 21.817	15/03/2018	21/10/2020
Garantia executante construtor (LIGHT I)	R\$ 27.648	28/04/2014	31/01/2020
Garantia executante construtor (LIGHT II)	R\$ 40.560	19/09/2014	31/01/2020
Garantia executante construtor (Mercado livre I)	R\$ 2.592	05/12/2013	31/01/2020
Garantia executante construtor (Mercado livre II)	R\$ 20.520	07/03/2013	31/01/2020
Responsabilidade civil	R\$ 20.000	14/11/2014	01/12/2019
Risco de engenharia	R\$ 2.369.189	14/11/2014	01/12/2019
Risco de administração e portfólio			
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Seguros de responsabilidade civil geral de administradores – D&O	R\$ 50.000	31/01/2018	31/01/2020
Seguro empresarial dos escritórios	R\$ 4.100	07/11/2018	07/11/2020



29. Transações não envolvendo caixa

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	10.3.2	-	-	5.669	-
Aumento de capital em controladas com rateio de despesas	10.3.2	-	-	755	-
Aumento de capital em controlada com assunção de dívida com partes relacionadas	10.3.2 e 24.3	-	-	430.179	-
Imobilizado - capitalização da folha de pagamento	11.2 e 11.4	2.642	-	2.642	-
Efeito da conciliação imobilizado - fornecedor	11.2	847	(3.857)	-	-
(Aumento) redução de capital em controladas com ativo imobilizado	10.3 e 11.4	-	-	17.760	(45.614)
Direito de uso - arrendamento	11.12	43.509	-	22.021	-
Compensação entre contingências e depósitos judiciais	17	(14.552)	-	(14.552)	-

30. Eventos subsequentes

30.1 Complexo Eólico Alto Sertão III

Conforme divulgado em Fato Relevante, em 10 de outubro de 2019 a operação para alienação à AES Tietê S.A. do Complexo Eólico Alto Sertão III e determinados projetos em desenvolvimento foi encerrada, pois as partes não chegaram a um acordo em relação às condições comerciais da operação.

30.2 Aditivos e novos TARDs

Em 10 de outubro de 2019 a controlada Renova Comercializadora e LIGHTCOM assinaram o 4º termo aditivo ao contrato de compra e venda de energia elétrica (Light I) para dentre outros assuntos: i) suspender o fornecimento da energia elétrica contratada para o período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de julho de 2020; ii) alterar os volumes de energia elétrica contratada a serem disponibilizados durante o período de suprimento; e iii) alterar o preço da energia elétrica contratada.

Nessa mesma data foi assinado o TARD 002/2019, reconhecendo os adiantamentos recebidos pela Renova Comercializadora referentes ao período de janeiro de 2020 a agosto de 2021, no valor total de R\$71.545, como dívida. O valor devido será devolvido em parcela única atualizada a 155% do CDI desde as datas das antecipações até a data da efetiva quitação, 30 de dezembro de 2019.

Adicionalmente, em decorrência da alteração do período de fornecimento, da assunção de determinados contratos de compra e venda de energia elétrica e ainda do ressarcimento pela redução do montante de energia eólica, a Renova Comercializadora deverá pagar a LIGHTCOM o montante de R\$15.063, cuja liquidação está prevista para 30 de dezembro de 2019 atualizada a 155% do CDI.

30.3 Alteração no quadro de acionistas

Em 13 de outubro de 2019, a Light Energia S.A. celebrou contrato de compra e venda e outras avenças, por meio do qual vendeu a totalidade de suas ações da Companhia ao CG I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("CG").

Desta forma, a nova composição acionária da Companhia passa a ser:



RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	% do Capital Social Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Bloco de Controle	28.154.191	85,37%	99	0,00%	28.154.290	67,48%
CG I FIP MULTI ESTRATÉGIA	13.038.820	39,54%	98	0,00%	13.038.918	31,25%
Cemig GT	15.115.371	45,83%	1	0,00%	15.115.372	36,23%
Outros Acionistas	4.826.033	14,63%	8.739.401	100,00%	13.565.434	32,52%
CG I FIP MULTI ESTRATÉGIA	762.108	2,31%	644.156	7,37%	1.406.264	3,37%
BNDESPAR	696.683	2,11%	1.393.366	15,94%	2.090.049	5,01%
InfraBrasil	1.165.148	3,53%	2.330.295	26,66%	3.495.443	8,38%
FIP Caixa Ambiental	547.030	1,66%	1.094.059	12,52%	1.641.089	3,93%
Outros	1.655.064	5,02%	3.277.525	37,50%	4.932.589	11,82%
Total	32.980.224	100,00%	8.739.500	100,00%	41.719.724	100,00%

Adicionalmente, a Lightcom Comercializadora de Energia S.A., subsidiária da Light Energia S.A. celebrou um Termo de Cessão por meio do qual cedeu todos os créditos detidos contra a Renova Energia à CG I.

30.4 Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019, a Companhia ajuizou, em conjunto com parte de suas sociedades controladas, pedido de recuperação judicial perante a Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05, em caráter de urgência, conforme aprovado pelo seu Conselho de Administração e encaminhado para referendo da Assembleia de Acionistas. O referido pedido foi deferido na mesma data.

Não estão incluídas no perímetro do pedido da recuperação judicial a Brasil PCH S.A. e suas 13 subsidiárias e Enerbrás Centrais Elétricas S.A. e sua subsidiária, Energética Serra da Prata S.A., pois são empresas operacionais e financeiramente equacionadas.

O pedido de recuperação ajuizado contempla obrigações de cerca de R\$3,1 bilhões totais, sendo R\$12,7 milhões no âmbito trabalhista e R\$1,8 bilhões para bancos (com e sem garantia real) e demais credores quirografários e/ou micro e pequena empresas. Deste total, R\$406,3 milhões correspondem a débitos *intercompany*, R\$986,4 milhões a débitos com seus atuais acionistas.

A Companhia, por meio do Plano de Recuperação Judicial que será apresentado à apreciação da Assembleia Geral de Credores, dentro dos prazos legais previstos, pretende reestabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro e honrar os compromissos assumidos com seus diversos stakeholders e, em um futuro próximo, retomar uma trajetória de crescimento sustentável, dentro das reais possibilidades operacionais e financeiras da Renova e de seus acionistas.

30.5 Execução de dívida

Em 17 de outubro de 2019, a Companhia recebeu notificação do BNDES informando que em função do vencimento do empréstimo ponte em 15 de outubro de 2019, foram executadas as cartas fianças emitidas pelos bancos Bradesco S.A., Citibank S.A., Itaú Unibanco S.A. e ABC Brasil S.A., no montante de R\$568.075.

Em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento pelas controladas Diamantina e Chipley, os Bancos Itaú e Bradesco decretaram vencimento antecipado das CCBs e a Light S.A., na qualidade de fiadora não solidária das obrigações, efetuou um pagamento em 21 de outubro de 2019, do montante de R\$15.892.

30.6 Auto de infração

Em 30 de outubro de 2019, a Companhia divulgou em Fato Relevante que tomou conhecimento do auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil contra a Companhia com base na “Operação Descarte”, questionando a apuração dos cálculos dos Imposto de Renda Pessoa jurídica (“IRPJ”), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) e Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”) supostamente devidos pela Companhia, em virtude da não



comprovação de despesas, falta de recolhimento do IRPJ sobre a base de cálculo estimada e a não comprovação de custos e despesas operacionais.

A autuação compreende os valores de R\$8.037 a título de IRPJ, R\$2.893 a título de CSLL e R\$ 78.388 a título de IRRF, incluindo, em todos os casos, multas e juros. A Companhia irá avaliar detalhadamente a fundamentação de referido auto de infração em conjunto com seus assessores legais e, conforme tal análise, tomará as ações cabíveis no prazo regulamentar.

* * *

Marcelo José Milliet
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Gustavo Henrique Simões dos Santos
Diretor Vice Presidente Jurídico, Regulação e de
Relações Institucionais

Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Renova Energia S.A. – em recuperação judicial
São Paulo - SP

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão. Em decorrência dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão.

Alcance da revisão

Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria. Em função dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível conduzir nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Desta forma, este relatório é emitido com abstenção de conclusão.

Base para abstenção de conclusão

1. Conforme descrito na nota explicativa 1.3, em 15 de outubro de 2019, através da Reunião do Conselho de Administração foi aprovado e ajuizado o pedido de recuperação judicial da Companhia e de determinadas controladas que foi deferido em 16 de outubro de 2019 pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a ser ratificada em Assembleia Geral Extraordinária. Nos termos da Lei no 11.101/05, a Companhia e suas controladas devem apresentar, em juízo, no prazo improrrogável de 60 dias da publicação da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial um plano de recuperação que deverá conter: discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a serem empregados; demonstração de sua viabilidade econômica; e laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos da Companhia e suas controladas, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada. A assembleia geral de credores, nos termos da referida Lei, votará pela aprovação ou não do referido plano em prazo que não excederá a 180 dias contados do deferimento do processamento da recuperação judicial. Considerando sua situação patrimonial e financeira, e que a Companhia e suas controladas estão em fase de apresentação e discussão com os credores e stakeholders do plano de recuperação judicial, a continuidade operacional da Companhia e suas controladas, ainda é incerta, e dependerá do desfecho e aprovação do referido plano em assembleia geral dos credores e consequentemente da sua posterior concretização.
2. Em 30 de setembro de 2019, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 2.336.280 mil no consolidado e, nessa data, a Companhia apresentou prejuízos acumulados na controladora e no consolidado de R\$ 3.825.716 mil, prejuízo no período de R\$ 774.829 mil, individual e consolidado, e passivo a descoberto de R\$ 851.318 mil. Essa situação indica a existência de incerteza relevante que levanta dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controladas e dúvida quanto a base de preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. Em 30 de setembro de 2019, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios.
3. Devido ao fato da Companhia depender do êxito na aprovação e execução do plano de recuperação judicial, conforme mencionado acima, no parágrafo 1, e este ainda encontrar-se em fase de apresentação e discussão com os credores, não nos foi possível, concluir se as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia deveriam ser preparadas com base em um pressuposto de continuidade operacional ou se deveriam ser preparadas numa base de liquidação. A base de preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a realização dos ativos, bem como registro de provisões adicionais, ou suficiência das provisões registradas, o pagamento de fornecedores, empréstimos e financiamentos, dentre outros passivos e provisões, dependem da conclusão e êxito do plano de recuperação judicial.

4. As incertezas significativas acima destacadas, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Eventos significativos futuros, que não podemos prever seu desfecho, gerarão impactos importantes nas operações da Companhia. Esses impactos podem afetar de maneira significativa a forma e os valores que esses ativos serão realizados e esses passivos serão pagos. Também não podemos concluir como os ativos serão realizados e os passivos serão pagos, se por meio das operações da Companhia ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos.

Abstenção de conclusão

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível obter evidências, apropriadas e suficientes, que nos permitissem concluir se tomamos conhecimento de nenhum fato que nos levasse a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, assim como pela apresentação de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. Consequentemente, este relatório é emitido com abstenção de conclusão.

Ênfase

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 17.1 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, atualmente encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas sobre determinados gastos e suas destinações que, além da Companhia, envolvem e incluem também alguns de seus acionistas. Os órgãos de governança da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses gastos e apurar tais alegações. Conforme informado na referida nota explicativa, neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de investigação interna e conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Fomos contratados para revisar as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa conclusão sobre estas demonstrações em relação as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Consequentemente, este relatório é emitido com abstenção de conclusão.

Salvador, 12 de novembro de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015.199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA 022.650/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras contidas neste Relatório e com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes - ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.

São Paulo, 12 de novembro de 2019.

Marcelo José Milliet
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Gustavo Henrique Simões dos Santos
Diretor Vice Presidente Jurídico, Regulação e de Relações Institucionais

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras contidas neste Relatório e com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes - ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.

São Paulo, 12 de novembro de 2019.

Marcelo José Milliet
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Gustavo Henrique Simões dos Santos
Diretor Vice Presidente Jurídico, Regulação e de Relações Institucionais